

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXIII - Nº 183 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 2001

SUMÁRIO

Variações em torno de uma ópera	297
Odilon Nogueira de Matos	
“Um estudo crítico da História”	300
Leda Boechat Rodrigues	
Curiosidades de Minas Gerais	305
Duílio Battistoni Filho	
Brasil Holandês: Os caminhos do conhecimento	312
Leonardo Dantas Silva	
Anchieta, o apóstolo do Brasil	337
Arita Damasceno Pettená	
João Tibiriçá	341
Roberto Machado Carvalho	
E por falar em água... como estava ela em alguns momentos do sécu- séclo XIX na cidade de Campinas?	343
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	

A presença do imigrado alemão não é exclusiva da região sul	350
Theobaldo Costa Jamundá	
As conseqüências do Pós-Liberalismo (A revolução industrial e a atual nova ordem no mundo)	354
José Carlos Guirelli	
No Brasil, o paraíso: um mito do descobrimento	362
Hernâni Donato	

De uma pasta de velhos recortes

Hipólito Pujol	376
Pelágio Lobo	

Textos (Sugestões para seminários)

Ameaça francesa ao Brasil (Handelmann)	382
Da obscuridade das leis (Beccaria)	383

Vultos da Historiografia Brasileira

Eduardo da Silva Prado (1860 - 1901)	385
--	-----

Seleta

A História do Brasil	387
Eduardo Prado	

Estrangeiros que Escreveram sobre o Brasil

Agassiz, Louis e Elisabeth	391
----------------------------------	-----

Seleta

Do Rio de Janeiro a Juiz de Fora (Senhora Agassiz)	394
--	-----

Rabiscos de um escrevinhador

Centenário de um escritor paulistano	400
Em memória de um historiador “Paulistano”	401
Exemplos de pioneirismo	403
Tão sábio quanto modesto	405

VARIAÇÕES EM TORNO DE UMA ÓPERA

Odilon Nogueira de MATOS

Recente oportunidade – diríamos até privilégio - de ouvir uma gravação integral da ópera “Os Contos de Hoffmann”, de Offenbach, fez-nos refletir, enquanto a agulha deslizava suave pelas microestrias do disco e, sem perder uma linha sequer do belo texto de Barbier e Carré, ficamos a pensar seriamente no que teria levado o gaiato e satírico Offenbach a se interessar pelo drama íntimo do pobre Hoffmann, legítima figura do “Sturm und Drang” e cuja vida não foi senão tormento e ansiedade.

Quem viu o compositor parodiar de maneira tão irreverente a Gluck e a fazer tão pouco dos deuses do Olimpo, numa das mais admiráveis sátiras musicais que já se escreveu, ou quem o viu, de maneira igualmente irreverente pôr em cheque situações da história, da literatura ou da vida francesa, há de achar difícil, diríamos mesmo quase impossível que produzisse uma extensa partitura, aliás a mais extensa de toda a sua obra, sem que nela houvesse lugar para que se expandissem as características tão suas e tão autênticas de sua personalidade. É quase a mesma situação, guardadas as proporções, de surpresa ao vermos Rossini escrevendo óperas sérias. Que foi capaz, provam-no o “Moisés” e especialmente o “Guilherme Tell”. Mas parece forçado, dando a impressão de que as compôs só para mostrar que era capaz de o fazer.

O libreto de “Os Contos de Hoffmann” é uma adaptação bastante livre de alguns dos “Contos Fantásticos” do célebre escritor alemão Ernst Theodor Hoffmann, nascido em 1776 e falecido em 1822. Na realidade, nenhum dos episódios narrados na ópera corresponde precisamente a algum conto daquela famosa coleção. A impressão que

se tem (e que parece-nos exata) é que os libretistas pretenderam, na curta duração de uma ópera e na pequena extensão de seu libreto, retratar o mais fielmente possível o caráter romântico e atormentado do escritor, o que, literalmente, só seria possível através de toda a sua obra, em muitas centenas de páginas.

Para conseguir tal intento, não titubearam Barbier e Carré em fundir diversos personagens num só, em criar outros, em transpor cenas, em modificar ambientes e, sobretudo, em apresentar o próprio Hoffmann como protagonista principal ao longo das histórias dos seus três amores – Olímpia, Julieta e Antônia – que correspondem aos três atos da ópera. O prólogo procura situar a ópera no tempo e no espaço (a Alemanha romântica do início do século XIX) e criar a atmosfera inebriante do plano fantástico onde vão se desenrolar as histórias que Hoffmann vai contar. O epílogo traz-nos de novo à realidade: seus três amores fantásticos personificam num só – Estela, o único real:

“Ah! Je comprends!
Trois drames dans un drame:
Olympia....Antonia...Giulietta...
Ne sont qu’ une même femme:
La Stella “

Todavia, o espírito atormentado do poeta não consegue encontrar tranqüilidade. E a Musa, ao final, vem em seu auxílio:

“Et moi? Moi, la fidèle amie
Dont la main essuya tes yeux?
Par qui la douleur endormie
S’ exhale en rêve dans les cieux?
Ne sui-je rien? Que la tempête
Des passions s’apaise en toi!

e dá-lhe a esplêndida lição que serve de moral para toda a ópera: O homem é grande em virtude do seu amor, mas é maior ainda em virtude de suas lágrimas.

Na caracterização de personagens (Coppélius, Dappertuto, Nicklaue, Spalanzani) compositor e libretista excederam-se em talento e inspiração. Curioso observar que, sendo uma ópera cuja trama se desenrola através de três mulheres (na realidade quatro), a força maior do enredo

encontra-se nos personagens masculinos, portanto os de maiores exigências cênicas ou de individualização.

“Os Contos de Hoffmann” tem sido vítima de um grave equívoco. O fato de conter algumas cenas divertidas tem feito muita gente ver na obra simplesmente uma ópera cômica, no mesmo espírito de tantas outras peças do próprio Offenbach, o que, como se viu por esta rápida divagação, está muito longe da realidade.

“UM ESTUDO CRÍTICO DA HISTÓRIA”

Lêda Boechat RODRIGUES

Num ingente esforço, o Professor Hélio Jaguaribe acaba de publicar o resultado de seis anos de trabalho, subsidiados pela UNESCO, neste ensaio em que analisa o surgimento, a evolução e decadência de dezesseis civilizações e procura desenvolver hipóteses de futurologia. (**Um estudo crítico da História**. Trad. de Sérgio Bath. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2.001. 2 vs.), Jaguaribe declara que escreveu o original em inglês. A obra teve também o auxílio do Ministério da Educação e da Petrobrás. Diz que a Editora Paz e Terra imprimiu o livro em um mês.

Impossível não lembrar, comparativamente, em tom menor, esta obra com o **A Study of History** de Arnold Toynbee. O Autor afirma que se baseou em premissas diferentes do mestre inglês, a saber: 1º, quanto ao conceito de civilização que designa, a seu ver, o estado que ultrapassou a condição neolítica; 2º, porque, a seu ver, o termo civilização possui também significado histórico; e 3º, porque Toynbee vê o processo histórico como teleológico, enquanto ele o vê como um processo consequencial, com características não planejadas.

Fernand Braudel foi o maior expoente da **Nouvelle Histoire** francesa, que considera os movimentos sociais na **longue durée** e procura atingir uma compreensão global do processo sócio-histórico. Esta foi a perspectiva adotada nesta obra, esclarece.

Depois dos capítulos dedicados às 16 civilizações: Mesopotâmica, Egípcia, do Egeu, Israel, Pérsia, Grécia, Roma, Bisâncio, Islã, Índia, China, África, pré-Colombianas, Ocidental I, Formação da Europa, Ocidental II, O Renascimento e o desenvolvimento ocidental, no capítulo 18 aborda o século XX e dedica o capítulo 19, final, às Conclusões.

Sendo impossível, nesta resenha, resumir o que escreveu sobre as 16 civilizações, limito-me a tratar dos capítulos 18 e 19. No 18, o Autor declara aceitar a interpretação de Hobsbaum que vê, do ponto de vista sociológico, o século XX como um período de crises sucessivas que culminaram na 1ª Guerra Mundial, os acordos fracassados seguintes, a explosão revolucionária da Rússia, o fascismo, o nazismo, a 2ª Guerra Mundial, terminando com a implosão da União Soviética. Foi um processo desenrolado em 3 fases, que chama de: A Era da Catástrofe (1.914 -1.945), a ilusória Idade de Ouro Intermediária (1.945 -1.973) e a Derrocada (1.973-1.991).

A ciência e a tecnologia estão entre as características mais importantes do século XX e produziram mudanças revolucionárias; criaram uma sociedade de massa tecnológica que depende do seu funcionamento regular, sem entender como tudo se processa.

A Revolução Russa de 1917 foi o acontecimento sócio-político mais importante do século XX. A proposta de Karl Marx de transformar o mundo, só foi ultrapassada pelo impacto do Cristianismo e do Islã. O súbito colapso da União Soviética nos anos 1989 -1991 decorreu de 4 causas principais: 1) das deficiências inerentes ao sistema; 2) da erosão das convicções comunistas nos níveis de liderança; 3) dos erros estratégicos de Gorbachev; 4) das circunstâncias eventuais que provocaram o fracassado golpe anti - Gorbachev de agosto de 1991 e o surgimento de uma alternativa de poder bem sucedida montada por Boris Yeltsin, um grande oportunista.

A ideologia fascista, como a nazista, foi elaborada gradualmente e só tomou forma definitivamente depois da consolidação do poder de Mussolini, em meados da década de 1920. As bases do “coquetel ideológico fascista” e do Estado corporativo eram a garantia da propriedade e do apoio estatal às empresas privadas, protegendo, assim, a burguesia do fantasma do comunismo. A **Carta del Lavoro**, por outro lado, propunha para os trabalhadores segurança no emprego, salário estável e os serviços sociais de um Estado assistencialista. Na noite de 24 de julho de 1943 as derrotas militares da Itália provocaram a queda de Mussolini. O claro domínio exercido por Hitler sobre a Itália erodiu substancialmente o apoio popular ao **Duce**.

O nazismo passou por três fases desiguais. A 1ª, da República de Weimar, de 23 de março de 1933 a agosto de 1934; a 2ª, de agosto

de 1934 ao começo da 2ª Guerra Mundial, datada oficialmente de 3 de setembro de 1939; a 3ª, do período da guerra até a derrota final da Alemanha e o suicídio de Hitler em 1º de maio de 1945. A 1ª fase consistiu essencialmente na supressão dos direitos civis e políticos, bem como da independência do Judiciário e da autonomia do Estado em relação ao Partido Nacional Socialista. Na 2ª fase, o objetivo foi superar as penalidades e limitações da tratado de paz concluído no fim da 1ª Guerra Mundial. A 3ª fase decorreu durante a 2ª Guerra Mundial. A Alemanha perdeu a guerra porque Hitler decidiu invadir a Rússia em junho de 1941.

O Autor demonstra grande admiração por Hitler, ao escrever: “Dotado de inteligência aguda e grande sentido tático, movido por uma vontade férrea e uma ambição extrema, de uma determinação persistente e inflexível, insensível aos limites morais, empenhou-se impiedosamente na consecução dos seus objetivos políticos.” E faz apenas uma pequena restrição: “Essas qualidades eram afetadas negativamente pela sua cultura muito limitada, que distorcia a visão que tinha do mundo.” Nem uma palavra sobre o Holocausto!

Compare-se esse juízo do Autor sobre Hitler com as duas únicas referências, de passagem, a Roosevelt: “A Grande Depressão foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XX, que poderia ter derrubado todo o sistema capitalista, não fosse uma combinação de circunstâncias favoráveis, inclusive a terapia recomendada por Keynes, a liderança de Franklin Roosevelt, o exemplo da Rússia Soviética e a irrupção da 2ª Guerra Mundial.” (p.563). Tratando do **welfare state**, a seu ver uma realização européia, escreve: “Nos Estados Unidos, a tradição de um Estado assistencialista moderado, iniciado por Roosevelt dentro das condições peculiares do país, foi adotado no pós-guerra pelos presidentes democratas como Truman, Kennedy, Johnson, Carter e Clinton.” (p.599). Nem uma palavra sobre o **New Deal**! Tratamento claramente insatisfatório dos Estados Unidos, a meu ver.

Com a proximidade do fim do século XX, a globalização tornou-se um dos traços mais característicos do cenário mundial; é o estágio final de um processo que começou no século XV com as grandes descobertas marítimas. O que está em jogo é uma relação de poder. Na América Latina, sob a liderança intelectual de Raul Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre o final da década de 1940

e os anos 60, os maiores países da região conseguiram transformar-se de sociedades agrárias em países predominantemente industriais. Os efeitos da globalização não são inevitáveis. Atualmente certos países não competitivos poderão superar suas limitações.

A expressão “Terceiro Mundo” foi criada por estudiosos franceses na década de 1950 e passou a ser utilizada amplamente referindo-se aos países subdesenvolvidos. O Autor acredita que o subdesenvolvimento pode ser superado, dependendo de um esforço sustentado durante muito tempo.

A pós - modernidade foi definida por Jean François Lyotard correspondendo à designação de uma fase histórica em qualquer sociedade ou civilização, caracterizada por uma substituição significativa da tradição e da autoridade pela análise racional do conjunto da ciência, da literatura e das artes.

O fim da polaridade, com a implosão da União Soviética em 1991 faz o Autor pensar na possibilidade de uma **Pax Americana** ou de uma **Pax Planetária**. Na sua opinião os Estados Unidos apontam na direção de um futuro néo-helenístico - segundo Protágoras, o homem centro de tudo - com massas consumistas governadas por uma democracia popular controlada, mas não anulada, pela sua elite de poder.

A história é um processo sem fim de mudança social.

A análise comparativa realizada neste estudo acentua que a religião tem sido um dos fatores mais importantes da história para o exercício da **transcendência humana**. É preocupante saber como a sociedade atual - tecnológica, de massa e de consumo, agnóstica - poderá recuperar novos valores humanísticos sem a ajuda da religião.

O poder militar foi o principal acontecimento e a causa mais importante de eventos na história.

A alternância e a centralização política é um fenômeno histórico recorrente desde a civilização mesopotâmica até os nossos dias.

A atual sociedade está gerando uma nova modalidade de indivíduo: o homem descartável como trabalhador, burocrata, presidente, substituído por outros homens também descartáveis. Pondero: sem atenuações!

A moderna idéia do progresso contínuo da história foi negada por Nietzsche e por Heidegger. Aceita-se desde 1962, segundo Thomas Kulon, que o progresso científico não seguiu um desenvolvimento linear . Por outro lado, o número de padrões culturais básicos tem um limite. Dentro de determinado padrão cultural, os indivíduos portadores dessa cultura são obrigados a tentar repetir os padrões de excelência ou a destruí-los. Jaguaribe termina assim o seu livro: “A história pode chegar ao fim devido a eventos catastróficos irreversíveis, mas também pode terminar com o fim do progresso. A pós-história é a condição em que se encontrará a humanidade se e quando o fim do progresso obrigar o homem à repetição ou à destruição.”

CURIOSIDADES DE MINAS GERAIS

Duílio BATTISTONI FILHO

Sumamente honrado em representar o estado de Minas Gerais, quero neste momento homenagear, em primeiro lugar, a sua bandeira já que neste dia estamos comemorando o seu dia nacional. A bandeira de Minas é composta de um retângulo branco tendo no meio um triângulo na cor vermelha viva onde aparece a frase em latim **Libertas quae sera tamen** (liberdade ainda que tardia), palavras do poeta romano Virgílio, tomadas como lema pelos chefes da Inconfidência Mineira, liderada pelo mineiro Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Minas tem sido, historicamente, um berço de inúmeras personalidades que se destacam nos diversos ramos do saber. Digna de observação é a grande quantidade de poetas dessa região brasileira, a ponto de alguém dizer que **nas cidades mineiras em cada esquina existe um bom poeta.**

Nesta minha fala sobre este grande estado vou apresentar certas curiosidades sobre algumas cidades mineiras, fugindo um pouco dos aspectos econômicos e políticos para não cansar a distinta platéia.

Começemos pela sua capital Belo Horizonte, uma cidade que se espalha aos pés da serra do Curral no final do século XIX, quando foi planejada para servir de capital no lugar de Ouro Preto. E assim foi crescendo mineiramente entre as montanhas. Quietinha, a tradicional família mineira foi aderindo à modernidade dos anos XX, com a doação ao Brasil do mais moderno poeta brasileiro: Carlos Drummond de Andrade. Convém, antes de tudo, neste rápido passeio por Belo Horizonte que pretendemos fazer, ir à lagoa da Pampulha, mandada fazer por um jovem prefeito, apelidado de **Pé de Valsa**, por seu amor à dança, e que entraria para a história do Brasil como o estadista Juscelino Kubitschek, Este, ao

criá-la mandou chamar três jovens desconhecidos, o arquiteto Oscar Niemeyer, o pintor Portinari e o paisagista Burle Marx.

Pedro Nava, no seu livro de memórias **Beira Mar**, traça um clima humano da cidade com suas ruas, becos e botecos. Fala de seus amigos, entre eles, Emílio Moura, Milton Campos, Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Alphonsus de Guimarães quando transitavam alegres a fagueiros pela rua da Bahia e se reuniam no Bar do Ponto onde iam saborear sua célebre empadinha e tomar alguns drinks. Havia um clima de camaradagem, um quê de moleque, nesses rapazes que carregavam nas cores e no caricatural. A amizade deles era uma lição de vida, a ponto de chamar a atenção de Mário de Andrade quando de sua passagem por Belo Horizonte, no final dos anos 20. Segundo testemunhas, a rua da Bahia perdeu o seu encanto e não é mais a mesma. Já não existe o Bar do Ponto, tal como era, saudado por Nava como **o centro da cidade, de Minas, do Brasil, do vasto mundo**. Vizinho da rua Bahia, fica o Parque Municipal, com o coreto de que fala o romance **O amanuense Belmiro**, de Cyro dos Anjos. Mais alguns passos e estamos no viaduto de Santa Tereza, onde os personagens de **O Encontro Marcado**, de Fernando Sabino, faziam estripulias alta madrugada. Quem gostar de pecado, pode ir a pé à rua Guaicurus, no coração da zona boêmia, e visitar o Maravilhoso Hotel, onde uma moça saída dos salões e das festas da tradicional família mineira, e que ficou famosa como Hilda Furacão, enfeitiçava os homens. Em Belo Horizonte persistem resquícios do espírito de grandeza do belohorizontino dos anos 60, que apresentava aos viajantes uma sapataria banal como **a maior da América Latina**, e o salão de barbeiro com dez cadeiras como **o maior do Brasil**. Os artistas e turistas quando visitavam essa cidade nunca deixam de passar pela Savassi, nome alusivo aos irmãos Hugo e José Savassi que tinham uma padaria nas vizinhanças do Palácio da Liberdade. Pois bem, hoje é um bairro onde se encontra o melhor da moda mineira - bolsas, calçados e roupas. Tomando um chope ou jantando, podemos ver a grande atração turística da cidade: a mulher mineira, de todas as idades, cheia de dengos e mistérios. Segundo o **IBGE** são cem mil a mais que os homens. Segundo pesquisas de uma importante instituição americana **a Population Crisis Committee**, de Washington, a capital mineira é uma das poucas cidades que apresenta uma boa qualidade de vida na América Latina. Entretanto, nem tudo são flores. Apesar de sua grande importância econômica a Metrópole Mineira possui os mesmos problemas de qualquer

centro urbano - trânsito caótico, camelôs ocupando calçadas, violência e problemas de favelas, além das terríveis enchentes durante o Verão.

Na história do ouro, avulta a antiga capital, Ouro Preto, quase toda feita de pau-a-pique e pedra-cantaria. Casarões geminados cercam ladeiras de paralelepípedos e pé-de-moleque. As fachadas simples das igrejas escondem verdadeiros tesouros: altares decorados com talhas douradas, colunas retorcidas, centenas de esculturas de anjos, guirlandas de flores, seres mitológicos, imagens de santos e pinturas de cenas bíblicas. No século XVIII, em Minas, o ciclo do ouro e o isolamento dos arraiais fizeram surgir o barroco brasileiro. Os mestres Aleijadinho e Athaíde encontraram soluções originais para decorar as igrejas. Ao dividir os fiéis em negros, pardos, brancos, pobres e ricos, as irmandades acabaram multiplicando as construções: cada ordem queria construir a igreja mais rica e bonita da cidade. E assim, pela rivalidade, o barroco mineiro foi sendo edificado.

Realmente as igrejas representam o lugar de mais intensa e motivada observação. Algumas se transformam em Museus, como a de São Francisco de Assis, possivelmente a mais bela de todas e a que guarda mais trabalhos de Aleijadinho. Entretanto, quero acentuar que além da beleza das igrejas e casas, chama-nos a atenção os seus belos chafarizes que em Minas seriam centros de reuniões mais amenas, com lavadeiras, escravos e aguadeiros bem como os homens que por ali faziam negócios de escambo enquanto os animais de sela matavam sua seda em tanques próprios. Esses chafarizes eram construídos pelo frontispício, ou seja, o paredão no qual se inserem os **tanques** ou **bacias** para recolhimento de água que sai das **bicas** de bronze ou **carrancas** de pedra. Muitos desses chafarizes foram erguidos na sua grande maioria durante o governo de Gomes Freire de Andrade. A título de curiosidade, poderíamos destacar o de Antônio Dias, também chamado Chafariz de Marília por estar nas proximidades da casa de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a infeliz Marília de Dirceu. Se os chafarizes se integravam na vida da cidade, também as pontes se constituíram em pontos de convivência urbana, pois não só permitiam a segura travessia de córregos e ribeirões como, dispondo de bancos em sua parte central, ofereciam aprazíveis locais para descanso e conversa.

As companhias de turismo anunciam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo viagens de férias ou feriados à diferentes locais do País. Você pode ir a Foz do Iguaçu, além do espetáculo da natureza há o aproveitamento adicional de jogar nos cassinos e fazer compras do lado paraguaio. Poder ir à Amazônia com a promessa de índios e jacarés, à inesquecível Bahia para saborear os pratos típicos e a um rosário de festas. A Caldas Novas em Goiás se vai às **águas quentes**. A Campos do Jordão se vai ao **frio**, onde os melhores hotéis anunciam lareiras. Entretanto, em Ouro Preto há um sentimento geral de que o turista vai em uma espécie de **romaria cívica**.

O volante colorido das Turminas assim descreve a cidade: **Ouro Preto exige idas e vindas para se revelar intimamente. Mas é capaz de criar identificações imediatas e impressões inesquecíveis. Assim, caso você disponha de pouco tempo para percorrer suas ruas, onde velhos fantasmas, ávidos de ouro, continuam circulando pelas noites de neblina, cuidando dos tesouros nos quintais das casas centenárias, experimente guiar-se pelo roteiro que segue, não se esquecendo de programar logo outra visita com mais vagar... Depois é hora de visitar o Museu da Inconfidência, antigo Palácio da Câmara e Cadeia, com seu mobiliário colonial e lembranças de um passado que se fez História.**

Por ser uma cidade histórica e, por isso mesmo, de turismo, Ouro Preto precisa realizar-se em atrativos. Não basta que as pessoas rigorosamente cheguem ali para assistir a maneira como a arquitetura dos palácios, casas e igrejas preservou uma fatia importante de nossa História. É preciso que haja diversão, feiras, festas e que ocupem o lugar que separa os cultos religiosos populares do culto à História.

Com relação aos grandes festejos tradicionais, os da Semana Santa, em Ouro Preto, são o melhor exemplo. Para as autoridades eclesiásticas, os fiéis membros das irmandades e confrarias, a Semana Santa não é apenas um acontecimento religioso, ela é o mais importante momento cerimonial de um calendário litúrgico que de certo modo se divide em suas grandes partes: antes e depois da Páscoa.

É muito comum o turista aproveitar o feriado da Semana Santa para conhecer a cidade. Atraídos momentaneamente por esta ou aquela cerimônia religiosa mais visível, preferirão criar e viver seus próprios ritos que, indiferentes ao calendário, cabem tanto na Páscoa quanto nos intervalos dos festivais de julho.

De Jean de Lery a Saint-Hilaire duas coisas sempre espantaram a todos os viajantes não ibéricos que por algum tempo vieram conviver conosco a aventura no Brasil. Primeira: havia sempre festas, todo o tempo, por toda a parte e por todos os motivos. Segunda: ao contrário do que começou a ocorrer na Europa após a Reforma Protestante e a Contra-Reforma, as cerimônias da Igreja no Brasil eram desbragadamente festivas e misturavam tudo e todos, de uma maneira impensável na França ou América do Norte.

Antiguidade do tempo colonial, arte e artesanato do lugar, objetos de ouro e pedras preciosas de pequeno valor, eis o que há para ser vendido e comprado na cidade. Mário de Andrade, nos anos 20, quando visitou as cidades históricas mineiras ficou impressionado com a riqueza artesanal de Ouro Preto. Dizia o autor de Macunaíma **que através do artesanato o artista se põe em contato com o público**. Visitantes intelectualizados em boa medida procuram nas lojas e ruas **o verdadeiro artesanato de Ouro Preto**. Falam em cultura popular e cuidam de separar entre o que veem : um artesanato de massa de um outro, originalmente popular. Comprá-lo, por exemplo, **na mão do artesão e não em qualquer loja** pode ser um pequeno sinal de sabedoria.

Impossível ir embora de Ouro Preto, sem uma lembrança quando se é pobre, sem uma relíquia ou uma obra de arte, quando se é rico, sem algum objeto de cultura popular, quando se é intelectual sem muito dinheiro. Boa parte da cidade é um mercado do **tradicional** na manhã de domingo.

Uma cidade que cresceu e se enfeitou de ouro e prata no período da mineração foi a antiga vila de S. José do Rio das Mortes fundada em 1718. Somente em 1889, em homenagem a seu filho mais ilustre, o alferes Joaquim José da Silva Xavier é que passou a ser chamada de Tiradentes. Chama-nos a atenção a Matriz de Santo Antônio de Pádua, tida como a primeira igreja barroca do Brasil e uma das mais ricas: talhas douradas, balaustradas de jacarandá, pinturas de Manoel Vitor de Jesus, discípulo do mestre Athaide, arabescos no coro e na caixa do órgão alemão de 1788, recentemente restaurado, o primeiro da América do Sul. Em 1810, a fachada foi refeita pelo Aleijadinho. Quando o ouro acabou, a pequena vila colonial adormeceu entre as montanhas. E só despertou na década de 20, quando artistas modernistas, entre eles, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, se

encantaram com seu casario colonial. Todos se deliciaram do passeio da maria-fumaça para São João del Rei.

Nesta última cidade o que se cultua é a tradição. Data de 1774, a igreja de S. Francisco de Assis, cujo projeto, o medalhão do sacrário e um altar lateral são atribuídos ao Aleijadinho. O lustre de cristal foi presente de D. João VI. Nos fundos, o cemitério onde está o sepulcro de Tancredo Neves, presidente do Brasil que não chegou a tomar posse por causa de insidiosa doença. Quando os sinos de 35 igrejas badalam, só quem é da terra sabe por quem os sinos dobram. Se por quatro horas sem parar, o mais longo dos avisos, o papa morreu. Os horários das missas, das procissões e até óbitos se conhecem pela voz dos sinos. Se a morte é de uma criança, soa o repique dos anjos - três pancadas. Todos os sinos têm nome. Pelos postes da cidade colam-se jornais diários com as notícias de São João e do mundo.

Todo visitante que for a Diamantina, o antigo arraial do Tijuco não deve deixar de visitar três logradouros. O primeiro é o **caminho dos escravos** (BR-259, Km 584) de 20 quilômetros de blocos de pedra construído pelos escravos no século XVIII. É a única ligação de Diamantina com o norte do estado. O segundo é a casa onde nasceu o presidente Juscelino. Simples com um quarto bem acanhado, não comportando mais que a cama e uma minúscula mesa feita de caixote. Na cozinha, o velho fogão de lenha, as paredes de pedra-sabão e a receita de seu prato predileto, o **Xiangu** - frango com quiabo e angu de fubá. O violão, o cavaquinho e a flauta das serestas que recepcionavam Juscelino nas escadarias da catedral, quando ele visitava a cidade, também estão nesta casa-museu. Um anexo reconstituiu o consultório médico dele. No andar de baixo, o Bar do Nonô - homenagem ao boêmio pé-de-valsas que não recusava uma pinguinha com caldinho de feijão ao som de serestas. Em todo dia 12 de setembro, seu aniversário, podem ser ouvidas serestas como **Peixe Vivo e Luar do Sertão**. No resto do ano, seresteiros só nos barzinhos. O terceiro logradouro é a casa onde viveu Chica da Silva, escrava e mulata, a grande paixão do contratador português, João Fernandes Oliveira rico e poderoso como um príncipe. Chica foi morar com ele em seu palacete e se tornou a mulher mais influente do arraial: sua vontade era lei. Chegava de liteira a qualquer lugar, coberta de brilhantes, carregada por quatro escravos e acompanhada de 12 mucamas esplendidamente trajadas. Quem quisesse algum favor de João Fernandes tinha de passar pelo beija-mão da mulata. Seu palacete era

muito rico com 14 cômodos. As janelas têm treliças de madeira, costume árabe introduzido pelos portugueses para proteger as mulheres dos olhares curiosos. Uma capelinha chamada de Santa Quitéria foi construída especialmente para ela, pois sendo mulata, não era aceita pela Ordem Terceira do Carmo. Sua decadência ocorreu quando João Fernandes foi mandado para Portugal pelo Marquês de Pombal e proibido de voltar ao Brasil. Todos se lembram do filme **Chica da Silva** em que Zezé Mota fez o seu personagem. Uma festa tradicional de Diamantina é aquela realizada em louvor de Nossa Senhora do Rosário. A parte religiosa acontece na igreja do Rosário com levantamento do mastro, missa e procissão ao som das bandinhas. A parte profana celebra um dos folclores mais ricos da região com marujadas, catopês e caboclinhos, com músicas e danças ligadas à figura de Chico Rei, líder tribal trazido da África para ser escravo e que depois se liberta e à sua tribo. Diamantina, no dizer dos historiadores é rococó, fascina na forma, jovial no conteúdo. Não influi tragédias: canta. Não sugere queixumes; sorri brejeira.

Para terminar, podemos dizer que de Minas resta o imenso acervo do Barroco que, em suas múltiplas expressões cumpre bem conhecer para ainda melhor amar. E sempre na certeza de que, como escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade: **Minas continua, depois da última página.**

BRASIL HOLANDÊS: OS CAMINHOS DO CONHECIMENTO

Leonardo Dantas SILVA

Fundação Joaquim Nabuco (Recife)

Na primeira metade do século XVII, a Holanda, buscando uma base para as operações de sua armada no Novo Mundo, volta suas vistas para o Brasil, visando estabelecer-se sobretudo em Salvador, Rio de Janeiro ou Olinda. Salvador foi inicialmente escolhida como base de ataque, às frotas da Espanha e de Portugal, e etapa na rota para as Índias Orientais. Em 1623 uma frota, financiada pela Companhia das Índias Ocidentais e comandada pelos almirantes Jacob Willeken e Pieter Heyn, invade a capital da Bahia. Expulsos no ano seguinte, os almirantes holandeses retornam à pirataria e, no Mar das Caraíbas, apresam a rica Frota da Prata, do reino de Espanha, obtendo recursos suficientes para a tomada de Pernambuco em 1630.

A riqueza da capitania de Pernambuco na primeira metade do século XVII, bem conhecida em todos os portos do Velho Mundo, veio a despertar as atenções dos Países Baixos que, em guerra com a Espanha, sob cuja coroa estava Portugal e suas colônias, necessitavam de todo o açúcar produzido no Brasil para suas refinarias (26 só em Amsterdam). Com o insucesso da invasão da Bahia, onde permaneceram por um ano, mas com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV da França, rancorosos inimigos da Espanha, os Estados Gerais, reunidos na Haia sob a liderança da Holanda, voltaram o seu interesse para Pernambuco, utilizando-se para isso da Companhia das Índias Ocidentais, formada pela fusão de pequenas associações, em 1621, cujo capital elevava-se, na época, a 7 milhões de florins.

A produção de 121 engenhos de açúcar, “correntes e moentes” no dizer de van der Dussen,¹ viria a despertar a sede de riqueza dos diretores da Companhia, que armou uma formidável esquadra sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, que, com 65 embarcações e 7.280 homens, apresentou-se nas costas de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1.630, iniciando assim a história do Brasil Holandês.

Senhores da terra, os holandeses escolheram a povoação do Recife como sede dos seus domínios no Brasil, por ter nesta praça a segurança de que não dispunham em Olinda, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa,” na observação de Diogo Lopes Santiago.²

Na noite de 25 de novembro de 1631, resolveram os chefes holandeses pôr fogo na sede da capitania de Pernambuco, “a infeliz vila de Olinda tão afamada por suas riquezas e nobres edifícios, arderam seus templos tão famosos, e casas que custaram tantos mil cruzados em se fazerem”(Santiago).

A dominação holandesa prolongou-se por 24 anos, passando o Recife de simples porto de Olinda a capital da nova ordem.

1. JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU

Seis anos depois da conquista de Pernambuco, o conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais convidou para ocupar a função de Governador-Geral um jovem coronel do exército da União, Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Alemão, nascido em Dillenburg a 17 de agosto de 1604, João Maurício era o filho primogênito do Conde João VII e de sua segunda esposa Margarida von Helstein-Soderborg, uma parente da família real da Dinamarca.

(¹) DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório sobre capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. 168p. Tradução, introdução e notas de J.A. Gonçalves de Mello.

(²) SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v.1) 1. ed. integral, segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto(Portugal).

Quando o Conde João Maurício de Nassau aportou em Pernambuco, na qualidade de Governador do Brasil Holandês, em 23 de janeiro de 1.637, trazia em sua comitiva não um exército, à moda dos colonizadores de então, mas uma verdadeira missão artística e científica que ainda hoje desperta as atenções dos estudiosos daquele período.

Com 33 anos de idade, o novo governador fez-se acompanhar do latinista e poeta Franciscus Plante, do médico e naturalista Willem Piso, do astrônomo e naturalista George Marcgrave, dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, do médico Willem van Milaenen, além de outros nomes. Durante o seu governo pôde ainda contar com os serviços de especialistas de relevo, como o do humanista Elias Herckmans, dos cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons, do desenhista Gaspar Schmalkalden, do pintor Zacarias Wagener, além do urbanista e arquiteto Pieter Post, que vieram a se integrar em datas posteriores a esta missão de cientistas.

Chegando ao Brasil, o Conde de Nassau procurou, de imediato, estabelecer a segurança da colônia. Reunindo um exército, com ele partiu em direção ao sul de Pernambuco, conseguindo as vitórias do Comandatuba e Porto Calvo, o que obrigou o comandante das tropas luso-brasileiras, Conde de Bagnuolo, a cruzar a Rio São Francisco e retirar-se para a Bahia. Suspendendo a marcha, o Conde de Nassau firmou na margem esquerda do Rio São Francisco o limite sul da conquista fundando a vila do Penedo e o forte Maurício. Consolidando a conquista, pôde o Conde de Nassau, em consonância com os Altos e Secretos Conselheiros, dedicar-se à tarefa do restabelecimento econômico da colônia procurando, de início, restaurar a indústria açucareira que, com o conseqüente abandono de alguns engenhos pelos seus proprietários luso-brasileiros, da fuga dos escravos e dos estragos da guerra, estavam em ruínas.

Com vistas à ocupação dos engenhos abandonados e confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais, abriu inscrições para os novos adquirentes, permitindo que os débitos fossem pagos a prazo; estabeleceu o crédito rural, com a ajuda dos homens de negócio da colônia e correspondentes de capitalistas holandeses e de judeus *sefardim*; e, a fim de conseguir a mão-de-obra necessária, ocupou o Forte de São Jorge da Mina, no Golfo da Guiné, em 1637, então um importante empório de escravos. Somente em 1637, quando de sua chegada, foram vendidos 44 engenhos; seis dos quais arrematados por comerciantes judeus.

Na administração de João Maurício de Nassau um surto de progresso tomou conta do Brasil Holandês, cujas fronteiras foram estabelecidas do Maranhão à foz do Rio São Francisco. O Recife, “coração dos espíritos de Pernambuco” na observação de Francisco de Brito Freyre, veio a sofrer inúmeros melhoramentos e testemunhar vários pioneirismos, como a instalação do primeiro observatório astronômico das Américas. Uma nova cidade veio a ser construída na ilha de Antônio Vaz, onde os franciscanos haviam estabelecido em 1.606 o convento de Santo Antônio. A nova urbe, projetada por Pieter Post, um dos principais representantes, ao lado de Jacob van Campen, do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, veio a receber a denominação de *Cidade Maurícia*, em 17 de dezembro de 1639, a *Maurits Stadt* dos holandeses, cujos mapas, aspectos e panorama (94 x 63 cm.) aparecem na obra de Gaspar Barlaeus, publicada em Amsterdam (1.647), e em outras produções artísticas de sua época.³

Aos melhoramentos urbanísticos, inclusive a construção do palácio de Friburgo (conhecido popularmente como Palácio das Torres) e da casa da Boa Vista, de um horto zoobotânico, de um segundo observatório astronômico, situado no Palácio de Friburgo, de canais e viveiros, a construção do templo dos calvinistas franceses, a instalação de duas pontes em grandes dimensões, a primeira ligando a Recife à Maurícia (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz) e a outra ligando esta ao continente, vieram juntar-se os trabalhos dos artistas que faziam parte da comitiva.

Uma intensa produção de uma arquitetura não religiosa, de pinturas e desenhos documentando a paisagem, urbana e rural, retratos, figuras humanas e de animais, naturezas mortas, serviram para documentar e divulgar esta parte do Brasil em todo o mundo. Estudos sobre a flora, fauna, a medicina e os naturais da terra, bem como observações astronômicas e um detalhado levantamento cartográfico da região, dizem da importância

⁽³⁾ Ao contrário do que afirmam alguns autores, Pieter Post esteve também no Recife durante o governo do Conde de Nassau. A informação é confirmada por José Antônio Gonsalves de Mello que, quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958), encontrou no Arquivo Geral do reino (*Algemeen Rijksarchief*), na Haia, no Cartório da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha), maço nº 54, uma lista de compradores em um leilão de escravos realizado no Recife, em data de 5 de maio de 1639, na qual o “Senhor Pieter Janssen Post (adquire) dois escravos para seu serviço “(*Heer Pieter Janssen Post tot sijn dienst*).

da presença do Conde João Maurício de Nassau à frente desta missão de artistas e cientistas.

Era o Brasil Holandês, à época do governo do Conde João Maurício de Nassau, uma democracia racial ascendente formada por holandeses, franceses, flamengos, italianos, belgas, alemães e uma infinidade de judeus, oriundos da Península Ibérica e do Norte da Europa, que para aqui vieram e deixaram os seus descendentes; lembranças ainda hoje presentes em tipos alvos, de cabelos louros e olhos claros, encontrados em comunidades do interior do Nordeste brasileiro. Demonstra José Antônio Gonsalves de Mello, in *Tempos dos Flamengos*, que tais uniões eram tão freqüentes que no artigo 5º da versão holandesa do documento de capitulação, assinado em 26 de janeiro de 1.654, “consentia aos vassallos dos ditos Senhores Estados Gerais casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, que fossem tratados como se fossem casados com holandesas.” Uma testemunha da época, procurador da Coroa e Fazenda Real, Antônio da Silva e Souza, assegura que “concedeu-se aos flamengos que quisessem ficar logrando suas fazendas que as terão assim como as tinham de antes e como se foram portugueses, gozando de todos os privilégios que eles gozam”. - E não foram poucos os que ficaram, visto estarem unidos a mulheres da terra, com famílias e propriedades estabelecidas.

Ainda no seu tempo, João Maurício de Nassau, “temeroso das represálias do Governo-Geral do Brasil português, na Bahia, pelos incêndios lançados aos engenhos do Recôncavo pelos holandeses em maio e junho de 1640” (Gonsalves de Mello), resolve convocar uma Assembléia Geral para 27 de agosto a 4 de setembro daquele ano, com a participação de 56 luso-brasileiros, moradores especialmente eleitos de todas as freguesias das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Essa primeira Assembléia, proclamada por Oliveira Lima como legislativa e “a primeira da América do Sul”, no que não concorda José Antônio Gonsalves de Mello,⁴ veio a ser realizada em Maurícia, sob a presidência do Conde de Nassau, que conclamou na sessão de encerramento os agricultores a abandonar a monocultura da cana-de-açúcar em favor das chamadas especiarias orientais e a produção do algodão e do anil, sonhando ainda

⁽⁴⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: IPHAN, 1985.

com a fundação de uma universidade e com a instalação de uma tipografia.

2. CLÁSSICOS NASSOVIANOS

Quando de sua estada em terras do Brasil (1637-1644), o Conde João Maurício de Nassau-Siegen fez reunir o material necessário para um amplo programa editorial visando divulgar esta parte do Novo Mundo para a Europa de então. Ao retornar aos Países Baixos, após sete anos em terras brasileiras, contratou os serviços do conhecido humanista Gaspar van Baerle ou, como veio a ser conhecido, Gaspar Barlaeus (1584-1648), professor do “*Athaeneum Illustre*” de Amsterdam, que, apesar de nunca ter estado no Brasil, veio a ser autor do mais belo livro sobre o período holandês.

Para a realização do seu intento, João Maurício franqueou seus arquivos, e o restante da documentação foi coletado através de pessoas que estiveram no Brasil, dentre as quais o judeu português Gaspar Dias Ferreira, amigo pessoal do conde. Nada foi poupado em favor da bela edição, que aparece impressa em Amsterdam em 1647 com o título *Gasparis Barlaei - Rerum Per Octenium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mavritii, Nassoviae* etc. Impresso na tipografia de Joannis Blaeu, no formato 46 x 29 cms., trazendo como folha de rosto uma bem elaborada gravura e um retrato do conde assinado por Theodoro Matham (1605-1660), o livro é composto de 340 p., com 56 gravuras impressas em papel especial, das quais 24 são mapas e plantas de sítios e fortificações; as 31 restantes são cenas da frota holandesa, combates navais, paisagens e vistas marinhas; 27 levam a assinatura de F. Post (1612-1680) e 15 datam de 1645. Estas gravuras teriam sido executadas em lâminas de cobre por Jan Broosterhuisen (1596-1650) e, segundo alguns autores, por Salomon Savery, a quem foram confiadas as gravações das batalhas navais. O conjunto de mapas é de autoria de George Marcgrave e o de nº 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, parece ser obra do conhecido cartógrafo Cornelis B. Golijath. Os mapas do Brasil Holandês, formados pelo conjunto de George Marcgrave,

reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.⁵

Trata-se de um dos mais belos livros já produzidos sobre o Brasil, com descrições de regiões da África e um mapa do Chile (não numerado), cujas cópias foram apresentadas por João Maurício a diversas personalidades da época. As encadernações originais foram elaboradas em pergaminho, com ilustrações feitas por gravuras em cobre, existindo, ainda, cópias com gravações em ouro e outras aquarelas em datas posteriores. Um desses exemplares foi presenteado a D. João IV pelo embaixador de Portugal na Holanda, Francisco de Souza Coutinho, na época do seu lançamento em 1647. O exemplar, pertencente à Biblioteca Real, veio para o Brasil em 1808, com a transferência da Família Real portuguesa, e hoje integra o acervo da Biblioteca Nacional.

A primeira edição foi escrita em latim (1647), sendo depois traduzida para o alemão (1659) e, na sua íntegra, para o holandês (1.923); nesta última por Samuel Pierre L'Honoré Naber, numa tiragem reduzida de 160 exemplares. No Brasil, a obra foi traduzida para o português pelo Prof. Cláudio Brandão, em 1940, tendo o Ministério da Educação a publicado em duas apresentações, a primeira com 45,5 cm x 31,5 cm, com as reproduções da edição original em zincogravura, e outra em menor tamanho sem ilustrações.

Em 1979, quando do transcurso do tricentenário do falecimento do Príncipe João Maurício de Nassau, ocorrido em 20 de dezembro de 1.679, na sua propriedade de Berg und Tal, nos arredores de Cleve, na Alemanha, foram editados no Recife: o álbum de gravuras *O Brasil que Nassau conheceu*⁶ e a notável obra de Gaspar Barlaeus, *História dos feitos*

⁽⁵⁾ MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana* etc. 2ª ed. Revised and enlarged edition UCLA Latins American Center Publications. University of Califórnia, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro (1983). Prefácio de Ludwing Lauerhass, Jr. 2v. il.

⁽⁶⁾ O Brasil *que Nassau conheceu*. Organização de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1979. (Coleção Pernambucana; 1ª fase, v.20). Reprodução fac-similar *in folio* das ilustrações da 1. ed. da obra de Gaspar Barlaeus, impressa em Amsterdam (1647), 58 gravuras, 27 assinadas por F. Post (1612-1880) e 15 datadas de 1645.

recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc.,⁷ magnificamente ilustrado com lâminas desdobráveis assinadas por Frans Post e mapas de autoria de George Marcgrave e Cornelis Bastianszoon Golijath, copiadas diretamente da edição de Amsterdam (1647).

A produção científica de Willem Piso (1611-1678) e de George Marcgrave (1610-1644) aparece em 1648 quando da publicação da obra *Historia naturalis Brasiliae etc.*, impressa em Amsterdam, no formato 38 cm x 35 cm por Elzevier. A edição contou com a colaboração de Joannes de Laet, autor de *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales.*, impressa em Leiden em 1640, que a pedido do Conde João Maurício de Nassau, se encarregou da compilação e tradução das notas de George Marcgrave, prematuramente falecido na África em 1644. Em sua primeira edição, o livro reúne 429 ilustrações de autoria dos pintores da comitiva de Nassau e algumas xilogravuras do próprio Marcgrave, sendo aberto por uma folha de rosto magnificamente ilustrada por Theodoro Matham. Assinada por dois autores, tem os quatro primeiros livros de autoria de Willem Piso, *De Medicina Brasiliensi*, e os oito restantes de autoria de George Marcgrave, *História rerum naturalium Brasiliae*, os quais foram compilados e anotados por Joannes de Laet. Os oito livros finais tratam, os três primeiros de botânica, o quarto sobre peixes, o quinto sobre pássaros, o sexto sobre quadrúpedes e serpentes, o sétimo sobre insetos e o oitavo (escrito por Joannes de Laet) descreve a região do Nordeste do Brasil e seus habitantes. Esta última parte é de raro valor etnográfico e lingüístico, sendo utilizada na sua elaboração notas de Jacob Rabbi, notável intérprete a serviço dos holandeses, e o extenso vocabulário tupi compilado pelo padre José de Anchieta.⁸

Alegando imperfeições na primeira edição, Willem Piso promoveu uma segunda em 1658, *De Indiae Utriusque re naturali et medica*, impressa em Amsterdam, nas oficinas de Ludovicus et Daniel Elzevier, no formato 36 x 22 cm. A obra compreende seis livros do próprio Piso, reunidos sob o subtítulo *Historiae naturalis et medicae Indiae*

⁽⁷⁾ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos, recentemente praticados no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. XIII, 410 p.il. 60 gravuras, reproduzidas em fac-símile da ed. de Amsterdam de 1647, 27 assinadas por Frans Post (1645). (Coleção Recife; v. 4).

⁽⁸⁾ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

Occidentalis, 332 p.; *Tratatus topographicus et metereologicus Brasiliae, cum Observatione Eclipsis Solaris*, 39 p., de autoria de George Marcgrave; *Historiae naturalis et medicae Indiae Orientalis*, 160 p., de autoria de Jacobi Bonti e um estudo sobre a *Mantissima aromatica*, do próprio Piso. Esta edição é aberta por uma notável folha de rosto, gravada em lâmina de cobre provavelmente por Theodoro Matham, a qual se sucedem cinco páginas sem numeração. Os originais da obra encontram-se na Biblioteca Albertina, em Viena, sendo as duas edições ainda hoje muito consultadas pelos estudiosos da matéria contida em seus capítulos.

Em 1942, a *Historia naturalis Brasiliae etc.* veio a ser traduzida para o português pelo monsenhor José Procópio de Magalhães, sob o título *História Natural do Brasil*, numa publicação do Museu Paulista e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, *in folio*, 25,5 cm. x 39 cm., com a reprodução da folha de rosto, iluminuras e desenhos da edição de 1.648. Prefácio de Affonso de E. Taunay. 298 p + CIV.

Outro livro de rara beleza iconográfica é o poema de Franciscus Plante, *Mauritidos*, dedicado ao Conde João Maurício de Nassau, de quem era capelão. A obra, datada de 1.647, impressa em Amsterdam por Joannis Maire, tem o formato de 42 cm. x 30 cm., 205 p., sendo ilustrada por 20 gravuras (anteriormente publicadas no livro de Gaspar Barlaeus), quatro mapas desdobráveis (Ceará, Pernambuco, Paraíba e ‘Pernambuco Boreal’), um retrato de João Maurício de Nassau (o mesmo do livro de Gaspar Barlaeus, gravado por Theodoro Matham) e outro do próprio Franciscus Plante, gravado por Jonas Suyderhoof. Já em 1.872, esta obra era considerada por Fr. Mueller como um trabalho raro e magnífico.⁹

De extrema raridade é outro folheto (16p.il.), que também leva a assinatura do reverendo Franciscus Plante, totalmente desconhecido pelos bibliógrafos e estudiosos que se dedicaram ao período holandês. Trata-se de um texto poético, com 16 páginas contendo preciosas ilustrações, sobre a tentativa da tomada da Bahia de Todos os Santos por frota comandada pelo Conde João Maurício de Nassau, publicado, sob o título *Legatio Pernambucensis*, impresso em Leiden, na oficina de Wilhelmi Christiani, em 1642. - O único exemplar conhecido deste precioso opúsculo encontra-se hoje na biblioteca do Prof. José Antônio Gonsalves

⁹ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

de Mello, adquirido à livraria Kosmos (Rio de Janeiro), em 8 de março de 1973.

3. JOÃO MAURÍCIO, O BRASILEIRO

Ainda sob o mecenato de João Maurício de Nassau foram elaborados preciosos conjuntos de mapas do Brasil Holandês e de regiões da África. Os primeiros, formados pelo conjunto de George Marcgrave, reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.¹⁰

Da mesma época são os quadros e painéis pintados por Frans Post e Albert Eckhout, responsáveis pela divulgação na Europa das primeiras paisagens brasileiras. Juntem-se a elas, uma farta documentação iconográfica dos naturais da terra, indígenas, portugueses, negros e mazombos [filhos de portugueses nascidos no Brasil] aqui residentes, bem como da flora e da fauna brasileira, obras hoje admiradas nas mais diferentes coleções do mundo.

Pernambuco veio a exercer um fascínio todo especial sobre o conde João Maurício de Nassau, que passou a ser conhecido pelo apelido de “*O Brasileiro* “. Lembra José Antônio Gonsalves de Mello, em apresentação à edição recifense do livro de Gaspar Barlaeus, editada em 1.979 pela Fundação de Cultura Cidade do Recife, que ao regressar à Holanda o conde levou consigo, além de um mobiliário talhado em marfim em Pernambuco, um apreciável acervo de móveis e obras-de-arte assinadas pelos artistas de sua comitiva - pintores Frans Post, Albert van den Eckhout e Zacarias Wagener, cartógrafo e naturalista George Marcgrave, cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons, além de outros objetos ditos menores. Da relação de seus pertences se depreende o gosto do conde por “curiosidades” da terra pernambucana. Assim estão relacionados entre seus objetos, toros de jacarandá torneados, pranchas de pau-santo, pau-violeta e diversos tipos de madeiras de lei; bem como curiosidades outras, não muito comuns para um observador europeu: sete botijas de farinha de mandioca; 103 barriletes de frutas confeitadas; quatro barris contendo conchas e seixos do Cabo de Santo Agostinho.

⁽¹⁰⁾ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit

Lembra ainda a mesma fonte, citando depoimento contido no livro de memórias de Sir William Temple (1628 - 1699), Embaixador da Inglaterra junto ao Reino dos Países Baixos, “recordo o velho Príncipe João Maurício de Nassau que se tinha acostumado com as redes do Brasil e continuou a usá-las freqüentemente ao longo de sua vida, quando sofria de cálculos ou gota e era de opinião que melhorava e conseguia dormir pelo movimento e balanço dessas camas aéreas”. Em sua “cabana” de Berg und Tal, o então Príncipe João Maurício de Nassau conservava um baú com recordações do Brasil, criava um papagaio e costumava dormir em “uma rede de pano de linho brasileiro bordado e guarnecido de amarelo”. Informa ainda J. A. Gonsalves de Mello, que de “uma dessas redes constou do conjunto por ele oferecido ao Rei Luís XIV da França e da qual se tem notícia de que o Delfim nela se embalou”.¹¹

No seu último ano de vida, segundo a mesma fonte, João Maurício, já recolhido em sua propriedade nos arredores de Cleve, demonstrando saudade do Brasil, solicitou, em carta datada de 26 de junho de 1679, a intervenção do representante dos Países Baixos junto à Corte do Rei da Dinamarca, Jacob le Maire, junto ao novo Rei, Cristiano V, no sentido de obter para si cópias dos 26 quadros, 23 dos quais, pintados por Albert Eckhout, que ele houvera anos antes presenteado ao Rei Frederico III, genitor do novo monarca:

Vivo aqui retirado, neste lugar solitário, para, tanto quanto possível, afastar-me dos negócios civis e da guerra, em razão da minha idade. E como este sítio é pouco menos que selvagem, estou pretendendo fazer pintar nesta casa todas as nações selvagens que governei no Brasil. E recordo que há tempos enviei a Sua Real Majestade, de elogiável memória, algumas pinturas daquelas nações, e me consta que por elas a Majestade agora reinante não parece ter nenhuma estima.

Peço por isso a Vossa Senhoria queira tomar o encargo de sondar a aludida Majestade se concordaria em abrir mão delas e mas devolver; caso contrário, se permitiria que elas fossem mandadas copiar por mim, pois delas não conservo cópias. Se Vossa Majestade conceder esse último pedido,

⁽¹¹⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. In BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. “Apresentação”. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa, 1982, p. 9 - 13.

como espero, pedirei a Vossa Senhoria queira entender-se com um bom pintor para realizar as aludidas cópias, devendo representar as figuras com um pé de altura e o mais em proporção.

Consta que o embaixador fez ciente ao Príncipe Nassau da concordância do Rei da Dinamarca, em permitir as cópias do conjunto hoje conservado no Museu Nacional de Copenhague, em carta datada de 2 de setembro de 1.679, não se sabendo de qualquer resposta do interessado.¹²

O Príncipe João Maurício de Nassau - Siegen veio a falecer nos arredores de Cleve, na sua propriedade rural, denominada Berg und Tal, a 20 de dezembro de 1679, cercado de lembranças e recordações do Brasil.

4. CRONISTAS DO BRASIL HOLANDÊS

Na introdução que faz ao livro do Reverendo Baers, *Olinda conquistada*¹³, afirma que “nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período da dominação holandesa no Brasil Oriental”. Segundo a mesma fonte, G. M. Asher relaciona, no seu *A bibliographical and historical essay* (1854), mais de duzentas publicações referentes ao Brasil, que encontrou na secção denominada - *Bibliotheca Duncaniana* - da Real Biblioteca da Haia, e continuamente se descobrem novas espécies que escaparam ao operoso investigador.

O Domínio Holandês no Norte do Brasil (1630 - 1654) é um dos períodos de nossa história que mais desperta as atenções de estudiosos, não só nacionais como estrangeiros.

Derrotados em Pernambuco, onde assinaram a rendição em 26 de janeiro de 1654, os holandeses retornaram aos Países Baixos nos meses que se seguiram, tendo algumas famílias emigrado para as Antilhas, onde mantiveram a agroindústria do açúcar. A paz, porém, só foi obtida, em 6 de agosto de 1661, quando da assinatura do Tratado. Os anos que duraram

⁽¹²⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. In BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. Op. cit .

⁽¹³⁾ João Baers, *Olinda Conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. 2ª edição fac-similar. Recife: SEC; Departamento de Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase).

as negociações, quase que custaram a soberania de Portugal, ameaçado em suas fronteiras pelos exércitos de Espanha e com a sua capital bloqueada pela esquadra holandesa fundeada na foz do Tejo. Conclui Evaldo Cabral de Mello, in *O Negócio do Brasil*¹⁴, que Portugal pagaria em dezesseis anos 4.000.000 de cruzados em numerário, cancelamento de impostos, açúcar, fumo e sal, ao preço vigente no Reino na ocasião do pagamento. Esta soma correspondia a grosso modo a 650.000.000 de dólares americanos de 1998. As prestações montariam anualmente a 250.000 cruzados, sendo desembolsados em Lisboa; o câmbio era favorável ao Reino, ao não levar em conta o deságio que gravara a moeda portuguesa em Amsterdã.[..]. As violações do tratado não afetariam o estado de paz, mas na hipótese de descumprimento da parte de Portugal, os Países Baixos poderiam exigir o Nordeste de volta, sem ter de reembolsar o Reino da parcela da indenização amortizada.

A historiografia deste período é uma das mais vastas dos cinco séculos da História do Brasil, como bem demonstrou José Honório Rodrigues ao escrever *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto nacional da Livro, 1949.

No âmbito dos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacam-se do lado luso-brasileiro, as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654¹⁵; Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*, publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 38-43. Rio: 1875¹⁶; Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno*

⁽¹⁴⁾ MELLO, Evaldo Cabral. *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641 - 1669*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998. 274 p. il.

⁽¹⁵⁾ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

⁽¹⁶⁾ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas da Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v.1). 1. Ed. integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto. Inclui índice onomástico.

e *Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648¹⁷; Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joam Galram, 1675; ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil. Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655* ¹⁸, que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores, usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil Holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584 -1654), não só porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1641 foi o Governador do Brasil Holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brazil*. Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello, “o seu livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13

⁽¹⁷⁾ CALADO, Frei manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4. Ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

⁽¹⁸⁾ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasilica*. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. Ed. Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-símile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-símile da ed. da *Viagem da Armada* etc. Lisboa: Joan Galram, 1655.

de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena - quase um pincel de mestre pintor - dá vida e movimento”¹⁹.

Do lado dos holandeses a história teve também os seus cronistas, com especial destaque para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof e Pierre Moreau, além dos já citados, publicados sob os auspícios do Conde João Maurício de Nassau-Siegen.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Baschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*, com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, Behelzende Al het geen op dezelve is voorgevallen*. etc. Amsterdam, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 a 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a *Insurreição Pernambucana*. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José

⁽¹⁹⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil Holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais*. Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegado a Pernambuco em 1646, Moreau vem a presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha ao seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas, para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, Numa tradução de Leda Boechat Rodrigues, com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

5. HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Os modernos estudos sobre o Brasil Holandês, têm início a partir da primeira metade do século XIX, com a obra de Pieter Marinus Netscher (1824 - 1903), na qual, pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays - Bas et le Brésil au XVII siècle*. (Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p.).

No Brasil, esses estudos ganham notoriedade com Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 - 1878), autor de *História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1.624 a 1.654*. (Vienna d'Áustria, 1871. 365 p.), que teve no ano seguinte uma “nova edição melhorada e acrescentada”, com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e*

independência de Portugal. Muito aumentada e melhorada pelo autor. 2. v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. (1877). A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Em 1885, por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846 - 1901) em arquivos dos Países Baixos, que prolongou-se até o ano seguinte de 1.886. O relatório de tal missão vem a ser publicado na edição do *Diário de Pernambuco*, de 2 de setembro de 1886.

Trabalhou José Hygino particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.) a *Coleção José Hygino* “se constitui no maior acervo de documentos (sobre o Brasil Holandês) fora da Holanda”, em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. Segundo a mesma fonte, no seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilie* (13 v.) e as *Dagelijkse Notulen* (12 v.), afora quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo o total de cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870 - 1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Morais e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949. p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Wätjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein Kapitel aus der kolonialgeschichte des 17*. Gotha, 1921.

352 p., diz ser este “o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil, Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida algumas conclusões”. Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revela ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, 5.000 volumes, em 1978 e uma terceira, 3.000 volumes, em 1987.²⁰

Sobre o período holandês o mesmo autor desenvolveu estudos vários,²¹ utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957 - 1958) e de suas

⁽²⁰⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. Ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. Ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

⁽²¹⁾ Ver: GASPAS, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias).

Durante cerca de 40 anos José Antônio Gonsalves de Mello reuniu também, invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação - Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel* do Recife, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil Holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdam, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças, chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdam, fundaram em setembro de 1.654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. A primeira edição de *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda, o que veio acontecer em 1.996, com sua tiragem estabelecida em 3.000 volumes.²²

Em 1986, sentiu-se que, apesar do grande número de estudos sobre o Brasil Holandês, faltava a bibliografia em língua portuguesa um trabalho que enfocasse a presença da Igreja Reformada em sua primeira incursão em terras brasileiras. Esta tarefa foi magnificamente desempenhada pelo reverendo Frans Leonard Schalkwijk, ao escrever *Igreja e Estado no Brasil Holandês*.²³ No estudo, os anos da dominação

(22) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimentos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630 - 1654).

(23) SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretora de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25).

holandesa (1630-1654) apresentam-se sob um novo ângulo: no prisma da história, a luz incidente se decompõe em novas cores, transformadas em fatos e acontecimentos até então ignorados, levando o leitor comum e o estudioso a travar conhecimento com os primeiros anos da tentativa de implantação da Igreja Cristã Reformada nas terras do Norte do Brasil.

Naquele livro, aborda o autor as relações, até certo ponto difíceis, dos predicantes com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais, entidade responsável pelo governo e exploração desta parte do Brasil no período de 24 anos. Estuda exaustivamente tentativa da Igreja Cristã Reformada de implantar sua fé nesta parte do Brasil, inclusive entre índios e negros, a partir da chegada das tropas comandadas pelo general Theodoro van Weerdenburch, em 15 de fevereiro de 1630, que trouxera como seu capelão o reverendo Johannes Baers.²⁴

Por outro lado, com a invasão holandesa, a religião Católica Romana, então dominante, tem o seu culto proibido e alguns dos seus templos passam a servir ao ministério dos predicantes da Igreja Cristã Reformada, que “espalhavam livros e cartilhas pela terra”²⁵, travando-se assim uma guerra surda entre seguidores das duas denominações - “...sendo que se por as ruas passavam alguns religiosos, ou clérigos nossos, os mesmos meninos lhe diziam palavras injuriosas”²⁶ e ou, como

²⁴⁾ Nascido em Gand (Bélgica) em 1.580, filho de Paschasius Baers, tendo iniciado seus estudos em teologia em Leiden, a 30 de maio de 1602, Johannes Baers é autor de interessante depoimento sobre a conquista de Olinda, traduzido por Alfredo de Carvalho com o título *Olinda Conquistada* (Recife 1.898). Em língua holandesa a edição de seu depoimento data de 1630 e tem um longo título: “Olinda, situada na terra do Brasil, na Capitania de Pernambuco, auspiciosamente conquistada em 16 de fevereiro de 1630 sob o comando de Henrick Lonck, descrito breve e claramente por Johannes Baers servo do Verbo Divino no Senhorio de Vreeswijck e como homenagem aos seus 50 anos de idade”.

Predicante em Vreeswijck, pequena aldeia da província de Utrecht, pede licença de um ano para acompanhar a expedição que a Companhia das Índias Ocidentais armara para a conquista do Brasil, na condição de capelão do coronel Theodoro Weerdenburch. Foi nesta qualidade que oficiou atos religiosos, inclusive na igreja matriz do Salvador do Mundo de Olinda, tendo permanecido neste ministério por cerca de dez semanas. O seu retorno aos Países Baixos acontece em maio de 1630, desembarcando em Texel, a 20 de julho, e concluindo o seu relato quatro dias após - “Escrito no Mar Hispânico, passadas as Ilhas Flamengas, a 24 de julho de 1630”.

⁽²⁵⁾ SANTIAGO, Diogo lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Op. cit. P. 164.

⁽²⁶⁾ CALADO, frei Manuel O *Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Op. cit. P. 340, v. 1.

testemunha Diogo Lopes Santiago, “desejavam sumamente os seus predicantes da perfídia herética de extinguir entre os moradores a religião católica romana, e muitas vezes nos conselhos pediram que embarcassem todos os sacerdotes, e a isto exortavam o povo e lhes faziam cruel guerra”.

Despido do toque apologético, que caracteriza a obra dos cronistas presenciais da “Guerra Brasília”, o reverendo Frans Leonard Schalkwijk aborda os fatos dentro da mais absoluta isenção de ânimo. Estuda o Autor, o trabalho missionário da igreja reformada, inclusive entre os indígenas, o que motivou a confecção de um catecismo “nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa.” Aborda ainda, o aspecto da Liberdade Religiosa para os cristãos reformados, judeus e católicos romanos, reunindo assim elementos da maior importância para o estudo da história das religiões no Brasil.

A partir de 1975, a bibliografia referente ao Brasil Holandês passa a contar com os estudos do diplomata e historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello responsável por três obras básicas para o conhecimento de tão importante período: *Olinda Restaurada - Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654* (1.975), *Rubro veio - O imaginário da Restauração Pernambucana* (1.986), *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669* (1998).

Em *Olinda Restaurada*²⁷ estuda o autor a “contribuição da sociedade açucareira do Nordeste do Brasil ao esforço de guerra, através do exame dos mecanismos que lhe permitam mobilizar seus escassos recursos econômicos e humanos na luta contra os invasores”. A “guerra brasílica” é vista sob os seus aspectos econômicos e adaptações militares, observando que a Restauração de Pernambuco (1654) fora “resultado exclusivo do esforço de seus habitantes” que, segundo documento da época, os de Pernambuco haviam feito a guerra “à custa do nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”.

A “guerra brasílica”, excluída a ocupação de Salvador (1624 - 1625) é dividida por ele em três períodos. O primeiro, chamado de *guerra de resistência*, vai de 1630 a 1637; o segundo, chamado pelos

⁽²⁷⁾ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense-Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975. 390 p. 2. Ed. revista e aumentada Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 470 p.

historiadores de *idade do ouro*, coincide com o governo do conde João Maurício de Nassau, entre 1637-1644; finalmente, o terceiro, no qual acontece a *guerra da restauração*, se situa entre 1645 e 1654. Ao contrário da primeira fase, onde se constata uma forte presença de militares europeus no comando e na milícia dos exércitos portugueses, a *guerra da restauração* é feita pela infantaria da terra. Os terços dos restauradores eram formados por gente livre, negros e índios de Pernambuco, que utilizavam métodos e técnicas desconhecidas dos militares europeus, como o fator surpresa, usado a larga na guerra de guerrilhas, contribuindo, assim, para o sucesso sobre os bem municiados exércitos da Companhia das Índias Ocidentais.

A partir de *Olinda Restaurada*, Evaldo Cabral de Mello segue os passos do seu primo e mestre José Antônio Gonsalves de Mello²⁸, utilizando-se para isso das notas reunidas pelo autor de *Tempo dos Flamengos* em arquivos holandeses e no Arquivo Geral de Simancas (Espanha). Já habilitado na língua dos antigos dominadores do Nordeste do Brasil²⁹, inclusive no holandês seiscentista, passa a lidar com mais intimidade com as fontes manuscritas do Brasil Holandês, como se depreende das obras por ele escritas nos anos que se seguiram.

Em *Rubro veio - O imaginário da Restauração Pernambucana*³⁰, Evaldo Cabral de Mello estuda a doutrina que se formou, ao longo dos anos que se sucederam à expulsão dos holandeses, que a gente pernambucana “deveria à Coroa não a vassalagem “natural” a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído a suserania portuguesa”³¹.

(28) “A ele deve o autor o estímulo e a orientação de doze anos de frequentação do sobrado vermelho da rua das Pernambucans, 420, na Capunga, de que guarda a recordação e a saudade mais vivas. Ele não é apenas o grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste. É também o mais vigilante guardião dos valores que ela encerra”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. P. 16.

(29) “A Elisa van Delden, de Genebra, cuja pertinácia batava terminou por capacitá-lo a ler a língua dos antigos dominadores do Nordeste, o holandês seiscentista, onde iria sentir-se bem mais à vontade do que no holandês moderno”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. P. 17.

(30) MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio - o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 472 p. 2. Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 473 p.

(31) MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*. Op. cit. P. 124.

Segundo o mesmo autor, o nativismo pernambucano, ao pressentir a força dos naturais da terra estabelecer as suas próprias fronteiras, criou para si um ideário que vem tomar forma no último lustro do século XVII. Segundo o discurso que da “nobreza de Olinda”, a restauração fora conquistada “a custa do nosso sangue, vidas e fazendas” sendo Pernambuco, juntamente com as demais capitanias ocupadas pelo Domínio Holandês, entregue ao rei de Portugal debaixo de certas condições.

A gente da terra deveria à coroa não a vassalagem natural a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que, restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído à suserania portuguesa.

As negociações do tratado de paz, a ser firmado entre Portugal e Holanda, após a retirada dos holandeses de Pernambuco, veio a ser objeto do terceiro livro de Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*.³² Nele aborda um dos mais intrincados temas da história colonial do Brasil e de Portugal, para o qual chama a atenção José Antônio Gonsalves de Mello quando da edição de *João Fernandes Vieira - Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*³³, que são as negociações que resultaram no Tratado de Lisboa, assinado em 6 de agosto de 1661, selando finalmente a paz entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Para isso ele se valeu não somente de uma invejável bibliografia, como também das fontes manuscritas conservadas nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Coleção José Hygino) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Coleção Joaquim Caetano da Silva), além das coleções portuguesas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca do Palácio da Ajuda e Biblioteca Nacional de Lisboa, a fim de dissecar com maestria tão complexo tema da historiografia do Brasil e Portugal.

⁽³²⁾ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 273 p.

⁽³³⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira - Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1956. 2 v.; 2. Ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2.000. 488 p. il.

6. UM GUIA DE FONTES

As missões de pesquisa junto aos arquivos holandeses, desenvolvidas por Joaquim Caetano da Silva (1854), José Hygino Duarte Pereira (1886) e José Antônio Gonsalves de Mello (1957 e 1962)³⁴, revelaram um imenso acervo de documentos de interesse para a história do Brasil e da Holanda no século XVII, mas nem de longe chegaram a um levantamento completo de todo o acervo documental.

Reunida nos diversos arquivos dos Países Baixos, a documentação em questão vem despertando a curiosidade de inúmeros estudiosos que sentem a necessidade de uma catalogação sistemática, de forma a facilitar o acervo aos mais diferentes fundos de pesquisa.

Por falta de uma catalogação, com um índice de assuntos e temas de pesquisa, a pesquisa histórica de temas ligados ao Brasil Holandês vem se tornando cada vez mais difícil e onerosa, daí despertar pouco interesse aos estudiosos das mais diversas nacionalidades.

Neste sentido o Ministério da Cultura do Brasil, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco vem, com a publicação deste *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês* dar o primeiro passo de modo a facilitar o acesso do investigador ao documento, tentando de forma fácil e rápida orientar os interessados para os diversos arquivos em funcionamento nos Países Baixos.

Na elaboração deste *Guia*, contou o Projeto Resgate, dirigido pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, com a coordenação administrativa do IPAD - Instituto de planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico e a organização e produção editorial a cargo da Fundação Joaquim Nabuco que, através de sua Editora Massangana, é responsável pela elaboração desta edição.

Para o levantamento dos arquivos holandeses, com os respectivos fundos de interesse para o Brasil, foram contratados os

⁽³⁴⁾ Em Abril de 2.000, a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco fez digitalizar dez cadernos de anotações manuscritas, relacionando os documentos consultados pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, quando de suas missões nos Países Baixos (1956 -1962), totalizando um conjunto de 820 páginas. A publicação entregue no mesmo ano aos principais arquivos históricos da Holanda, pelo autor destas linhas, tem o seguinte título: *Arquivos Holandeses - José Antônio Gonsalves de Mello*.

serviços dos pesquisadores Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman, o primeiro da Universidade Federal de Pernambuco em bolsa de doutorado na Holanda e o segundo da Universidade de Amsterdã, que oferecem nesta publicação um roteiro acessível a qualquer investigador que necessite utilizar-se dos acervos de quaisquer daqueles centros de pesquisa.

Com a publicação do *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*, espera os responsáveis pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco despertar o interesse de um número cada vez maior de especialistas nos estudos brasileiros, bem como incentivar os diversos centros arquivísticos no sentido de elaborar a catalogação de todos os fundos de pesquisa, em cujos acervos se encontram documentação direta ou indiretamente ligada a tão importante período da história dos dois países.

ANCHIETA, O APÓSTOLO DO BRASIL

Arita Damasceno PETTENÁ

Foi lá em Tenerife, a ilha dos pastores e dos pássaros, que nasceu José de Anchieta. Passeando por aquele chão, entranhado de vulcões e rodeado de montanhas, o pequeno Joseph gostava de contemplar, sereno, a delicadeza das flores e assistir, de perto, o pulo das cabras, subindo os rochedos. Então a sua alma-criança irmanava-se com a natureza e, galgando penedos e altos montes, buscava, na sua inocência, atingir o infinito. E foi assim que lá do alto, numa visão antecipada do futuro, pode ele entrever, no amontoado das nuvens que caminham, as suas decisivas pegadas pelo mundo. Quatro anos haveria de passar na Universidade de Coimbra, dos 14 aos 18, para aprimorar sua cultura, expandir seus conhecimentos. Sua inteligência privilegiada, sua facilidade para as Ciências Humanas e, principalmente, sua fluência na arte difícil de fazer versos em latim e interpretá-los numa entonação cheia de doçura, fizeram-no logo conhecido como o “Canário de Coimbra”. Mas isto só não lhe bastava. Era preciso mais. Era preciso vivência. Realização de algo muito mais importante para a sua própria missão de apóstolo, de homem missionário, de catequista, taumaturgo, pacificador, abolicionista, bandeirante, poeta, herói e, acima de tudo, professor. E a estrela do destino indica-lhe o caminho da “Companhia de Jesus”, fundada no mesmo ano em que ele nascera, 1534. E Anchieta toma o hábito de noviço. Ali, no Colégio, sua dedicação é notada em todos os sentidos. Sua voz, sempre pronta a dizer “sim”, todas as vezes que é chamada a colaborar mesmo nas tarefas mais humildes, é ainda ouvida, diariamente, nas oito missas que ajuda na capela.

Um dia, entretanto, quando em trabalho, uma escada cai-lhe sobre a espinha dorsal e ele há de ficar corcunda para a vida inteira.

Seus lábios, porém, obedientes, jamais rebelaram-se contra a vontade do Senhor, que sabia muito mais que ele o que convinha às Suas criaturas. E fraco e aleijado, ele ainda nos surpreende, quando diz brincando: “ A natureza me preparou para carregar fardos.”

Tem realmente pouco menos de vinte anos e sua figura já se assemelha a de um velho. No entanto, quando escolhido entre seis jesuítas que devem partir para o Novo Mundo, ele é capaz de ajoelhar-se, lépido, diante de um crucifixo, para, esquecido da própria sorte, agradecer ao Senhor tanta ventura.

Lá fora, numa terra totalmente diferente da sua, há um Brasil com apenas 53 anos e que tem pressa do seu trabalho, para alargar, em povoados e aldeias, as barreiras intransponíveis das picadas íngremes. Aqui já o espera, para missões mais altas, o Irmão Manuel de Nóbrega. Juntos haveriam de abrir caminho para a fundação de cidades importantes e de varrer, principalmente, de entre os índios, o antropofagismo, produto da ignorância e da falta de Deus. E Anchieta transforma-se no primeiro professor que o Brasil haveria de ter, a levar o ABC às tribos mais incultas, que falavam uma língua tão diferente da sua e cujo Deus não compactuava com o seu. E era através das crianças que ele buscava conquistar o espírito dos homens, porque é só nos pequenos que a gente encontra a ternura que nunca encontra nos grandes. E para isso teve de aprender a língua deles, para poder trazer ao palco da natureza, as suas comédias didáticas, que eram sempre representadas pelos índios; para poder cantar som os silvícolas, os seus cânticos de louvor, tão do agrado dos aborígenes; para fazê-los sentir que eles tinham direito à liberdade que estava sendo ameaçada pelos colonos portugueses que vestindo a capa dos civilizados, procuravam escravizar o índio, cujo maior prazer era viver em contato com a imensidão da floresta. E sentindo que o branco era muito pior que o índio, porque aquele era mau e sabia que era e este nem maldade sabia o que era, Anchieta torna-se o primeiro abolicionista de nossos país, na defesa dos selvagens.

Vivendo de acordo com o que pregava, fazia longas caminhadas a pé e quase sempre descalço. Dormia em redes, nas vigílias da prece e, nas noites muito frias, aquecia-se junto às fogueiras, enquanto suas mãos laboriosas compunham cadernos, para que os índios-alunos pudessem estudar, já que naquele tempo não havia livros. E Anchieta, sem esmorecer,

copiava às vezes noites a dentro, para que não faltasse a cada um de seus vinte e tantos alunos, o caderno de gramática escrito na língua tupi. E sendo mestre ele aprendeu a ser aluno, porque vivendo no meio dos brutos, teve a certeza de que a violência sempre gera violência e de que só através do amor é que se consegue cativar as almas indômitas. E seu altruísmo se espalhou de tal maneira que os próprios gentios o chamavam de “pajé-guaçu”, porque diziam que a sua bondade amarrava mais fortemente as mãos que as cordas mais resistentes.

Nos campos de Piratininga, ele é o jesuíta cirurgião. A pleurisia dizimava dezenas de pessoas por dia. Anchieta afia então os canivetes e, usando da sangria, consegue salvar grande parte da população.

Peregrino constante em busca de seres a catequizar, ele se transforma em figura lendária, tantos milagres contavam a seu respeito. Diziam até que o seu quarto à noite era iluminado sempre por uma luz estranha e fosforescente e que uma vez fora visto suspenso no ar, a rezar de joelhos. Falava-se até que ele chegava a domar as onças e animais ferozes simplesmente com a magia de sua palavra. É que pelos animais se entusiasmou de tal maneira que chegou a estudar os costumes dos macacos, dos tatus e dos tamanduás. Apóstolo do amor e da justiça, ele foi o verdadeiro Embaixador da Paz, quando os tamoios, mancomunados com os franceses, ameaçavam os portugueses. Permanecendo em Iperoig, como refém, escreve, em suas areias, com a ponta do bordão, um poema à Virgem, com 4.130 versos. E dizem que, numa hora de sol escaldante, foi visto a murmurar: “Ah! Quem me dera uma sombra!”. E os guarás, ouvindo a sua súplica, levantaram-se em bandos sobre o santo, formando ao seu redor um círculo escarlate de asas para que ele pudesse escrever: “Ó Mãe sempre Virgem, ó Virgem fecunda/ de nossos prazeres cansamos, ó Ave!/ Com que quis fechar-se no vosso conclave/ o Verbo do Padre pessoa segunda.”

E esta criatura que participou cristãmente das realizações dos primeiros governadores do Brasil, que, junto com Nóbrega e mais doze jesuítas, fundou o Colégio de São Paulo, que foi presença na fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro, que fundou ainda inúmeras escolas para missionários, só haveria de ordenar-se padre aos 33 anos, para tornar-se, mais tarde, o Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Velho e doente, ele se afastava anos depois desse alto posto e retoma a catequese de

Reritiba. Nóbrega, o seu grande amigo, já não mais existia. Anchieta sente, dia a dia, as forças fraquejarem. Na manhã de 9 de junho de 1.597, o sino da capela toca em ritmadas lúgubres e chorosas. É domingo e é dia de missa. Mas Anchieta morreu. Os índios saem de suas tabas e chorando inconsoláveis, gritam a uma só voz: “Morreu nosso pai! Aquele que era santo e profeta! Aquele que era bom! Aquele que era nosso defensor e nosso mestre, morreu!”

Fizeram de cedro o seu esquife e, colocando-o aos ombros, coberto de flores, puseram-se a caminho de Vitória, num percurso de quase 18 léguas, iluminado apenas pelos fachos.

Eram milhares deles, cantando as mesmas canções que entoavam quando morria um grande guerreiro. Dizem que durante o trajeto, encontraram um rio que rugia poderoso. No instante, porém, em que iam atravessá-lo, o rio cedeu manso e humilde aos seus impulsos, como a reverenciar o santo que por ali passava. Quatro dias depois, quando o Padre Superior, inconsolável com o seu desaparecimento, quis ver-lhe novamente o corpo sepulto, um grito de espanto invadiu todos os presentes: “Milagre”!

Anchieta dormia como um menino e de seu corpo se desprendia um leve perfume de acácia.

JOÃO TIBIRIÇÁ

Roberto Machado CARVALHO

O nome de João Tibiriçá Piratininga é sempre relacionado com o idealista republicano que presidiu os trabalhos da Convenção de Itu. Talvez poucos conheçam outras facetas da personalidade do insigne político, ardoroso adepto, naqueles tempos do Império Monárquico, daquilo que hoje chamamos de reforma das instituições, do ideário republicano. Para situarmos o homem e seu tempo, é preciso algumas preliminares. Descendente dos Almeida Prado, nasceu aos 7 de agosto de 1829, em terras hoje pertencentes ao município de Indaiatuba. Bem jovem, a família decidiu mandá-lo para a Europa, o que era comum nas hostes de fazendeiros. Seu primeiro contato com Paris foi assustador.

A “Cidade Luz” de 1848 - o ituano contava apenas 19 anos - estava em polvorosa. Em marcha pelas ruas parisienses uma revolta popular, exigindo uma nova Constituição elaborada por uma Assembléia Nacional. Foi a primeira experiência do jovem Tibiriçá Piratininga. Sorte que não ficou isolado. Lá encontrou dois conterrâneos e de conceituadas famílias ituanas, Rafael Paes de Barros e João de Paula Souza. Foi ao vivo, diante de seus olhos, nas ruas e praças de Paris que o ituano aprendeu e abraçou o ideal da República democrática, com base na organização política dos três poderes, com a garantia das eleições e voto universal, com o trabalho que assegurasse meios de vida digna, com o direito à propriedade e a segurança da ordem pública, com a abolição dos escravos nas colônias francesas, com o fim da discriminação racial. Não é preciso dizer que Paris, como a França em geral, não oferecia tais propostas. Já estavam distantes os ideais da Revolução Francesa de igualdade e de fraternidade. João Tibiriçá comparava os problemas dos franceses com a situação brasileira ao ouvir nas ruas brados de manifestantes como “Liberdade ou Morte”, queremos uma “República presidencial” .

Para o jovem, os acontecimentos franceses foram surpresas. Não esperava o sucedido, sua missão em Paris era outra. Filho de fazendeiro, desde criança mexeu com os lides da lavoura. Vastas terras na região ituana - a fazenda Tranqueiras - outras tantas no município de Mogi Mirim e a fazenda Taipas, onde hoje está Itaici, então considerada modelar. Interessou-se pelas ciências naturais, frequentou laboratórios franceses e de outras nacionalidades. Adquiriu então vasto saber em história natural, química, física, mineralogia e geologia. Mais tarde, aplicou seus estudos na fazenda de Itaici. Nela instalou um laboratório agrícola e desenvolveu uma produtiva lavoura açucareira, com maquinário importado da Europa, junto com técnico especializado na montagem e funcionamento do engenho. Foi com material desse laboratório que, mais tarde, nasceu o Instituto Agrônomo de Campinas. Com aqueles melhoramentos, a intenção de João Tibiriçá era enfrentar a concorrência do café que ia penetrando na região.

Voltemos a Paris. Em 1854, João Tibiriçá casou-se com a francesa Pauline Eberlé. No ano seguinte, nasceu Jorge Tibiriçá, futuro notável presidente de São Paulo. Após onze anos de permanência em Paris verifica-se o retorno ao Brasil. A família veio no mesmo navio que, em seus porões, trazia todo o então moderno maquinário para o engenho de Itaici. Tudo sob o comando do fazendeiro-cientista João Tibiriçá Piratininga que, a partir dos anos 60, dividia seu tempo entre a faina da lavoura, os estudos científicos e as atividades políticas.

Percebe o leitor que, no ano da Convenção de Itu, 1873, Tibiriçá Piratininga era nome de grande prestígio na província de São Paulo e talhado para presidir a reunião republicana no sobradão pertencente ao seu primo Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. Não foi em vão que o Clube Republicano de Itu foi fundado em setembro de 1871, na casa de João Tibiriçá, situada no então Largo da Matriz, local do atual banco HSBC. Mais tarde foi herdada pelo filho Jorge Tibiriçá. Foi este que, num gesto de altruísmo, cedeu a residência para a instalação das chamadas escolas reunidas do ensino primário de Itu. João Tibiriçá Piratininga não chegou a ver realizado seu sonho político, a proclamação da República. Faleceu em Nice, França, a 1º de dezembro de 1888. Seu corpo foi embalsamado e sepultado no Cemitério Municipal de Itu, túmulo ao lado da capela.

E POR FALAR EM ÁGUA... COMO ESTAVA ELA EM ALGUNS MOMENTOS DO SÉCULO XIX NA CIDADE DE CAMPINAS?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Relendo antigos cronistas, velhos periódicos campineiros, além da documentação atinente, só tenho a lamentar o caos que a Princesa D'Oeste se encontra nos dias em que vivemos, deplorando seu antigo manancial!

Se até os anos de 1.837 as fontes de águas cristalinas eram constantes na cidade, e os chafarizes bem demonstravam a abundância e pureza delas em Campinas, a ausência de adequado planejamento ao longo do processo histórico acabou por deixá-la como está: poluída, escassa e sujeita a racionamento! Ainda, problemas com o saneamento sempre existiram.

A preocupação parece sempre ter sido, ao longo do tempo, em tapar buracos, refazer muros, abrir novas formas para captação do líquido já considerado *precioso* e vistoriar antigas chácaras por estarem cercado suas aguadas, uma vez que os proprietários de terrenos onde as hortaliças eram cultivadas, preocupavam em represar a água em locais mais elevados a fim de impedir que os moradores de lugares mais baixos se utilizassem da corrente líquida em quantidade abundante. Relembro, só para exemplificar, a lavanderia pública que existiu nos fundos da casa do pai de Carlos Gomes: antiga rua da Bica Grande - Irmã Serafina e Avenida Anchieta - melhor localizando, defronte ao prédio onde se encontra a saudosa Escola Normal “Carlos Gomes” (prefiro a ela assim me referir...) onde lavadeiras negras e brancas se reuniam para utilizar d’água que vinha do Bairro Alto e que por lá correu até a década dos anos 1960 (foi coberta

em decorrência do calçamento efetuado dessa via pública), que também se escasseou.

Desde 1839, a Câmara Municipal de Campinas¹ indicara o Coronel José Franco de Andrade, o Tenente Antônio Rodrigues de Almeida e Serafim Gomes Moreira como encarregados do tratamento dos encanamentos das águas do Bairro Alto a fim de trazê-las até o Largo existente entre a Matriz Nova e o Teatro Carlos Gomes, onde deveria ser edificado um chafariz e canalização adequada, a fim de evitar que as águas das enxurradas, quando da ocorrência de fortes chuvas na cidade, trouxessem sujeira e contaminassem a água da bica.

Mas, em 1840, também a bica de Santa Cruz estava muito ruim, tendo seu proprietário - José Guedes Pinto - devido a construção de um paredão que fizera próximo a ela levado pesada multa decorrente da construção mal feita que, após forte chuva, entupiu toda a referida bica, deixando sem água a população que dela se servia².

É de se notar que os chafarizes do Bairro Alto e o de Santa Cruz eram, na época, os mais importantes de Campinas, advindo daí a preocupação dos representantes do povo de estarem vigilantes para que nada viesse a prejudicar seus moradores (bons tempos aqueles...) inclusive tratando também para que a *porcada* não continuasse a escavar próximo as aguadas publicas. Mas, não apenas os porcos foram objetos de reclamações e multas aplicadas: também os formigueiros foram alvos dos fiscais municipais dada a quantidade deles próximos às referidas bicas.

A Bica do Serafim, nessa análise geral que ora faço, foi igualmente alvo de questões, pois, o Sr. Evaristo Manuel de Almeida, mandou fechar boa parte de suas cabeceiras existentes em seu quintal, além da aguada pública da Rua do Picador (atual Marechal Deodoro) que também foi atingida. A Câmara, através do Vereador Quirino do Amaral Campos³ mandou proceder vistoria no dito local, revelando ser esse procedimento contrário às *Posturas* por se achar o terreno aberto à utilização pública.

⁽¹⁾ Campinas, Câmara Municipal. *Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas, 1839*. Caixa nº 1 / 2, Pasta 1839.

⁽²⁾ Idem, 1840. Caixa nº 3 / 4, Pasta 1840.

⁽³⁾ Campinas, Câmara Municipal. *Seção Camararia*, janeiro, 11, 1845.

O problema d'água, portanto, é histórico em Campinas e, após os surtos epidêmicos de febre amarela e do cólera, os esforços das autoridades redobram, temendo ainda a ocorrência de estiagens prolongadas que poderiam provocar extinção d'água na cidade.

Foram então tomadas providências (1845-8) para que mais um chafariz fosse construído no Pátio da Matriz Nova (já havia um atrás da Igreja). Houve por bem a comissão nomeada para estudar a solicitação feita pelo Vereador Diogo Benedito dos Santos Prado que fosse colocado o dito chafariz no Largo do Rosário, com água potável e fonte de repuxo.

A preocupação dos edis caminhava sempre para a construção de outros chafarizes, prevendo possíveis caos futuros, mas, não descurando também com relação às correntes d'água que pudessem danificar a população, principalmente pela sujeira que grassava na cidade decorrente de animais que, soltos, perambulavam pela Campinas.

A Rua das Casinhas (atual General Osório) era muito prejudicada, principalmente entre a rua da Bica Grande (Irmã Serafina) e a de Baixo (Luzitana). A preocupação era sempre a mesma: canalização do líquido potável até as moradias sobretudo temendo epidemias, causadas não apenas pela água como pela poeira que cobria a cidade com fortes ventanias que sempre a assolavam (segundo a tradição...ventos provenientes de Jundiá...).

Tudo leva a crer que os empreiteiros de obras daquela época não tinham o necessário conhecimento para fazerem frente ao tipo de construção necessária que pudesse evitar transtornos com o fornecimento d'água. Dessa forma, áreas existentes entre o Largo do Jorumbeval e a do Teatro eram as mais sofridas pois, tais empreiteiros não se preocuparam em nivelar os terrenos, o que levou ao aparecimento de grandes buracos que *engoliam*, principalmente à noite, os desatentos que por aquelas áreas transitassem.

Foi tão somente no ano 1863 que o Vereador Dr. Ricardo Gumbleton Daunt solicitou *Posturas* que viessem a regularizar as atividades das lavadeiras nas aguadas, dados os conflitos múltiplos existentes entre elas, além de aconselhar (em 1864) estudos permanentes das vertentes d'água utilizadas pela população, objetivando melhor qualidade de vida ao povo campineiro e, dessa forma, tentando evitar poluição maior. Recomendou ainda todos os proprietários de imóveis fizessem encanamentos em suas casas.

A água do Pelourinho foi a primeira a ser submetida a esses estudos/análises d'água, procedida pelo botânico Corrêa de Melo que a achou imunda, e, portanto, nociva á saúde⁴.

A melhor água parece ter sido mesmo a da Bica/Chafariz do Serafim em decorrência de sua pureza (isso em torno de 1870).

Em 1872, com a preocupação cada vez maior de oferecer água potável à cidade e atendendo já ao aumento de estabelecimentos comerciais e industriais em Campinas, um grupo de *homens bons* requereu à Câmara para que pudesse ser fornecida água potável para Campinas, propondo, basicamente, que ela seria de uso público e particular, com um mínimo de quatro chafarizes nas principais praças da cidade, contendo canalização geral, com tubos de ferro esmaltados e/ou de chumbo e/ou de barro cozido, caixas para filtração d'água e grandes reservatórios. Os chafarizes deveriam ser de bronze, granito ou mármore, além de possuir repuxos, pelo menos com quatro torneiras e candelabros que os iluminassem a noite.

A primeira canalização d'águas realizada foi a do Tanquinho em decorrência de proposta apresentada e aprovada do Vereador Rafael de Abreu Sampaio.

Além dessa construção e captação junto ao Tanquinho que carregava água encanada para os chafarizes do Largo da Matriz Velha, também foi coberto o córrego que descia do alto da cidade - próximo à rua de São José (atual 13 de Maio) - a fim de evitar que suas águas, sobretudo em época de fortes chuvas, transbordassem de suas margens, gerando aumento de charcos pelos caminhos (1877). Nesse mesmo período apareceu o primeiro *aguateiro*⁵ da cidade, ou seja, aquele que fornecia água potável em pipas, percorrendo as residências de Campinas, que solicitou permissão à Câmara para colocar *bomba de couro em um dos chafarizes existentes no Largo do Jorumbeval a fim de facilitar seu serviço*.

⁽⁴⁾ Seu parecer datou de 20 de setembro de 1864 e apresentava, entre outros argumentos, a presença de extrato de amônia, nitrato de barita e de prata, indicando a presença de sal calcário. Isso talvez tenha sido decorrência da presença de armazéns de sal que existiram na Rua do Comércio (atual Dr. Quirino) e na de Baixo (atual Luzitana) muito próximas ao Largo do Pelourinho.

⁽⁵⁾ A 12 de Novembro de 1877, Manoel Joaquim, um indivíduo pobre e modesto chegou a bem entender as necessidades de sua gente, sobretudo por compreender os momentos difíceis que a cidade já enfrentava com os casos de varíola, tornando-se grande batalhador para melhoria dos veios d'água campineiros.

È bom que se lembre que vários atos de vandalismo ocorreram nos chafarizes - os mais atacados, foram os do Largo do Rosário, do Teatro e da Matriz Velha - tornando-se motivos de críticas e de uma série de *trovinhas cáusticas*, das quais saliento, pelo seu pitoresco e por se referir ao Chafariz do Largo do Rosário, então considerado um verdadeiro *modelo de mausoléu*:

***Meninas, minhas meninas,
Se eu pudesse sê mecê...
Punha fogo na cidade...
Que é pra se vê...⁶***

Realmente Campinas deveria estar um horror, pois, como já dizia o ditado, *a voz do povo é a voz de Deus...*

Campinas, por não possuir boa posição topográfica, não apresentava lugar apropriado para despejo de águas servidas e muito menos espaço para depósito de matérias fecais então depositadas dentro da cidade e que acabaram por poluir a atmosfera devido a exalações mefíticas. Daí a preocupação dos administradores da época em mandar construir esgotos, dessecamento dos terrenos pantanosos que existiam ao longo de praças importantes da cidade, como era o caso das de Carlos Gomes e Corrêa de Melo - então depósitos de lixo e águas servidas. Além disso, a própria Câmara lançava nesses locais resíduos provenientes da limpeza de toda a cidade.

A necessidade de higiene e salubridade pública fez com que os chamados *homens bons* da cidade, seus edis, se preocupassem, em prevenir seu espaço, até porque moléstias de estômago, fígado, e intestino já estavam ficando comuns na urbe. Portanto, o dessecar dos brejos existentes na cidade, a plantação de árvores e grama chegou a ser a grande fonte de preocupação dos homens públicos a fim de tornar Campinas higiênica e arejada.

Ao mesmo tempo em que tais inquietações ocorriam, fora inaugurado o Chafariz da Praça Carlos Gomes (4/12/1882), ao lado do aumento de vendedores d'água (com pipas e carroças). Tais *aguateiros* percorriam então o centro e os ainda poucos bairros da cidade vendendo água pura.

⁽⁶⁾ *Diário de Campinas*, out, 25, 1878. Segundo o periódico, foi um homem do povo que improvisou esta trova.

A 21 de abril de 1883, a *Gazeta de Campinas* principiou a divulgação do contrato *para abastecimento de águas e serviços de esgotos da cidade*. Todavia, à população ficava ainda assegurado o uso dos rios, ribeiros, tanques, chafarizes e vertentes existentes.

A 7 de julho de 1877, foi então organizada e constituída a Campanhia de Águas e Esgotos que deveria cumprir, entre outros dispositivos, a compra de um terreno além da linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de que lá fosse construído um reservatório d'água.

O Dr. Daunt fora contra a construção além do bairro da Ponte Preta para o reservatório dessa Companhia, alegando que o terreno seria útil quando de futuro aumento do perímetro urbano da cidade.

O manancial de Pirapitingui até então desprezado pelos técnicos da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, passou a ser objeto de interesse pelo poder público, o mesmo ocorrendo em relação à Rocinha, à margem do riacho Bom Jardim, que embora já apresentasse sua água um pouco poluída (1890), dada a existência contígua de chiqueiros e latrinas⁷, constituíram as saídas possíveis daquele momento para que a higienização urbana pudesse ocorrer.

Somente em 1896, com a atuação do Dr. Francisco de Sales Oliveira Júnior foi que se efetuou a construção dos serviços de Águas e Esgotos e a canalização do córrego de Anhumas, por proposta do Dr. Saturnino de Brito, completando, para a época, a melhoria do abastecimento e qualidade de água em Campinas.

Ao findar do século XIX a cidade estava corrigindo, aos poucos, os problemas atinentes a seus mananciais, na medida em que sua legislação, entre outros pontos, fora proibindo que os imóveis residenciais e industriais despejassem dejetos em seus cursos e veios d'água (1899-1903). Ainda, em 1905, também houve séria preocupação atinente às múltiplas obras de proteção relativas as nascentes da cidade.

Com isso, as lavadeiras prosseguindo em seu mister iam lavando suas roupas nas valetas, o que já estava ocasionando transtornos

⁷⁾ Câmara Municipal de Campinas. *Ofício do Governador Sôbre Servidores Particulares ao Manancial de Água de Rocinha* (atual Vinhedo), outubro 6, 1891.

como, por exemplo, aquele que ocorria na confluência das ruas de Santa Cruz e Orosimbo Maia, próxima a olaria do Dr. Eduardo Lane, um dos locais preferidos por elas no bairro de Santa Cruz. Após lavarem suas trouxas, punham as roupas para enxugá-las ao ar livre, ficando essas mulheres por ali mesmo na valeta. Só após a secagem das mesmas é que iam embora, o que em muito atrapalhava o tráfego já existente.

Episódio como o acima lembrado era freqüente em Campinas e somente quando os serviços de esgotos foram instalados na urbe foi que tais problemas principiaram por aliviar as autoridades.

Em verdade, já se faziam necessárias obras públicas para melhor desenvolvimento da cidade que iam além do aformoseamento de suas ruas, do evitar de precipícios, da substituição do antigo sistema de fossas por latrinas⁸, mas, também, da construção de pontes no município (nos rios Jaguari, Atibaia e Capivari) o que só veio a se efetivar muito tempo após o findar do século XIX, quando então os mananciais de água destinados ao uso de sua população chegaram a apresentar um dos mais perfeitos serviços de captação.

No momento cumpre-me dizer que ao longo do período ora rapidamente estudado, a atuação do poder municipal em assuntos que diziam respeito à higienização d'água, manutenção e distribuição dela, visando a saúde da população, vieram num contínuo crescer, quer fosse por obrigação que lhe conferia a Corte e, posteriormente, o Governo Republicano, quer por força do Estatuto Municipal, ora intervindo, ora questionando, mas, não se podendo negar o empenho e atuação da Câmara que, por repetidas vezes tentou remediar uma série de surtos endêmicos e epidêmicos pelos quais Campinas passou e que acabaram por criar no imaginário social um verdadeiro *pavor* que impediu à grande parte de sua população reconhecer de imediato a sensível transformação sócio-econômico-cultural já vivenciada pela cidade desde meados do século XIX.

⁽⁸⁾ Vale lembrar que ainda em 1893 fora requerido ao Intendente da Higiene e Instrução Pública a substituição do antigo sistema de fossas pelas modernas latrinas da Companhia de Águas e Esgotos. Sobre o assunto consultar: Campinas, *Arquivo Público e Histórico da Cidade*, Caixa 1893 -1901, cód. 0041/893, doc. nº 1.

A PRESENÇA DO IMIGRADO ALEMÃO NÃO É EXCLUSIVA DA REGIÃO SUL

Theobaldo Costa JAMUNDÁ

Por razões explicáveis, blumenauenses, joinvilenses e muitos com raízes na Colônia alemã de São Pedro de Alcântara, ufanam-se, sem ofender nem discutir, como privilegiados portadores da herança tedesca. Um detalhe se percebe entretanto, na satisfação visceral como seja, eles, os compreensíveis vaidosos únicos herdeiros de germânicos. E pela vaidade não cometem crime. E até é bonito que cultivem a glória específica.

E este ufanismo do teuto-brasileiro destas bandas arrazoa o tema para esta crônica, que, afinal é de caráter apologético e sobre o imigrado alemão também em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco. - Deixei por último os estados do Paraná e Rio Grande do Sul por que é comum ouvir-se referências sobre o que fizeram neles, de bom para o Brasil, os imigrantes teutônicos. E porque com o estado de Santa Catarina estes estados fazem a Região Sul, existe esvoaçante exagero para mais ou para menos sobre o nosso irmão teuto-brasileiro : o “Sul brasileiro dos alemães” ou os “Alemães dos estados do Sul”. - Quem já ouviu alguém dizer: o alemão do Rio de Janeiro que fez Petrópolis (RJ.) (...)

Entendendo que ninguém fica ofendido em saber que a contribuição do imigrado alemão no progresso brasileiro também chegou ao todo nacional como originada no meu Pernambuco. E na história, numa compreensão horizontal desde a presença de Johann Mauritius van Nassau-Siegen (1604 -1679) mui conhecido e mui amado Maurício de Nassau, que a inteligência pernambucana reconhecida galardoou. - Mesmo que fosse general invasor holandês e príncipe germânico, a gratidão pernambucana reconheceu maior e amigo da gente e da terra. E nessa gratidão e reconhecimento pelo trabalho de imigrados europeus e doutras

origens a bibliografia pernambucana é vária e vasta. E sobre os alemães um só livro informa muito. É aquele de Mestre de Apipucos, Gilberto Freyre intitulado: “**Nós e a Europa Germânica**” (1971) - E só para informar, de vez que o livro é raro e esgotado, o que escreveu Alfredo Carlos Schmalz, “Alemães em Pernambuco (1966)”, 44 páginas. E completo neste tema se pode ter o livro de GUILHERME AULER, “A Companhia de Operários 1838 - 1843”, Recife (PE) 1959. Esta Companhia, consistiu em ser formada com 195 artífices teutônicos da área de Engenharia Civil, como queria o presidente da Província de Pernambuco para trabalhar no Recife. E já em 1839 atuava, portanto, anos antes da fundação da Colônia de Blumenau.

Também chegaram como alemães e fizeram a “Colônia Santa Amélia” uns que não foram bem sucedidos; mas, para atividades urbanas a crônica relaciona: tipógrafos, fotógrafos, gravadores, litógrafos, desenhistas. E no texto da crônica, os nomes seguintes: Stahal, Henschel, Steffen, Wahnschaffe, Fiedler, Arens, Voigt, Parf, Schappriz, Bauch, Krause, Grotzschke. E até um assessor de Maurício de Nassau chamado Ehern Pa Te. E se avalie que foram fortes as relações mercantis com Hamburgo, Hannover e os importadores e exportadores da Baviera. E até desses centros germânicos existiram consulados no Recife.

Com a vigência da República, religiosos e religiosas germânicos chegaram com a liberdade de participarem expressivamente, na vida recifense e restauraram conventos no Recife e em Olinda. Sem dúvida a participação que deram preponderou principalmente, na área da educação e numa interiorização sem temer a agressividade do clima quente. Os beneditinos admitiram a instalação do “Curso Jurídico” no Convento de S. Bento. E deram também a vitalidade de instituir o ensino superior de Medicina-veterinária e Agronomia, hoje, raiz da Universidade Rural de Pernambuco. No destaque desse, vem os religiosos Dom Pedro Roeser (n. na Suábia) e o cientista Dom Bento Pickl O.S.B.. E como hóspede da Abadia Beneditina, o méd.-vet. Dr. Roesler.

E também é de um alemão de Munique a prioridade da introdução no Brasil-nordeste, irradiada de Pernambuco, a confecção de vitrais coloridos, chamava-se ele: Heinrich Moser. Como consta no orgulho pernambucano ter hospedado com merecimento o príncipe imperial Heinrich von Hohenzollern (irmão do imperador Guilherme II).

E se admita que o grupo tudesco não foi pequeno no Recife pois, por que se tivesse sido não teria motivação para fundar a “Deutscher Hilfsverein”, que, diz A. C. Schmalz até 1.966 cumpria a finalidade filantrópica objetivada.

Quem queira saber ou já sabe que todos os “Lins brasileiros” estão, pelo sangue, no croché dos “Lins germânicos” Sebaldo, Conrado, Rodrigo e Bartolomeu. - De certo sabe também que os “Lins da Europa germânica” emigraram para a Holanda e para Portugal. E sobre Sebaldo que atendia também por Tibaldo, criatura nascida em Ulm, informa com autoridade Karl Heinrich Jr., ter chegado ao Brasil dos pernambucanos como imigrante e com a família meteu-se na agricultura; e que foram o quanto puderam ser, motivadores de aparentados chegarem ao Brasil como imigrantes. (Cf. **A Contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Tradução de Custódio Campos - Rio de Janeiro, 1968 - E quem queira ir mais longe sobre essa contribuição, leia: Carlos Fouquet, **O Imigrante alemão e seus descendentes no Brasil 1808 - 1824** - 1974, Editores Instituto Hans Staden e Federação dos Centros Culturais “25 de julho”, respectivamente, São Paulo e São Leopoldo.)

Sobre os tantos “Lins brasileiros”, aqui quatro deles agigantados na intelectualidade brasileira, sendo que dois como escritores: o mineiro de Belo Horizonte, Ivan Lins (1904 - 1975) até quando faleceu no grupo, muito pequeno, dos últimos humanistas; o pernambucano do interior Osman Lins (1924 - 1978) autor conceituado de obra da ficção conhecida; o alagoano João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906) figura máscula do Império, ministro muitas vezes. - Uma vez como ministro da Fazenda (1878) e cortando verbas prejudicou os imigrados ocupados na construção da estrada da Serra (entre Joinville e Curitiba). - Aí mereceu o reclamo de Frederico Bruestlein, apontando o mal causado à Colônia Joinville. Diz a crônica que Cansanção de Sinimbú foi germanófilo e que presidindo a Província do Rio Grande do Sul, favoreceu, quanto possível, a Colônia alemã de “São Leopoldo”. (Cf. Craveiro Costa, **O Visconde de Sinimbú - Sua vida e sua atuação na política nacional** - 1840 - 1889.

E nos “Lins” com raízes em Pernambuco numa cidade chamada “Escada”(PE), se encontra a figura lembrada, maior como banqueiro (Banco Inco presente no território catarinense) maior como político, o catarinense Genésio Miranda Lins (Itajaí, 1903- ????)

E lembremos finalmente, que um alemão chamado Albert Grotzschke, em certo momento da vida “Kaiserlicher Konsul”, foi consagrado na memória pernambucana como fundador da **Cervejaria Pernambucana**. Aquela que tinha fachada principal na rua da Aurora, a fachada esquerda na rua do Lima e os fundos na rua da Fundação. E que meus olhos de menino nela viram homens baixos, vermelhos e gordos mui simpáticos. E nessa cervejaria, diz, o conhecimento de Alfredo Carlos Schmalz, sem dúvida o preservador mais capaz de presença alemã em Pernambuco, que o cervejeiro chamou-se “BRAUMEISTER-RUDOLF WALL”.

AS CONSEQÜÊNCIAS DO PÓS-NEOLIBERALISMO (A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ATUAL NOVA ORDEM NO MUNDO)

José Carlos GUIRELI

A queda do Império Romano no século V ocasionado pela crise do escravismo, conseqüência da retração do Império nas conquistas exteriores, as invasões bárbaras e a crise de governo, levaram o mundo ocidental ao sistema feudal, onde aqueles poderosos fugiram para o campo e os trabalhadores tiveram que se submeter ao servilismo.

O sistema Feudal e suas estruturas de servilismo mostravam a ociosidade da classe opulenta sendo abençoada pela Igreja Católica, que desfrutava com muita alegria das benesses do comércio e do apoio aos poderosos, distribuindo bênçãos de consolação aos pobres trabalhadores servis. A Igreja foi a noiva do sistema Feudal.

A produção tanto no Império Romano como no Feudalismo tinha por base sustentar a riqueza da classe patricia Romana e dos barões, duques e senhores feudais de um modo geral e também do clero. A estagnação feudalista proporcionou a ascensão de uma nova classe: a dos Comerciantes que nas encruzilhadas e cidades com Flandres na Holanda realizavam suas feiras aquecidas de produtos, principalmente do oriente que encontravam consumidores ávidos pelos burgos.

Com a queda do feudalismo e a ascensão da burguesia temos o fortalecimento das monarquias nacionais, a adoção de um comércio livre tendo por encaminhamento a figura do comerciante faz surgir então o pré-capitalismo ou o mercantilismo com várias facetas.

É a época da procura de novos possíveis mercados para aquisição dos vis metais preciosos, o ouro, a prata, etc para lastream a base financeira das nações de então.

Portugal e Espanha saem na frente nesta empreitada e ocupam territórios na Ásia, na África e por conseguinte no continente que receberia o nome de América, criando aqui a América Espanhola e Portuguesa. Foi a época de exploração em massa dos índios, das nações avançadas como os Incas, Maias e Astecas, foi a tomada das riquezas dessas terras americanas e a introdução da mão-de-obra escrava negra africana. Na América Espanhola o ouro, a prata de Potosi, por exemplo, ostentaram o luxo da corte espanhola, e das Minas Gerais, a luxúria da corte portuguesa.

Por esse tempo uma nova potência também colonizadora começava a surgir - a Inglaterra - que assegura o tráfico negreiro pelos mares, cria um exército de mercenários e piratas, enriquece com o comércio e ocupando países de história muito antiga, como a Índia, além da América Inglesa que viria a ser os E.U.A. hoje, como colônia de povoamento, por isso, se desenvolveu mais rapidamente no âmbito industrial.

Com o advento de uma nova tecnologia, por volta de 1750, temos o aparecimento de máquinas a vapor, a modernização dos transportes e comunicações, além da produção estar se dirigindo para uma escala comercial de produção, acabando com a produção artesanal, deixando os artesões e suas corporações sem opção de trabalho e produção, a não ser na venda do trabalho braçal, mas agora na nova casa: a fábrica, a indústria à beira dos rios, aproveitando e adaptando-se às novas invenções, além da exploração infantil e feminina em longas jornadas de trabalho diurno e noturno e de ganho miserável.

Anterior ao período da Revolução Industrial no século XVII por volta de 1630/1634, tivemos uma crise faminta na Europa, com a fome ceifando muitas vidas como na Inglaterra¹ além das epidemias, deixaram em muitas partes da Europa uma triste e cinza lembrança desses acontecimentos com revoltas sociais (1650) tanto na Europa Ocidental e Oriental, com exceção dos Países Baixos como Noruega, talvez Suécia e Suíça.²

⁽¹⁾ In As origens da Revolução Industrial, pág. 10, 11 e 16. Eric Hobsbawn.

⁽²⁾ Idem, pág. 16.

Com a instalação em definitivo da Revolução Industrial na Inglaterra primeiramente, temos um novo mercado surgindo, o mercado livre de comércio, o aumento da população urbana e o abandono do meio rural, causando um acúmulo populacional nas cidades de um modo surpreendente. É o LIBERALISMO de John Locke impondo suas mãos com o conceito de Adam Smith, de que o mercado se auto-regula com a mão invisível.

Para isso os ingleses necessitavam de um mercado consumidor e como potência marítima impõem aos continentes escravocratas (América Portuguesa e Espanhola) a libertação dos escravos que não interessavam a eles, a não ser agora como consumidor, um mercado livre, para desova dos produtos manufaturados e industriais, além de matérias-primas (como o algodão) incluindo a colônia inglesa do norte.

O crescimento dos mercados livres, eleva a industrialização beneficiando um número ínfimo de cidadãos e aumentando o número de pobres, desempregados e miseráveis, uma contradição gritante da Revolução Industrial.

Com a independência dos países colonizados, o desabrochar das duas guerras mundiais (1914/1918 – 1939/1945) a instalação de governos fascistas e nazistas, face à crise cíclica do então sistema econômico, o Capitalismo, um neo – colonialismo voltado para a África comercialmente, introduzindo os produtos industriais com conviência governamentais.

Esta invasão comercial ocorre tanto na África como na América e que tem agora os EUA como nova potência industrial do pós-guerra.

Com as crises capitalistas nos anos 20 e 30, governos tratam de intervir na economia para equilíbrio das desigualdades sociais em tempos de crises agudas como o CRASH da BOLSA DE VALORES EM 1929, que afetou o mundo inteiro.

Com a adoção do estado de Bem Estar Social, o **Welfare State**, teremos uma nova atuação estatal no mercado, é o **KEYNESIANISMO** que não agrada aos industriais e patrões.

No Brasil, com o colapso da política café com leite, onde São Paulo e Minas Gerais mandavam na política nacional, chega ao poder o ditador Getúlio Vargas que se aproveitará das reivindicações dos

movimentos operários, concedendo os direitos trabalhistas, assegurando um mínimo de benefício para o trabalhador na sua árdua jornada, como estabilidade no trabalho após dez anos de trabalho, carteira profissional, décimo-terceiro salário, férias, oito horas diárias de trabalho, horas extras, criação de sindicatos que asseguravam o poder de luta, embora tenham sido atrelados e controlados pelo estado na maioria dos casos. Os trabalhadores passam a ter algumas vantagens, como um novo padrão de vida e de luta, os anarquistas, socialistas e comunistas formam o contingente de proletários tendo em São Paulo, os imigrantes italianos um destaque significativo.

Na Argentina com a eleição de Juan Domingos Perón, o mesmo irá fazer também das lutas dos operários um meio para sua estabilidade no poder e concede suas reivindicações trabalhistas controlando também os Sindicatos, enfim, é um estado onde pelo menos um certo grau de proteção é garantido ao trabalhador com destaque também para os anarco-sindicalistas e socialistas recheados de imigrantes europeus, com italianos no topo das imigrações.

Na Europa, a Social-Democracia também cria esse bem estar social com um proletariado de luta e de construção sindical, além dos países socialistas do leste comandados pela então U.R.S.S. que equilibrava a guerra fria do pós-guerra e que também asseguravam ao trabalhador pelo menos o emprego.

No pós guerra de 1945 temos uma disputa polarizada pelos EUA e URSS no campo político, econômico e social, comparada somente com as disputas das cidades-estados gregas, Atenas com a Confederação de Delos e Esparta com a Liga do Peloponeso, e de outro lado o Movimento dos países não alinhados, Iugoslávia, Índia e outros que atuavam fora da órbita soviética e norte-americana.

Um novo panorama no horizonte é viabilizado pelos tecnocratas nessa nova era industrial: o mercado deve servir de fonte inspiradora e reguladora da nova ordem mundial, pois os velhos sistemas estatais e a política keynesiana, aliada ao colapso do socialismo real do leste, acentuado pela Queda do Muro de Berlim em 09 de novembro de 1.989, a desintegração da URSS, a união alemã, deveriam estar aptos para a entrada no mercado do Estado mínimo, ou seja, o **NEO-LIBERALISMO**, elaborado por vários economistas com destaque para Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Poppes e outros.

Estes pregavam que a intervenção participativa do estado no mercado inibia o desenvolvimento e a liberdade individuais bem como a prosperidade de todos, aqui vejo com reserva esta “ prosperidade” , ela é daqueles que dominam a produção econômica e influem no poder político.

O que estamos percebendo hoje, é uma pregação da falácia do estado nada mais é do que uma volta ao estado econômico do século XIX, com um Estado atuando minimamente.

Na América Latina onde a industrialização foi muito tardia e “fictícia” pois as indústrias locais são transnacionais, portanto não possuem compromisso algum com o país onde se instalam, mas sim desfrutam das bondades fiscais oferecidas pelo Estado privado.

O Brasil e a Argentina despontam no campo industrial com uma base operária forte e conservadora dos seus direitos adquiridos em tese, nos demais países da América Latina, a Venezuela desponta com o seu petróleo, mas também cai nas garras do neo-liberalismo, o Chile com seus mineiros e uma indústria incipiente é o primeiro a adotar tal sistema já nos fins da década de 70 na ditadura de Augusto Pinochet. A Bolívia e seus mineiros cobram de governos como Paz Estensoso fortes cuidados para com o povo e onde se destacou a grande mulher Domitila, nos demais países a produção industrial é pequena não criando uma base operária forte, incluindo-se aí Cuba que sofre com o embargo econômico norte-americano e o colapso da URSS. No Peru a guerrilha tenta se impor assim como na Colômbia , mas o que se vê são governos cada vez mais neo-liberais e a pobreza se tornando comum no dia-a-dia. No México a indústria é grande e com uma base operária de luta e conquistas, porém sua proximidade com os EUA lhe é fatal, que o digam os zapatistas de então. As conquistas trabalhistas no Brasil que vinham desde Getúlio Vargas e na Argentina desde Juan Domingos Perón, pela mesma época, 1946, as indústrias formadas com dinheiro público ou compradas e transformadas em nacionais estão hoje sendo desmanteladas.

Aos trabalhadores oferecem-se o mínimo de direitos, as indústrias são vendidas a preço de banana e assim o Estado se torna mais impotente político, social e econômico. O Chile foi um dos primeiros países a adotarem cruamente o modelo neo-liberal com apoio inglês, e apesar das ditaduras latinas caírem temos visto uma transnacionalização das economias

locais, onde o povo sobrevive de um mísero salário e muitos milhões se alimentando de lixo que vem da mesa daqueles que prosperam com esta política mordaz do neo-liberalismo. Essa corrente globalizadora que se diz nova, na realidade já é antiga, ela usa uma nova roupagem intelectual para implantar mais profundamente o sistema internacional de comércio que teve início nos séculos XV e XVI com a expansão marítima, cabe questionar se essa ideologia globalizadora não é uma extensão do neo-liberalismo que nasceu com estadofobia.³

CONCLUSÃO

Diante da situação porque passam os países da América com um número de desempregados dos mais altos dos últimos vinte e cinco anos e uma economia voltada somente para o consumo imediato e uma situação social das mais lamentáveis, é de se prever um final triste para aqueles que estão excluídos: *A MORTE PREMATURA* de uma vida que mal começou.

A retirada dos direitos mínimos dos cidadãos de qualquer país é na parte mais simples uma exclusão da vida daqueles que sempre contribuíram para a formação econômica e social de um país. Haja vista o que se passa na África Negra, onde não há sequer um prato de arroz para aqueles miseráveis saciarem a fome do seu povo que caminha sobre puros ossos, e formados por países ricos em petróleo, ouro, diamantes, como Angola. Governados por homens que se voltam ao capital externo para realizações demagógicas e familiares.

Em todos os campos social, econômico e político o neo-liberalismo vem penetrando como um caçador na mata atrás do cervo, e as vítimas nós vemos pelas ruas (os meninos e meninas, jovens e jovens, velhos e velhas) trabalhadores abandonados pela família e a trucidação humana nas guerras tribais ou de etnia como recentemente na Iugoslávia e África, vítimas também do interesse econômico neo-liberal europeu e norte-americano.

Embora tenhamos eleição de novos governantes, como Fujimori no Peru, Menen na Argentina, FHC no Brasil e Salinas no México que

³ Mitos da Globalização, pág. 12, 13 e 41. Paulo Nogueira Batista Jr.

roubou as eleições através de fraudes, além do velho Estensoro na Bolívia e outros, estes abriram seus países de tal forma ao neo-liberalismo, ao capital financeiro especulativo que as feridas no seio do povo trabalhador dificilmente se fecharão em curto ou médio prazo.

Como já falado anteriormente a “morte prematura” é que levaram estes excluídos assim como foi no prenúncio da Revolução Industrial na Inglaterra, Bélgica ou nos antecedentes da Revolução Francesa em 1.789, que consagrou o poder burguês de forma que estes estão até hoje na decisão política econômica e social em favor dos seus desejos inescrupulosos e jamais ao alcance do povo rural ou urbano e trabalhador.

Por outro lado temos em outros países da América Latina como Nicarágua, Guatemala, Paraguai, San Salvador, Equador uma estagnação político-econômica em todos os níveis, visto a total dependência do mundo exterior neo-liberal, com algumas atrações temos a América Central na conduta da exclusividade norte-americana, inglesa e holandesa além da francesa.

Enquanto presenciamos na América Latina os governos abrirem as portas ao neo-liberalismo de forma saudável, como o Brasil, Argentina, Chile e Peru, nos países desenvolvidos essa política não tem sido aplicada a rigor e os norte-americanos, japoneses têm do povo uma forte resistência para manutenção do cuidado social do Estado em relação à sociedade de maneira geral.

No Reino Unido onde a hegemonia neo-liberal de Margareth Thatcher reinou de 1979 a 1994 acabou com o programa social do Estado em relação ao povo e pudemos notar um aumento considerável da pobreza e de mendigos acentuados durante a sua política pragmática e que continua sendo aplicada até os dias de hoje com o novo governo trabalhista com uma roupagem nova mas de espírito antigo e com destaque mais uma vez para o Chile, o fiel escudeiro do programa neo-liberal na América Latina.

Para encerrar, percebemos que uma resistência está se perfilando no mundo, embora notamos também uma certa atuação autônoma do povo em estabelecer pequenos comércios, “NEGÓCIOS INFORMAIS”, quer seja de produtos alimentícios ou de industriais, distantes lembranças do sistema feudal, lógico com outra vestimenta e forma articuladoras.

Como disse outro dia em uma entrevista o renomado geógrafo Prof. Dr. Milton Santos: **“A globalização em todos os cantos está sendo recusada, já fez água”**, portanto a tendência é a sua virada, mas como diz Perry Anderson, **“a virada de uma de uma onda é uma surpresa”**, ainda não sabemos quando será exatamente que essa onda passará, mas o caminho está aberto.

A ideologia neo - liberal tem executado seu papel político de um modo cruel e quase perfeito, tornando o espírito nacional em um mero espectador em muitos casos, ou seja, aqueles que não despertarem para que a perda de identidade nacional não se “globalize”, será difícil acatar um novo século com uma vida diferente ou pior da que temos presenciado por este século e momento atual.

NO BRASIL, O PARAÍSO: UM MITO DO DESCOBRIMENTO*

Hernâni DONATO

Nesta palestra quero abordar ângulo não coberto pelas comemorações oficiais e não exaurido pela mídia nestes meses dos 500 anos do achamento do Brasil. Não se trata de novidade nem de ficção. Apenas é pouco divulgada essa visão paradisíaca do país, hoje visto como, no mínimo, Purgatório. Alguns autores incursionaram por esse Jardim, desde Gandavo e frei Vicente até Sérgio Buarque de Holanda, sendo este o que mais se demorou nessa expedição.

Mas, ainda que sustentada por tão respeitáveis abonadores, essa proposta resulta tão impactante - para não dizer absurda, maluca de todo - que me imponho invocar, mais do que um aval literário, uma vontade que significou sacrifício de vida.

Por isso, nesta linda manhã de 21 de junho de 1774, nesta bela cidade de Lisboa, convido as senhoras e os senhores para uma visita pouco agradável, porém bastante convincente. Vamos descer ao cárcere da Inquisição, a esta cela onde esta sendo vestido para a morte o réu de nome Pedro de Rates Hanequim. Nesta manhã e pela tarde deste dia ele será levado à Ribeira e afogado com a observância de todo o ritual próprio. Depois de afogado, será enforcado, e enforcado terá o corpo consumido na fogueira. Ao fim do dia, as cinzas serão esparsas na foz do Tejo. Nada deverá sobrar dele, que, preso em 1771, recusou teimosamente o perdão que lhe ofereciam em troca da renúncia às idéias que propagava.

(*) Palestra realizada no Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo no dia 19 de outubro de 2000.

De pronto irrompe a pergunta, perplexa, assustada: por que tamanha dureza do poder real? Qual o crime do obstinado Hanequim? Foi o de ter afirmado que o Paraíso Terrestre não fora extinto quando da expulsão de Eva e de Adão, porém ocultado no interior do Brasil à espera de homens que pela sua virtude e coragem o localizassem. A afirmativa de Pedro de Rates foi considerada ameaça religiosa e política para as instituições da época. Religiosa, porque contrariava a Bíblia; política porque o povo que mantinha sólido o império nas duas margens do Atlântico tenderia a entender que, se Deus tivesse privilegiado este lado do oceano, estaria indicando qual delas a mais importante. Com isso colocaria o Brasil acima da Metrópole. E isso Portugal não podia tolerar. De fato Pedro de Rates meteu-se numa conjura para aclamar o infante Manuel rei do Brasil, o que independentizaria o Brasil uns oitenta anos antes do grito de Pedro I no Ipiranga. A conspirata foi desarticulada e seus participantes, aprisionados. Ela nos serve de prova de quanto Hanequim - filho de holandês de Roterdã - amava o Brasil, onde viveu 26 anos nas montanhas de Minas.

O poder real não poderia tolerar a convocação de um rei para o Brasil mesmo escolhido no centro da dinastia. O poder inquisitorial não poderia aceitar as alterações que Hanequim introduzia na Bíblia. Condená-lo, alegando razões políticas, tornar-se-ia perigoso para a própria política, pois, ainda que pelo ângulo negativo, magnificava a importância do Brasil. Mais aceitável pela opinião pública era condená-lo como herético. Não custou aos inquisidores elencarem culpas suficientes. Pois ele afirmava também que a Trindade, Nossa Senhora, Jesus e os anjos, no céu, tinham corpo material. Um tipo de material, digamos espiritualizado, mas sempre material. Pior ainda, insistia em que Deus Pai não participara da criação do mundo, apenas assistira os trabalhos de Deus Filho e Deus Espírito Santo. O povo foi, pois, informado de que Hanequim fora condenado por razões de fé. Nada de política colonial. Execução que aconteceu a 21 de junho de 1774.

Em resumo, ele afirmava, primeiro, que o Paraíso continuava a existir, a Árvore do Bem e do Mal era uma figueira nativa e os rios Amazonas e São Francisco eram dois dos quatro rios que, segundo a Bíblia, limitavam e defendiam o território do Paraíso e ambos nasciam da fonte da vida jorrante no interior brasileiro - projetada nos séculos futuros com a Fonte da Juventude e procuradíssima - e segundo, que Adão fora

criado com barro brasileiro e só em adulto é que se dirigira a Jerusalém, atravessando o oceano a pé enxuto. Na Bahia, e em vários outros sítios, Adão deixara, à moda de assinatura, marcas de suas pisadas.

Porém, Hanequim não criara um núcleo de teoria. Apenas ecoara um acreditar secular. Secular, no tocante ao Brasil. Milenar no referente à permanência do Jardim do Éden. Talvez tenha sido esse o acreditar mais consolador para os que esperavam a felicidade na terra, o mais fertilizador da produção literária erudita e popular e o mais encorajador de viagens e aventuras. Houve mesmo, um largo e fértil ciclo de histórias da procura do Paraíso, do qual é particularmente clássica em nossa língua **As Viagens do Amaro**. A confiança foi assinalada em textos, aqui e ali, por quase toda a cristandade. Imaginava-se um Jardim onde toda matéria se faria gozo espiritual, em meio à música angélica, tons celestiais, consolações inefáveis.

No século XIV essa espiritualidade começou a ceder espaço a certos gozos materiais aceitáveis: comida, bebidas... Ao redor do ano 1.320 apareceu o livro **De Ave Phenix**, que convulsionou aquela imagem do Paraíso introduzindo nele gozos pagãos. Seu autor, Lactâncio (Firmianus Lactâncios), merecera ser chamado o Cícero Cristão, por sua obra **Da Formação do Homem**. Era, pois, um especialista. Haveria delícias demais naquele Éden, o que provocou mal-estar entre o clero. Especialmente por anunciar a abolição da morte para todos os que tomassem da água da fonte que manava do Jardim.

Bem, dirão as senhoras e os senhores que, embora comovente, o empenho de Pedro de Rates Hanequim é pouco para que sua tese mereça a atenção de, por exemplo, gente do padrão daquela aqui reunida. Devo e quero atender a esse justo reclamo. Vamos pois a mais defensores da mesma. Convoco em primeiro lugar Dom Antônio León Pinello.

Pinello mereceu, por suas habilitações, ser conselheiro real de Castela, cronista-mór, recompilador das leis das Índias. Destacou-se como historiador, jurista, numismata e por ser considerado um dos maiores bibliófilos europeus, famoso também por sua coleção de antiguidades.

Pois essa personalidade tão ocupada, tão solicitada, dedicou boa parte de sua vida no justificar a teoria de que Adão fora sul-americano, sendo o Amazonas, e não o Nilo, conforme então se acreditava na Europa, um dos limites do Paraíso ocultado.

Pinello escreveu cinco livros, totalizando 88 capítulos que somam 838 folhas, todas bem conservadas na Biblioteca Real de Madrid. E mais 930 páginas manuscritas. Para nós, é principal entre as cinco obras aquela intitulada **El Paraíso en el Nuevo Mundo**.

Afirmou que Deus fez Adão com barro sul-americano - basta ver, argumentou, que o subcontinente tem a forma de um coração; que o maracujá e não a maçã é que encantou Eva e perdeu Adão; que somente as madeiras das matas do continente poderiam ter dado robustez à Arca, a qual, para recolher tantos animais - onças, tatus, capivaras, emas, gaviões, cascavéis, macacos, teve capacidade para 28.125 toneladas. As primeiras chuvas caíram a 28.11.1656 do começo do mundo, segundo a datação judaica. A arca destacou-se do chão americano nove dias depois e pousou em solo asiático a 27.11.1657. Noé mostrou-se um sul-americano convicto. Quando teve assegurada a propagação da espécie humana e a dos animais, reassumiu o comando da Arca e voltou à América. A arca pois, está por aí, oculta. Quem sabe umas quantas e uns quantos das senhoras e dos senhores presentes estão predestinados, desde o início dos tempos, a localizá-la em algum recanto ainda misterioso deste país.

Justificando-se, León Pinello relatou e Buarque de Holanda no-lo transmitiu, alguns dos principais autores que situaram o Éden na América do Sul : Francisco López de Gomara, **Historia de las Índias**; Antônio de Herrera, **Historia de las Índias**; Juan de Solorzano, **De Ind. Jur.**; padre Josef de Acosta, **Historia Natural de las Índias**; frei Tomás de Maluenda, **De Paradiso**; Laurêncio Beierline, **In Theatro Vitae**; Cornélio Jansenio, **In Pentateuco**; Leonard Mario, **In Script**; Cornélio Lapide, **In Gen.**; frei Cláudio de Abbeville; padre Nicolau Abramo, **Phori Vet.**; Fernando Montesino, que na dedicatória de um auto-de-fê celebrado em Lima no ano de 1640, assim principiou : “Dois autos-de-fê, os maiores, se celebraram na América. Um deles fez Deus, primeiro inquisidor contra a apostasia de Adão e Eva no Teatro do Paraíso”.

Seria longo e decerto tedioso relatar mais livros e mais propagadores desse acreditar. Mas há um divulgador do mesmo que não pode deixar de ser citado. É o nosso bem-conhecido e devidamente reverenciado padre Simão de Vasconcelos, que vamos seguir no tomo I da clássica **Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. Mais especificamente, nas **Notícias Curiosas**. Confiado em “testemunhos

infinitos”, aceitava que o Paraíso Terreal fora posto em terra do Grão-Pará. Sacerdote, Vasconcelos preocupou-se com a possibilidade de que tal idéia aborresse os inquisidores. Afinal, contrariava toda a história oficial, a própria Bíblia. Consultou, por escrito, doutores de Lisboa, Coimbra e Évora. À unanimidade, os consultados responderam que Vasconcelos não incorria em falta. Afinal, não fora nunca definido o sítio elegido por Deus para criar Adão e Eva e instalar o Éden.

O padre Serafim Leite, no livro mais recente e bem documentado a respeito, e que se intitula **O Tratado do Paraíso na América e no Ufanismo Brasileiro**, publicado em Lisboa em 1962 e em nossa Coleção “Brasiliana”, teatral e documentalmente, relata o que ocorreu em seguida à consulta. E que foi o seguinte: Vasconcelos liberou a impressão do livro, senhor que era de todas as autorizações necessárias. Impressão lenta, pois feita no ano de 1663.

À medida que cada exemplar era ultimado, o autor o destinava a uma personalidade. Para que o vissem e opinassem. Quando o décimo ficou pronto, chegou-lhe ordem terminante para mudar a redação do trecho final. Não deveria afirmar, mas deixar vaga a localização do Éden no Brasil. E, principalmente, amenizar a atuação do Espírito Santo em relação ao Pai e ao Filho na escolha do local do Paraíso. Vasconcelos recolheu os dez volumes distribuídos. Imaginemos com quais cautelas e trabalhos. E pensemos no susto e na perplexidade dos que tiveram de devolver a obra. Refez a reimprimiu o trabalho. Disse, e é o que podemos ler, que “não cometeria pecado quem assim pensasse, já que tamanhos prodígios se tinham assinalado nestas partes do mundo”. Sabemos de tudo isso pela correspondência entre Vasconcelos e um dos consultores, a qual foi localizada pelo padre Serafim Leite na Biblioteca Nacional de Turim.

Quais os sinais do Paraíso? Durante certo tempo, antes e logo depois da viagem cabralina, o Brasil foi chamado “Terra dos Papagaios”. Diz-se que, mesmo antes de abril do ano 1.500, os atrevidos marinheiros que ousavam integrar equipagem de barcos vindos em busca do pau-brasil preferiam ser pagos com papagaios e com jibóias.

Na Europa, além das notícias sobre as virtudes do clima, águas, das frutas, a presença numerosa do papagaio, da jibóia e do beija-flor valia como provas da localização do Paraíso.

Tal crença está na melhor tradição européia ligada ao Éden. O papagaio seria a verdadeira árvore do Paraíso. Antes da queda do homem no pecado todos os bichos falavam, conforme é bem sabido. Mas depois do fechamento do Jardim, só a ele foi concedido o continuar falando. Além do quê, sua longevidade o fazia privilegiadamente quase imortal.

Ele aparece, com essa prerrogativa, na poesia e na arte. Sérgio Buarque de Holanda relaciona casos. O poeta Tasso o coloca no Jardim da Armida; o vate Marino, no poema “L’Adone”, o faz discorrer com sábios notórios.

Na arte, basta citar Rubens, que, ao fazer por encomenda cópia do quadro “O Pecado Original”, de Ticiano, ousa introduzir nele um papagaio. Tal cópia se encontra no Museu do Prado, em Madrid. E no Museu Real de Haia está outro quadro “O Paraíso Terrestre”, de Rubens e Jean Brueghel, no qual figura um papagaio.

A jibóia lembrava o Paraíso por acreditar o povo que, depois de morta e devorada, ela ressuscitasse retomando carne e espírito. E o beija-flor seria sempre um milagre, pois nascido de borboleta se transformava em ave.

O ar e a água curavam. A crença de que o Paraíso estava na América portuguesa deu consistência a outro mito ou quase mito: se tivesse o Éden saído direto e sem jaça das mãos de Deus, não agrediria com doenças mas curaria os males físicos com que os europeus cruzassem o oceano. Por isso, até no interior das instituições religiosas expediam-se para o Brasil os doentes.

Não precisamos de melhores exemplos do que os de Nóbrega e de Anchieta. Este veio corcunda, vitimado pela queda de uma escada na biblioteca da escola. Nóbrega, além de gago, padecia de perda de sangue, principalmente nas pernas. Outros religiosos, muitos leigos, procuraram curas no clima, nas águas, na alimentação.

Neste ponto da história permito-me uma digressão de acontecimento que me comove sobremaneira e que envolveu os dois citados jesuítas. Ambos estão em Iperoigüe tentando acalmar os tamoios e tirá-los da órbita da influência francesa. Se fracassassem, o Brasil português pereceria. Na praia conversam, oram. Súbito, surgem canoas de tamoios que, conforme notícias da véspera, incursionavam para matar os

dois religiosos. Só há fugir. Nóbrega perdendo sangue não pode correr. Pede a Anchieta que se salve e salve o Brasil lusitano. Mas o corcunda José toma nas costas o gago e doente Manuel e vencendo lagoas e areal salva-se, salvam-se e ao Brasil que é nosso. Milagre? Quem sabe, coisas próprias do Paraíso!

Disputa pelas frutas. As senhoras e os senhores já se terão perguntado se a localização e o conteúdo de tal Jardim não suscitaram celeumas. Sim, várias. Destaco uma ou duas. Das mais curiosas é aquela acerca da fruta que seduziu Eva e, pois, desgraçou-nos a nós, mortais.

Até Colombo e Cabral foi pacífica a aceitação da maçã como o instrumento do tentador. Era o que dizia o livro do Gênesis. Porém, no devassamento do interior americano não se achou macieira alguma. Ou se mudava a fruta ou a localização do Paraíso.

Também nesse particular divergiram os países ibéricos. Riquíssimos em literatura relativa ao tema deram à maçã substituto diferente. Os portugueses, na Europa e no Brasil, elegeram a banana, que, aliás, na classificação de Lineu, é chamada **Musa paradisiaca**. Visualizemos Eva, toda indecisão e êxtase, assistindo a serpente descascar a banana pecaminosa! Logo a banana...

Havia suporte antigo e firme para essa atribuição. O importante autor Garcia da Orta, no citadíssimo **Colóquio dos Simples e Drogas da Índia**, refere como ouviu de um franciscano que “nesta fruta é que Adão pecou”. Há mais. No saboroso **Livro del Infante Don Pedro de Portugal**, Gomez de Santisteban assegurou que o mítico rei cristão Preste João anualmente confirmava os governadores de província na fé em Jesus, partilhando com eles uma banana e reflexões sobre “o milagre que nessa fruta há: que em cada parte que se parte aparece o crucifixo e Santa Maria com seu Filho nos Braços”.

Talvez fossem bem diversas das nossas democráticas e vulgares bananas de feira aquelas bananas reais do Preste João, mas confio em que já amanhã as senhoras e os senhores cumprirão com mais respeito o gesto de lançar ao lixo a casca da banana matinal.

Aqui, como na Ásia, a banana era encontradiça. Pero de Magalhães Gandavo, que escreveu o **Tratado da Terra do Brasil** pelo meado dos anos quinhentos, referiu-se ao fato de a banana guardar em seu

íntimo o claro desenho de um crucifixo. Gabriel Soares de Sousa registrou no **Tratado Descritivo do Brasil**, em 1587, que “quem cortar a banana ver-lhe-á no meio a feição de um crucifixo”.

Mesmo bem depois que o mito do Paraíso se transformou no do El-dorado, da riqueza como forma de vida paradisíaca, a banana manteve prestígio miraculoso. E em âmbito nacional. Frei João Pacheco, no **Divertimento Erudito**, impresso em 1.734 em Lisboa, relatou que na Bahia dava-se como certo ser “essa fruta que Deus proibiu a Adão”. Também em Recife tal acreditar tinha curso segundo se lê no **Folclore Pernambucano**, de Pereira da Costa. Ainda em 1.808, ano em que, com a chegada da família real, o Brasil tornou-se a cabeça do império luso, tratava-se a fruta com reverência. John Luccock, observador arguto da vida carioca, anotou que “não há um bom católico neste país que corte uma banana transversalmente, porque seu miolo mostra a figura de uma cruz”.

Isso tudo, no mundo português. Com o que não concordaram os espanhóis. Eles e seus descendentes americanos situaram o Éden, sim, na América, mas não em terras portuguesas. Quiseram-no na vertente ocidental dos Andes e, no lugar da maçã, repudiando a plebéia banana, posicionaram a bem menos rara e bem mais exótica “granadilla”, que é o nosso maracujá. Fizeram-no especialmente pela flor, logo chamada flor da Paixão. Assim se reforçou a ponte, estendida em algum tempo, entre a expulsão do casal edênico e a Paixão de Cristo. A flor do maracujá mostrou-se perfeita para esse enlace entre o Velho e o Novo Testamento.

De nossa flor, à exceção talvez da rosa, foi dito, em exaltação, o que se disse desta, na Espanha, na França, na Itália. Correu pelas igrejas e pelas casas cristãs da Europa, recitado como se fosse oração, o soneto do napolitano Genaro Grosso **Al fior in cui si vede la Passione del Signore**. Na cultíssima Bolonha, o inspirado sonetista Cláudio Schitini também burilou versos a ele dedicados.

Ao começarem os anos mil e seiscentos o maracujá havia feito arquivar a banana. Mesmo Vicente do Salvador e Simão de Vasconcelos aceitaram-no. Ainda em 1702 frei Antônio do Rosário em seu **Frutas do Brasil**, lembra a seus leitores uma das justificativas para se honrar a flor da Paixão: Cristo, na cruz, “encostou a cabeça para mostrar que morria como flor que, quando morre, se inclina para a terra”. É que aos crentes sempre foi mostrado que na flor do maracujá estão reproduzidos os instrumentos da Paixão.

Também na geografia, espanhóis e portugueses disputaram a glória de hospedar o centro do mundo. Colombo, em carta aos reis, afirma ter localizado o Paraíso. Ele ficou abismado com o volume da água doce que o rio Orenoco despejava no oceano. Só podia tratar-se de um dos quatro rios paradisíacos. E descreve como enviou destacamento para localizar o Éden e o sucesso alcançado. O cartógrafo Schoerner, no mapa de 1515, grava a porta do Éden na região apontada por Colombo, atual Paria, que o gravador localizou na Amazônia brasileira. **Paria sive Brasília** está escrito na carta. Mesmo no Brasil não houve unanimidade quanto ao sítio onde vicejara o Jardim que ocultava a Arca.

Autores, autoridades, donatários portugueses disputaram para as suas terras o local do Paraíso. Amazonas, Maranhão, Bahia, Pará e Mato Grosso. Afinal, o regionalismo é de todos os tempos, e em todos os tempos a nossa terra é mais bonita do que a dos outros. Aí está o hino nacional garantindo serem o céu, os bosques, os amores do Brasil superiores a quaisquer outros.

Portugueses, franceses, italianos, alemães, judeus desembarcaram, ou mais ou menos, ainda acreditando peregrinar pelo chão do Paraíso. E eis que se surpreendem com migrações de tupis e guaranis que vagam, em multidões, na busca de seu paraíso. - **do vy mara ey** (terra sem mal). Ele tem no centro a oca milagrosa de Nhandervussu, o criador do mundo. Visualizam esse seu Éden posto em algum lugar além do oceano, lá de onde vem o sol. Europa? África? Palestina? Os europeus querem-no no Ocidente. Os americanos, no Oriente. Que força prodigiosa essa que leva o homem de todas as longitudes e epidermes a sonhar e se bater pelo retorno à pátria seminal e perdida?

A estrada do Peabiru. Até aqui temos tratado da crença na ocultação do Éden em algum lugar do Brasil. Ela tem a ver com dois outros mistérios peçados de fascínio e objeto de fortes polêmicas. O do estrada do Peabiru e o da estrada no Brasil, muito antes do descobridor, do verdadeiro apóstolo São Tomé, introdutor do cristianismo. Em pessoa.

O nosso indígena era tão primitivo que se mostrou incapaz de colocar dez pedras uma sobre a outra. Não há memória, não há exemplo, não há ruínas que indiquem a abertura de algo a que se pudesse chamar estrada. Ele se guiava pela foz de um rio, o pico de um morro, a margem de uma floresta. Ele não abriu caminhos, no máximo aproveitou carreiros de anta. Isso, em toda a extensão da descoberta portuguesa.

Pois em 1501, em São Vicente, os portugueses viram-se confinados à praia, espremidos nela pela cadeia montanhosa da serra do Mar. Ela impedia o acesso ao planalto ou pelo menos o dificultava enormemente. Anchieta descreve a escalada como a mais áspera das estradas do mundo. Subiam agarrados em raízes e em cipós. De repente, os portugueses descobrem uma estrada, oito palmos de larga, empedrada nas zonas pantanosas, tendo o leito atapetado por relva que o mantinha limpo e conservado. Em larga extensão, não sabemos ao certo por quê, aprofundava-se, uniformemente, 40 centímetros no solo. Estava ladeado por outra erva, mais alta, de até 1,50 metro, que ocultava e protegia o traçado. A cada 18 quilômetros, uma construção de pedras com dois cômodos, duas portas, uma voltada para o ocidente, a outra para o oriente. Nela, os viajantes se protegiam da chuva, da noite, do frio, das feras. Esse caminho aprofundava-se 200 léguas pelo interior. Nóbrega, escrevendo ao rei, exclamou: “Essa estrada supera as qualidades das melhores de Lisboa”.

Embora a maior parte de documentação, tanto a religiosa quanto a laica, em português e em espanhol, além de depoimentos como os de Schmiedel, faça referência ao Peabiru como uma rede que do litoral sul se dirigisse para Assunção, vários pesquisadores alargam a presença do sistema viário inca no Brasil, mencionando um Peabiru que, da região subandina da Colômbia, chegaria ao litoral pernambucano. E outro que também descendo dos Andes, escorria pelo Brasil central, rumo à Bahia, ganhando, este, o nome mairapé, o qual passou a designar, popularmente, naquela região, os caminhos de construção não identificada.

Ainda estudante, para atender a um professor, dei-me a pesquisar sobre a linha tordesilhana. Deparei com a mapoteca que fora do Morgado de Mateus, aquele terrível e forte governador de São Paulo que impediu o avanço espanhol rumo ao Atlântico. Nessa mapoteca encontrei um mapa de 1.576, no qual alguém desenhara o caminho a que me referi, e que ali aparecia com o nome Peabiru. Ao ler esse nome, ao tocar nesse mapa, minha vida mudou. Vários dos acidentes geográficos balizados em certa área, na serra de Botucatu, me eram familiares. Eu os havia percorrido inúmeras vezes e de repente os descobria objetos e partícipes de um capítulo portentoso da história americana. Tinha de saber mais, muito mais, a respeito do caminho.

Há mais de 50 anos pesquisei o Peabiru. Tal caminho ia até Cuzco e transformado em estrada de primeira categoria no planejamento imperial dos incas demandava a cidade do México. Ele contava, ao longo da traçada, canalização de água para dessedentar os caminhantes, abria em certos trechos pomares onde o viajante se alimentava com frutas. Portanto, bem antes de Colombo e de Cabral, o continente serviu-se de um extraordinário sistema viário ao qual poderemos denominar, sem exagero, a primeira grande transcontinental americana.

A que servia? Tem-se como certo que mostrava o interesse inca pelo domínio futuro da margem atlântica, embora até 1.500 sem o manifesto propósito de incorporá-lo a alguma província imperial. Servia, assim, ao comércio. E tanto que Tomé de Sousa, sendo governador geral, assustado com o volume de mercadorias andias exportadas pelos espanhóis por São Vicente, resolveu clausurar o Peabiru, cominando pena de morte para quem infringisse a proibição. A esse rigor de Tomé de Sousa atribui-se o não terem restado em território paulista restos documentais do Peabiru. Mas há sinais abundantes em outros estados por onde ocorreram ramais do mesmo. Luís Caldas Tibiriçá escreveu ter encontrado no Mato Grosso do Sul mais de um quilômetro do caminho pavimentado com lajotas irregulares, 40 cm abaixo do solo e 1,80 m de largura. O padre Colbacchini mostrou a Inácio da Silva Teles outro largo trecho, com quase as mesmas características, ao largo da aldeia Meruri, no Mato Grosso. Há notícias de achados de restos também valiosos no noroeste do Paraná. Portanto há testemunhos dessa primorosa engenharia viária de alguma cultura andina muito avançada. Talvez a dos incas.

O Sumé civilizador e apóstolo. O segundo enlace do mito do Paraíso brasileiro foi com o Sumé. O português, ao chegar, percebeu ser o nativo incapaz de trabalhos de técnica viária. No entanto, deparou-se com o prodigioso caminho. Admirado, perguntou ao índio: “O que é isto?” Resposta: “Peabiru”. Insistiu: “Mas quem fez o Peabiru?” O selvagem respondeu aquilo em que acreditava: “Pay Sumé”. O lusitano que fizera a pergunta com interesse de conquistador ouviu a resposta com ânimo de católico. Exclamou: “Mas eles estão falando é de São Tomé”.

São Tomé esteve no bem-querer luso desde os primeiros dias do cristianismo em Portugal. O rei mandou que seus prepostos na Índia revirassem o país, mas localizassem o túmulo de São Tomé. Para onde o

português foi, levou São Tomé. Além disso, ele usava recitar o trecho evangélico que se refere à divisão do mundo feita por Cristo entre seus apóstolos como área de seus trabalhos apostólicos. Ao ouvir o índio, o português ligou Pay Sumé a São Tomé. Daí o ter batizado o Peabiru com o nome de Caminho de São Tomé.

Mas com isso e com a atuação quase igual dos espanhóis na sua área sul-americana, ressuscitaram o mito de Sumé. Quem foi Sumé? Uma figura que está na mítica de todos os povos americanos desde o Alasca à Terra do Fogo. Aparece sempre igual: alto, loiro, às vezes barbado, às vezes imberbe, portando um camisolão. Variação maior, o calçado, que atendia à área de atuação, podendo ser de couro, de cortiça e mesmo de látex, este na região amazônica.

Torna-se amigo da população local, ensina as técnicas agrícolas e artesanais, transmite ensinamentos morais e religiosos, cuida da saúde e da instrução. Mas quando legisla condenando a antropofagia e a poligamia tem contra si os homens, que decidem matá-lo. Na região do Titicaca foi recluso em uma cabana à qual puseram fogo; em áreas como a do nordeste brasileiro, tentaram lapidá-lo. Em outras, foi alvo de flechas. Sempre o sobrenatural interveio em seu favor: chuva providencial, vento forte que desvia as flechas, etc. Com semblante muito triste, cabeça baixa e o dedo indicador erguido, recuando, imerge na água de qual emergira. Prometendo: “Voltarei em tempos nos quais os homens estiverem prontos para aplicar a minha doutrina.” Quando os espanhóis, couraça brilhante e capacete luzindo ao sol do México, do Peru, do Chile, do Paraguai, apresentaram-se aos naturais do país, estes o aclamaram como o Sumé que retornava. Esse acreditar foi a desgraça desses povos. Mas essa é outra história.

Depois de muito estudo, estou convencido de que esse Sumé, que não foi um único indivíduo, na verdade representou um grupo de monges escandinavos que em meados do século XII deixaram seu bispado na Islândia, passando-se para a América. Terão sido os primeiros sacerdotes a falar do cristianismo em nosso continente. Segue-se hoje a orientação de que da Islândia teriam passado para a América do Norte; daí para a Central o Caribe; do Caribe para o nosso Maranhão e daqui para o interior continental. Curioso observar que a mítica indígena, bem assim a crônica colonial centro e sul-americanas, coincidem em relação ao Sumé e a estes personagens ainda misteriosos.

Pessoalmente, não posso esconder uma funda impressão que me deu a leitura do relato de frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana - aquela que anunciou a descoberta das amazonas. O frei descreve, e isso se passou em abril de 1542: acostumados a encontrar homens de cabelos pretos, pele bronzeada e baixa estatura, assombraram-se com a chegada à aldeia onde se encontravam de quatro homens brancos, de cabelos claros e que desciam até a cintura. Homens altos, um palmo a mais do que o mais alto dos cristãos. Carvajal destacou serem os quatro louros muito bem educados, esplendidamente vestidos, enfeitados com ouro. Orellana obteve deles aquilo que era de mais precioso no lugar e na situação, isto é, comida e muita conversa em espanhol. Mas nenhuma informação sobre quem eram, de onde provinham e para onde se dirigiam.

Também essa é outra história. As pesquisas continuam, o maravilhoso que delas resulta bem merece que um dia, no futuro, nos encontremos de novo neste local. Mas o assunto de hoje foi o mito da Paraíso. Voltemos a ele.

Curioso observar que esse mito não arrefeceu ao contato do europeu com a dura realidade da terra nova. Homem de fé e necessitado de horizontes, o português continuou acreditando. Porém, adaptando a crença. O mesmo ocorreu na América espanhola. O Paraíso foi mudado para aquilo que melhor parece ao homem rústico a definição do Paraíso: a riqueza, a juventude eterna.

Tivemos então não mais as miragens da Arca e do Jardim, mas as das Fontes da Juventude, das cidades todas de ouro, das montanhas de prata, das lagoas de esmeraldas. Talvez a última manifestação sobre a ocorrência física do Éden em chão brasileiro tenha sido do frei Antônio de Santa Maria Jaboatão: o **Orbe Seráfico**.

Contei para alguns, apenas recordei para outros, algo ligado ao pré-achamento e aos primeiros tempos de nossa terra. Lenda, sim, mas que ajudou muita gente a perseverar na procura e na sua luta, e nisso consiste o viver. Essa gente me comove pelo que acreditou e pelo que procurou. A idéia do Paraíso não se arquiva jamais.

Misturei um tanto as coisas, mas espero ter dito, nesta nossa comemoração especial dos 500 anos do Brasil, algo pouco divulgado. Não importa que ainda esta tarde alguns dos presentes resmunguem que “esta foi uma manhã perdida”. Convivemos todos, por algum tempo, no território

do maravilhoso. Gostaria que essa mensagem fosse levada e que, de alguma forma, estimulasse ao menos uma das senhoras, um dos senhores a prosseguir nas pesquisas aqui sugeridas. Deixo claro, porém, estar compensado e bem pelo fato de que por mais de uma hora as senhoras e senhores toleraram a minha exposição.

Cremos, nós também, que a despeito de governantes que des governam, de juizes sem juízo, de policiais que assaltam, de professores que emburrecem, de autoridades que desautorizam, vivemos a um passo de descobrir o Paraíso e fazer dele o Brasil ideal para os nossos bisnetos.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

HIPÓLITO PUJOL *

Pelágio LOBO

Um grande educador de brasileiros e propagador da nossa literatura em seus melhores modelos. Em 1941, logo que assumi um posto de redator na “Cidade de Campinas”, deram-me a incumbência de notificar com benevolência e a extensão que entendesse, um livro de versos de um “poeta velho”, que tinha sido diretor da antigo colégio “Culto à Ciência”, o dr. Hipólito Pujol. A incumbência vinha acrescida de uma advertência: o velho é digno de consideração de todo o pessoal da antiga Campinas e é exigentíssimo no que toca à revisão dos seus trabalhos.

E acrescentavam: é pai dos três irmãos Pujol - Alfredo e Ernesto, advogados de renome e Hipólito, engenheiro, já então apontado como primeira autoridade em assuntos politécnicos de “resistência de materiais”. Com a leitura do livro fui tomado de uma crescente admiração por aquele ancião que, tendo então mais de oitenta anos, ainda se

(*) Brilhante jornalista e advogado campineiro, Pelágio Lobo (1888-1952) colaborou assiduamente na imprensa se sua cidade e na de São Paulo. Sua produção, na maior parte, ficou dispersa. Dela, porém, temos uma excelente seleta organizada por Lycurgo de Castro Santos Filho revivendo **Velhas figuras de São Paulo**, publicada pela Academia Paulista de Letras em 1977. Bem antes, todavia (1953), fora editado o volume **Recordações das Arcadas**, publicado pela própria Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O excelente trabalho que aqui se reproduz não figura em nenhum desses volumes. Permaneceu nas páginas amarelcidas do saudoso “Correio Paulistano”, no qual foi publicado em 1º de maio de 1949. Pelágio Lobo é patrono de uma das cadeiras da Academia Campinense de Letras, escolhido pelo atual postulante, Acadêmico Camilo Geraldo de Souza Coelho. ONM.

entregava à versão, para o francês, de produções dos melhores e mais consagrados poetas brasileiros, portugueses e italianos, além de produzir trabalhos próprios, em que dava largas a uma inspiração de raros requintes.

Escrevi minha notícia crítica e exaltei sem favores e sem grandes exageros como seria permitido à minha idade juvenil, os méritos do livro, pondo em relevo preciso aquela grande obra de difusão da poesia nacional, em que poucos o igualavam no número, mas nenhum o excedia no carinho com que se consagrara a essa ingrátíssima tarefa. O poeta gostou da notícia e mandou-me uma poesia original, “Um cesto de ameixas” que era, segundo expressão sua, “uma recordação dos seus vinte anos, numa hora de saudade dos tempos idos...” As publicações saíram sem erro algum, nem troca de letras, nem falta de sinais. O poeta exultou, e daí começou uma camaradagem literária que se manteve até o fechamento do nosso jornal, em 1915.

Logo que a “Cidade” inseriu a poesia original de Hipólito Pujol, recebi dele um postal com o seu retrato impresso, ao lado de um trecho do poema “Derniers Conseils” obra de um poeta propagador de idéias sãs e plasmador de consciências juvenis, que não perdia tempo, como era veso dos nossos vates eruptivos, em narrar a beleza do corpo de Elvira ou o calor dos beijos de uma hipotética Hermengarda. Mas fiquei sinceramente confuso quando, logo depois, recebi dele um outro postal, com este período inicial, numa letra fina, igual, caprichosa, de emérito calígrafo: “Beijo-lhe as mãos de agradecido pelo bom agasalho que concedeu àquela minha poesia original... etc.”.

O clichê do postal não dava impressão de um octagenário, mas de um homem em plena maturidade. Tipo francês do Sul, sólido, entroncado, com bigodes caídos e testa ampla em que os quatro dedos da mão facilmente se espalmavam para dar a medida do arcabouço em que havia opulentas jazidas de massa cinzenta.

“Beijo-lhe as mãos”! Eu era em rapaz de 23 anos e ele já era um ancião, cercado de respeito, acatado entre a gente idosa que eu conhecia. Tanta cortesia, por tão pouco. Mas era esse o seu feitio, feitio de velho à antiga, cortez com os rapazes, porque, certamente, lhes ensinava esses preceitos de civilidade que concorriam para a formação “social” dos estudantes de sua pátria - , como, aliás, também, entravam nos cursos de educação dos nossos meninos e rapazes. Hoje, ao que se sabe e ao que

se vê - nas ruas, nos bondes, nos teatros, nos cinemas - esses preceitos salutareos estão relegados a um completo esquecimento.

Numa das minhas vindas a São Paulo fui procurá-lo, sem aviso, e tive uma impressão de raro encantamento. Aquele octagenário, mais velho um pouco do que o retrato, era um espírito ágil e vivo, concentrado em leituras de suco, umas graves, outras amenas, sem perder o contato com os encantos da nossa vida e as belezas sedutoras dos nossos poetas. O que aquele ancião, durante mais de trinta anos, vinha produzindo nas suas versões e adaptações, já era obra que o recomendava ao apreço dos nossos homens de letras. Ninguém - até então e até hoje - fez mais do que o velho Hipólito Pujol pela propaganda da literatura brasileira e portuguesa através do idioma francês.

Dominando senhorilmente a língua de sua pátria e “possuindo”, como diria o Mestre Fradique, a língua portuguesa - em seu léxico, em suas formas peculiares, em seus modismos - e habilitado nos estudos da etimologia por uma base severa trazida da Universidade de Montpellier, na qual havia recebido o grau de bacharel em letras - esse mestre insigne que um feliz destino trouxera às terras brasileiras, podia, melhor do que ninguém, fazer o que fez e, assim, recomendar-se à gratidão de quantos aqui manejam a língua e fazem dela instrumento de beleza e de transmissão de sua idéias ou crenças, literárias, artísticas ou filosóficas.

Quero, por isso, dar desse educador de tão altos quilates, alguns dados biográficos, que servirão para que outros na posse de dados mais amplos e informações mais minudentes completem a biografia que merece o francês que no Brasil se fixou, trabalhou, constituiu família, educou gerações e gerações de meninos brasileiros, difundiu as letras nacionais e, como coroação esplêndida de uma vida longa e honrada, deu-nos uma família de grandes inteligências, formadas e estimuladas pelos seus magníficos exemplos.

*

Nasceu Hipólito Pujol numa pequena cidade dos Pirineus Orientais, na França, junto à fronteira espanhola, em dezembro de 1827. Depois dos estudos preliminares em Perpignan, matriculou-se e fez o curso

de Letras na colenda Universidade de Montpellier, e assim habilitado, após a formatura, que realizou, por conta do governo francês, várias pesquisas literárias em cidades italianas.

Em 1860 veio ao Brasil em visita a um irmão que aqui residia e no Brasil se fixou para sempre. E daqui nunca mais se moveu, nem mesmo para rever a pátria ilustre. Aprendeu a nossa língua com pasmosa facilidade e, dentro de pouco tempo após sua chegada, falava e escrevia o português sem que, na conversa ou nos escritos, se sentisse, como é tão comum entre a generalidade dos seus patrícios, o sotaque da pronúncia ou o feito francês da frase. Tinha essa rara capacidade de manejar a língua estrangeira que peculiariza os eslavos e balcânicos .

Numa fazenda do Estado do Rio - e as fazendas fluminenses eram, por aquela época, centros senhoriais de rara opulência - nas vizinhanças de São João Príncipe, dirigindo uma escola particular, pôs-se em contato íntimo com a vida brasileira e nesta se integrou de todo pelo espírito e pelo coração ao conhecer uma outra professora, D. Maria José P. de Castro, com a qual se casou em 1863. Da fazenda se transferiu, com a esposa, logo após, para a Corte e lá abriu o primeiro “Colégio Pujol”, instalado inicialmente em São Cristóvão, depois na Tijuca e, após alguns anos, no povoado de Mendes, em plena Serra do Mar, com um clima ameno e liberto do clima opressivo que era, então, o do Rio de Janeiro, com o qual não se habituavam alunos das províncias do Sul, que procuravam os seus cursos. Os filhos do casal foram chegando - Alfredo, Alzira, Ernesto, e a família do professor crescia, de ano para ano, assim como se alargava a sua fama de educador, e o conceito dos seus processos de ensino.

É provável que, pelos bancos do Colégio Pujol tivessem passado meninos de famílias paulistas, porque o renome do mestre veio até cá e chegou a Campinas, onde o colégio “Culto à Ciência”, instalado por um grupo de homens de lúcida visão - monarquistas em benéfica colaboração com republicanos - também alargava nome e fama por todo o interior e até por províncias distantes.

Foi, então, em 1882, a convite de Francisco Glicério, assumir a direção daquele estabelecimento, sucedendo nessa gestão ao conspícuo dr. Jorge Miranda, irmão de Glicério e ali considerado, pela austeridade da sua vida e pela doçura do seu trato como um dos mais perfeitos educadores que pela casa tivessem passado.

Pujol trazia para o ensino da casa idéias novas e o sopro de uma nova pedagogia que bebera nos cursos das escolas francesas. Basta lembrar que, naquele já tão distante ano de 1888, procurando dar aos alunos noções gerais de agronomia, por provirem eles em sua maioria de centros agrícolas e de fazendas do município, obteve colaboração preciosíssima do dr. Franz Daffert, primeiro diretor do Instituto Agronômico (então Estação Agronômica) e cientista que foi o primeiro a iniciar, entre nós, estudos rigorosos sobre a classificação das nossas terras e as variedades dos tipos de café, atraindo para os seus laboratórios a curiosidade dos grandes fazendeiros da região.

Foi uma gestão promissora de enormes progressos a de Pujol, mas perturbada, logo no início, pela irrupção da grande epidemia da febre amarela de março de 1889. Reatando o curso, com grande decisão, assumiu ele a regência das cadeiras de francês e latim, entregando a de português a seu filho Alfredo, então acadêmico de Direito e beletrista que se agitava entre os jornalistas a propaganda republicana; a João Arruda, que então advogava em Campinas, foram entregues as cadeiras de aritmética e geometria a ao dr. Diogo Pupo a de inglês. Lutando embora tantas a vicissitudes, Hipólito Pujol restabeleceu o equilíbrio financeiro daquela casa de ensino e reconquistaria, sem dúvida, o seu maior prestígio se as mesmas calamidades da febre amarela não destruíssem todos esses planos risonhos. As turmas dos alunos que se submetiam a exames no antigo Curso Anexo de São Paulo, conquistavam colocações de primeira linha, até que em 1892 o grande educador foi forçado, por essas contingências, a deixar a direção do colégio. Com essa retirada fechou-se o “Culto à Ciência” que, anos mais tarde, reabriria suas portas, já então entregue ao governo do Estado que ali instalou um ginásio oficial, dos de mais alto crédito no nosso país. E o velho Pujol recolheu-se a São Paulo.

Em 1892 ele nos seus sólidos 65 anos, mas parecia ter o mesmo vigor e a mesma decisão dos primeiros anos em que foi chamado a substituir Jorge Miranda e impor uma gestão mais vigorosa na tesouraria do “Culto à Ciência”.

Em São Paulo, sem aqueles encargos permanentes de direção de uma casa de ensino, e já com os filhos encarreirados brilhantemente na vida, voltou ao culto ameno das musas e deu, então, início a essa fase

meritória de fazer a propaganda dos nossos poetas mais altos com a tradução de suas poesias melhores para o francês.

Sua edição dos **Loisirs** é de 1.904 e nela já se enfeixavam versões de Raimundo Corrêa, Olavo Bilac, Luís Guimarães, Quirino dos Santos, Afonso Celso, Machado de Assis e Wenceslau de Queiroz e trechos em prosa de Coelho Neto, Valentim Magalhães, d. Júlia Lopes de Almeida, Raul Pompeia e Eça de Queiroz.

A essa série poderíamos acrescentar várias traduções de Gonçalves Dias e Fagundes Varela ao lado de outras de Stecchetti, que estava muito na moda e às quais logo se seguiram uma da **Velhice do Padre Eterno**, de Guerra Junqueiro e, até, da **Ceia dos Cardeais**, de Júlio Dantas que foi, ao tempo de sua publicação, verdadeira “coqueluche” dos nossos centros de recitativos e de representação por grupos amadores.

Esta simples resenha atesta a extensão e variedades dos trabalhos a que esse ancião ilustre se dedicou enchendo o fim de sua vida com uma produção de tão benéfica influência na propaganda do nosso idioma e dos seus cultores.

Em próximo artigo reproduzirei algumas dessas versões insertas no livro que ele deu à estampa, assim como uma ou duas que suponho inéditas, que tive a honra de receber do desvelado amigo das letras brasileiras, documentos que conservo carinhosamente no meu arquivo e que não posso reler sem um sentimento de imensa ternura por aquele vulto venerável das nossas letras e da educação dos que foram seus alunos no período de 1870 a 1890.*

(*) Infelizmente não podemos informar se o autor chegou a publicar o artigo anunciado, com exemplos do livro **Loisirs**. ONM.

TEXTOS **(Sugestões para seminários)**

AMEAÇA FRANCESA AO BRASIL **(HANDELMANN)**

O comércio que a Bretanha e a Normandia exerciam no Brasil não ficava aquém do de Portugal. Nessas duas províncias francesas estava-se no mínimo tão bem informado quanto na corte de Lisboa sobre a natureza dessa terra, e os usos e costumes dos seus primitivos habitantes; e até mesmo se chegava a ver ali espécimes de selvagens brasileiros que atravessavam o Atlântico em navios franceses. E foi assim que numa feita a cidade de Ruão, num festival realizado nos dias 1º e 2 de outubro de 1550, em vez do habitual torneio, pôde exibir à assistência maravilhada o espetáculo de um combate e dança festiva entre legítimos índios do Brasil.

Conforme de tudo isso ressalta, era o estado de coisas bastante desanimador; para que não decaísse a novel colonização fundada por Portugal no Brasil ou não fosse presa de qualquer usurpador estrangeiro, quiçá o francês,urgia que mãe-pátria lhe proporcionasse recursos e socorros.

Representações nesse sentido foram feitas repetidas vezes à corte de Lisboa; ninguém, todavia, as formulou com tanta seriedade e franqueza como Luís de Góis: “Se dentro de pouco tempo - escrevia ele de São Vicente ao rei D. João III, em 12 de maio de 1548 - Vossa Alteza não acudir às capitâneas e costas do Brasil, então perderemos vida e propriedades; Vossa Alteza perderá, porém, o país”.

E, com receio de que a própria perspectiva de tal perda pouco alarmasse a corte, contanto que lhe ficasse a posse das ricas Índias Orientais, acrescentou Luís de Góis, mais adiante, que em tal emergência

o desastre não se cifraria a essa perda; facilmente então dobrariam também os franceses, e com facilidade, o cabo da Boa Esperança e, uma vez tendo se apoderado da América portuguesa, atacariam também a Ásia portuguesa. “Se, entretanto - dizia ele conclusão - todas estas perspectivas desastrosas não impressionarem Vossa Alteza, tenha então compaixão das tantas almas cristãs desta terra e venha em nosso socorro com braço forte, pois isso é urgente”.

(**História do Brasil**, I: 116-117. São Paulo, Melhoramentos, 1978)

*

DA OBSCURIDADE DAS LEIS (BECCARIA)

Se a interpretação arbitrária das leis é um mal, também o é a sua obscuridade, pois precisam ser interpretadas. Esse inconveniente é bem maior ainda quando as leis não são escritas em língua vulgar.

Enquanto o texto das leis não for um livro familiar, uma espécie de catecismo, enquanto forem escritas numa língua morta e ignorada do povo, e enquanto forem solenemente conservadas como misteriosos oráculos, o cidadão que não puder julgar por si mesmo as conseqüências que devem ter os seus próprios atos sobre a sua liberdade e sobre os seus bens, ficará na dependência de um pequeno número de homens depositários e intérpretes das leis.

Colocai o texto sagrado das leis nas mãos do povo, e, quanto mais homens houver que o lerem, menos delitos haverá; pois não se pode duvidar que, no espírito daquele que medita um crime, o conhecimento e a certeza das penas ponham freio à eloquência das paixões.

Dessas últimas reflexões resulta que, sem corpo de leis escritas, jamais uma sociedade poderá tomar uma forma de governo fixo, em que a força resida no corpo político e não nos membros desse corpo; em que as leis não possam alterar-se e destruir-se pelo choque dos interesses particulares, nem reformar-se senão pela vontade geral.

A razão e a experiência fizeram ver quantas tradições humanas se tornam mais duvidosas e mais contestadas, à medida que nos afastamos de sua fonte. Ora, se não existe um monumento estável do pacto social, como resistirão as leis ao movimento sempre vitorioso do tempo e das paixões?

(**Dos delitos e das penas**, cap. V, no volume **Pensadores italianos**, pp 274-275. Trad. Antônio Piccarolo e Leonor de Aguiar. Rio de Janeiro, Jackson, 1.964. “Clássicos Jackson”, vol. 26)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

EDUARDO DA SILVA PRADO (1860-1901)

Ao ensejo do centenário de seu falecimento, é-nos grato evocar nesta seção a figura de Eduardo Prado, um dos vultos mais expressivos da cultura brasileira no final do século XIX. Sem ter sido propriamente um historiador, na acepção em que o termo costuma ser modernamente empregado, prestou assinalados serviços à historiografia pelas suas numerosas iniciativas, contribuindo para a divulgação de textos valiosos, indispensáveis mesmo para o conhecimento de nosso passado. Sua percepção da história brasileira é significativa, como o demonstra o excerto de sua lavra que anexamos a esta nota.

Nascido na capital paulista aos 27 de fevereiro de 1860, descendente de tradicionais troncos, filho de Martinho da Silva Prado e de Dona Veridiana da Silva Prado. Em 1881 bacharelou-se pela faculdade de Direito, onde foi contemporâneo de expressivas figuras de nosso cenário cultural, como foi Júlio Mesquita, Afonso Celso, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Pedro Lessa, entre outros. Ainda estudante, iniciou-se na vida de imprensa, colaborando em diversos jornais de sua cidade.

“Rico e inquieto”, como o qualificou um de seus biógrafos, viajou muito, não como simples turista, mas como homem estudioso e de inteligência arguta. Teve residência em Paris, em cuja casa organizou preciosa biblioteca de assuntos brasileiros e onde recebia expressivas figuras da capital francesa ou do Brasil quando lá se encontravam. Da mesma forma, foi assíduo freqüentador de elegantes salões parisienses, que, no fim da vida alternava com sua fazenda, no interior de São Paulo. Afirmase, provavelmente com fundamento, que foi ele o modelo escolhido

por Eça de Queiroz para o personagem principal de seu romance **O Homem e as Serras**.

Proclamada a República no Brasil, conservou-se fiel à monarquia, muito criticando com sarcasmo e ironia os primeiros tempos do novo regime em nosso país. Suas crônicas a respeito alcançaram grande repercussão e foram reunidas no volume **Fastos da Ditadura Militar no Brasil** (1890). Um certo sentimento anti-americanista levou-o a escrever **A Ilusão Americana** (1893), seu livro mais conhecido, mas que teve sua edição apreendida pelo governo da República, só vindo a ser reeditado postumamente depois de quase meio século.

Em fins do século XIX foi um dos promotores das comemorações do terceiro centenário do falecimento do padre José de Anchieta (1897), constante de excelente série de conferências por ele organizada e a ele cabendo proferir a palestra inaugural sobre “O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil”, que figura no volume comemorativo da efeméride, publicado em 1900. Igualmente valiosa é a sua monografia sobre imigração (“Immigration”), capítulo XVI da grande obra **Le Brésil en 1889**, organizada por Santa-Anna Nery, para figurar na Exposição Internacional de Paris naquele ano, em comemoração ao primeiro centenário da Revolução Francesa.

Grande parte, talvez mesmo a maior parte, do que escreveu, de interesse histórico, encontra-se na série **Coletâneas**, publicação póstuma em quatro volumes (1904-1906).

Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (1897) coube-lhe ocupar a Cadeira nº 40, escolhendo para patrono ao Visconde do Rio Branco. E ao fundar-se, em 1901, a nossa Academia Paulista de Letras, teve seu nome escolhido para um dos patronos, em Cadeira ocupada atualmente pelo Acadêmico Ignácio da Silva Telles.

Vítima da febre amarela faleceu em São Paulo a 30 de Agosto de 1901, com pouco mais de quarenta anos de idade.

Fonte preciosa para o conhecimento de sua vida e obra, encontramos-a no fascículo 3, do dia 31 de agosto de 1941, do suplemento “Autores & Livros”, dirigido por Múcio Leão para o antigo jornal “A Manhã” do Rio de Janeiro. Nele, além do próprio Múcio Leão colaboraram

com valiosos texto Afonso Arinos e Tristão de Athayde e ainda reprodução do que sobre Eduardo Prado já haviam escrito José Veríssimo, Coelho Neto, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Carlos de Laet, Pedro Lessa, Rui Barbosa e o próprio Eça de Queiroz.

SELETA

A HISTÓRIA DO BRASIL

Eduardo PRADO

A nossa história é cheia de emocionantes episódios, de dúvidas que despertam e prendem a curiosidade, de lendas poéticas que seduzem e de problemas cuja solução desafia a sagacidade do estudioso.

O grande mistério da espécie humana na América pré-histórica está, em grande parte, escrito e oculto no Brasil, nas línguas indígenas, onde os filólogos o querem decifrar; nas camadas do solo, onde há vestígios de extintas espécies, e onde se descobrem as imagens impressas e, às vezes, os restos da fauna do passado, entre os quais Lund, nas furnas da Lagoa Santa, julgou descobrir o homem contemporâneo de um mundo desaparecido. Na cerâmica dos vasos de Marajó há o aparecimento de uma arte, pela qual o sentimento estético daqueles desconhecidos oleiros se aproxima da pureza das formas e da harmonia das linhas que os ceramistas da Ática consagram.

À beira das praias, onde o mar espuma, a recordação das gerações que passaram esta nas conchas amontoadas, entre as quais se acha, dentro de sua urna funerária, a múmia misteriosa do homem sem nome; e o estudioso pergunta se aqueles mortos e se os habitantes selvagens das nossas terras não são ruínas de povos, e, como diz Martius, “o resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história”.

E quando é que o Brasil começou a existir para o resto do mundo? Em que época se veio juntar a torrente da História? Foi na época

deslumbrante da Renascença que o fio, ténue então, mas para sempre ininterrupto da sua vida, se veio entretecer na trama universal da vida das nações.

As viagens oceânicas, um dos grandiosos episódios daquele tempo, franquearam o Atlântico, e assim a Europa e, mais tarde, a África, puderam vir reunir-se nesse grande pedaço da América e formar o Brasil. Vieram então as aramadas, velejaram ao longo das nossas costas as caravelas e as naus, tomando alturas, recebendo água em caminho da Índia, erigindo padrões, deixando homens desterrados. Pereceram em ignorados naufrágios alguns navios e os desterrados e os salvos das ondas, esses padrões vivos da nossa raça conquistadora, aí ficavam em terra e eram o misterioso João Ramalho, o obscuro bacharel de Cananéia, mais tarde o lendário Caramuru ou o ingênuo e tão interessante Hans Staden.

Portugueses e franceses chegavam à costa brasileira; traficavam em pau-brasil, estabeleciam feitorias, depósitos ou pontos de negócio e isso sem deixar vestígios, como se vê do que aconteceu na história tão obscura do comércio dos fenícios e cartagineses, que rodearam a África, foram ao Ofir do Oceano Índico e, em busca do estanho e do âmbar, às costas da Inglaterra e às praias hiperbóreas do Báltico.

Foi nesse século XVI que se esculpiu o coro da igreja de S. Jacques, em Dieppe, onde, na figuração das cenas da vida dos mercadores da cidade, aparecem índios, contando e carregando pau-brasil, todos armados das suas emplumadas arações. E outros índios então levados à França, como curiosidade, acampavam em Ruão à margem do Sena e iam ornar a entrada triunfal de Henrique II, Cristianíssimo rei da França, e da muita ilustre dama Catarina de Medicis, sua esposa. Carlos IX dialogava com outros índios e Montaigne, fazendo traduzir uma canção dos tupinambás, declarava achar nela um sabor todo anacreôntico.

Quem se dedica à História do Brasil não se encerra dentro de uma especialidade árida e estreita. Desde a época da descoberta nenhum grande fato europeu deixou de ter a sua repercussão no Brasil ou de influir em nossos destinos. Se alguém entre nós fizesse a experiência de ensinar a um adolescente a História do Brasil, explicando-lhe sucessivamente os acontecimentos da história da Europa e pintando-lhe os seus personagens, à medida que em nossa história fossem aparecendo os efeitos daqueles

acontecimentos ou a influência daquelas figuras - esse adolescente acabaria sabendo não só a história da sua pátria, mas também quase que a história completa do Ocidente do velho mundo dos últimos três séculos.

A reforma repercutiu no Brasil na tentativa da colonização huguenote de Villegaignon e, à sombra dos alterosos rochedos da baía do Rio de Janeiro, discutiram teólogos de Genebra com teólogos católicos e, perante os selvagens nus, a mais elevada teologia, e terçaram os argumentos mais sutis sobre a Graça, a Presença Real e a Predestinação. Surge no campo católico a reação organizada na Companhia de Jesus, e dos primeiros dos seus soldados vêem muitos ao Brasil, cuja história fica então ligada à dos Jesuítas.

A Espanha quase realiza o sonho da monarquia universal e nessa monarquia entra o Brasil, como parte do domínio de Felipe III. Há o primeiro anúncio da futura supremacia marítima da Inglaterra, quando Elisabeth promove por todos os meios o desenvolvimento naval e Eduardo Fenton, um dos vencedores futuros da “Invencível Armada”, penetra em Santos, que Cavendish mais tarde saqueia; Withrington assola os arredores da Bahia, Lancaster saqueia o Recife.

Nasce o poder marítimo dos holandeses e Olivier van Noord surge diante do Rio de Janeiro, van Cerden tanta apossar-se da Bahia, Joris van Spilbergen hostiliza Santos. Prenúncios estes de que a revolta dos Países Baixos contra a Espanha ia ter também como teatro de ação a nossa terra; e assim foi nos trinta anos das invasões das guerras holandesas no norte do Brasil. Desde então, na solução das grandes crises européias, por ocasião das pazes de Westphalia e de Munster no século XVII; na paz de Utrecht no século XVIII; e, em nosso século (XIX) nos tratados de Viena em 1815, o Brasil, isto é, a questão da legitimidade e dos limites da soberania portuguesa na América, foi objeto de discussão e de transação.

No século XVIII a maior vitória do filosofismo foi a destruição dos Jesuítas, fato da maior gravidade para o Brasil. E noutra ordem de idéias, de que alcance não foi para a vida econômica e social do mundo inteiro toda a inundação de ouro saído do Brasil, quando houve ano em que só a Capitania de Minas produziu mais de 500 arrobas de ouro? E, mais perto de nossos dias, a tormenta revolucionária e a passagem de Napoleão pelo mundo tiveram como consequência, deste lado do oceano, a forma extraordinária pela qual, sem sacrifício, foi ganha a nossa independência.

Um ilustre poeta inglês prestou um imenso e inestimável serviço a nós todos escrevendo uma notável História do Brasil. Meditando sobre a nossa história, Robert Southey ficou compenetrado da importância e do valor futuro do Brasil. E, ao terminar a sua grande obra, diz-nos que escolheu esta grande tarefa “na virilidade madura e que a propôs como objeto de uma vida dedicada à literatura, no que esta tem de mais elevado e digno”.

E isto fez aquele estrangeiro ilustre, porque como ele próprio o diz, ficou convencido, ao estudar os trabalhos dos fundadores do Brasil, “que das empresas desses homens obscuros surgiram conseqüências mais amplas e provavelmente mais duradouras que as conquistas de Alexandre e Carlos Magno”.

(*Coletâncas*, vol. III. São Paulo, 1906)

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

AGASSIZ, LOUIS E ELIZABETH

Na vasta e naturalmente desigual literatura de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, avulta, como um dos títulos mais importantes, a obra do casal Agassiz, publicada originalmente em Boston, 1868. Agassiz era suíço, mas ao vir para o Brasil procedera dos Estados Unidos, onde se havia radicado vinte anos antes, como professor em Cambridge, no Massachussets. Tornara-se conhecido no mundo científico por uma monografia sobre peixes fósseis e pelo seu estudo sobre geleiras.

Integrando a “Thayer Expedition”, veio ao nosso país e nele viajou em 1865 e 1866, resultando dessa viagem numerosos trabalhos científicos, bem como o livro de impressões, que escreveu com sua segunda esposa e companheira de excursão, Elizabeth Cary Agassiz. Retornando aos Estados Unidos, prosseguiu seus trabalhos em Cambridge, até o seu falecimento, em 14 de dezembro de 1873, com menos de 70 anos, pois nascera em 1807.

De seu relato existem pelo menos quatro edições em inglês, bem como traduções para o francês e o espanhol. Da tradução francesa, editada por Hachette em 1869, foi extraída uma versão abreviada por J. Belin de Launay, publicada pela primeira vez também por Hachette em 1872 e reeditada mais quatro vezes. Tivemos que esperar até 1.938 (portanto 70 anos após a edição original) para termos a obra de Agassiz em nossa língua, numa publicação da série “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional. E quase 40 anos depois, nova edição surgiu, desta vez pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a coleção “Reconquista do

Brasil”. Deve-se mencionar, contudo, que, antes dessas traduções integrais, diversos excertos do viajante suíço apareceram em jornais e revistas culturais.

Em seu Livro (verdadeiro “diário”), escreveu com propriedade Vivaldi Moreira, “cheio de informações pitorescas, precisas na sua objetividade, encontraremos a essência do Império do Brasil no seu apogeu, ao lado de revelações curiosas acerca de nossa natureza física e sua numerosa riqueza”.

Embora pouco se demorasse no Brasil (apenas dois anos) seu livro é dos mais interessantes, pois nenhum outro viajante percorreu em tão pouco tempo áreas tão extensas. Esteve no Rio de Janeiro, em Minas Gerais (hóspede de Mariano Procópio, em Juiz de Fora), empreendendo, depois, longa viagem ao Amazonas. As impressões de viagem, de autoria da esposa, são alternados com suas observações científicas, todas do mais alto interesse, e trazem, em apêndice, capítulos especiais sobre a Corrente do Golfo, a Estrada de Ferro D. Pedro II, a geologia do Amazonas e notas sobre as explorações iscladas de diversos integrantes da Expedição Thayer. Sabe-se hoje que muito do que o sábio escreveu, especialmente sobre a glaciação no Brasil, está inteiramente superado, mas vale como exemplo do conhecimento científico da época.

Inicia-se o diário no dia 2 de abril de 1865, quando embarcou em Nova York, chegando ao Rio a 23 do mesmo mês. Nesse período de viagem iniciou uma série de palestras que propôs aos seus companheiros a fim de prepará-los para as pesquisas que deveriam realizar. Enquanto no Rio, aproveitou para conhecer a Estrada de Ferro D. Pedro II, ainda em construção, e para uma viagem a Juiz de Fora, o que lhe propiciou conhecer a Estrada “União e Indústria”, obra de Mariano Procópio havia pouco inaugurada, e que deixou o sábio suíço realmente surpreso, pois, confessou ele, nunca tinha visto estrada igual, pois nem nos Estados Unidos existia, na época, estradas macadamizadas, como a que fora construída ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

Regressando, permaneceu mais alguns dias no Rio antes de empreender a grande jornada ao Norte, que teve início a 25 de junho e se prolongou até fins de março do ano seguinte. Essa viagem constitui o objeto de onze dos dezesseis capítulos de que se compõe o livro.

Da parte amazônica, realmente a mais significativa do que escreveu o casal Agassiz, ocupou-se demoradamente o escritor amazonense Raimundo Morais em livro publicado em 1.939, ou seja, pouco após a edição da “Brasília”. Ao longo de mais de 200 páginas, Morais acompanha o casal de viajantes através do vale amazônico, resenhando e comentando suas observações e conclui seu livro com este período que não nos furtamos ao prazer de transcrever:

“Ao fecharmos estas linhas reverentes e insopitadas em torno das duas figuras que formaram à testada da expedição, só uma coisa nos emociona: é a maneira por que esse casal ilustre, originário da Europa e da América do Norte, se adaptou à Amazônia, assimilando em alguns meses, os costumes da gente rústica sobre ela espalhada. Por entre a tradição, o folclore, os hábitos e natureza de vida, os dois vultos se identificaram com as populações do vale. Rememorando esse atributo, incomum em estrangeiros, por via de regra difíceis de se modificarem, é que o nosso ânimo exulta. E exultando, olhamos, através de dois terços de século, numa espiritualização agradecida e carinhosa, as duas grandes silhuetas de Elizabeth e Luís Agassiz.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Edição original :** *A Journey in Brazil*. Ticknov & Fields, Boston, 1.868. 540p
- Edições francesas :** *Voyage au Brésil*. Trad. de Felix Vogeli. Paris, Hachette, 1869. 532p
- Voyage au Brésil**. Resumo da trad. anterior, por J. Berlin de Launay. Paris, Hachette, 1874.
- Ed. Bras. :** *Viagem ao Brasil, 1865/1866*. Trad. e notas de Edgard Sussekind de Mendonça. São Paulo, Editora Nacional, 1938. 654p (Coleção “Brasília”, v. 95).
- Viagem ao Brasil, 1865/1866**. Trad. de João Etienne Filho; apres. de Mário Guimarães Ferri; “orelhas”, de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. 324p (Coleção “Reconquista do Brasil”, v. 12)
- Impressões do Professor Agassiz sobre o Brasil**. Trad. por “um brasileiro”. Londres, Brettel, 1871. (Tradução do capítulo 16).
- Breve visita a Minas**. Suplemento literário do “Minas Gerais”, nº 215, 10 de outubro de 1970, p. 11. Belo Horizonte.
- Morais, Raimundo - **À margem do livro de Agassiz**. São Paulo, Melhoramentos, (p. 1939). 217p

SELETA

DO RIO DE JANEIRO A JUIZ DE FORA

Sra. Agassiz

Um ou dois dias após a nossa chegada Agassiz recebeu do presidente da Companhia “União e Indústria” convite para vir visitar, com alguns dos nossos companheiros, a estrada de Petrópolis a Juiz de Fora, na província de Minas Gerais. Essa estrada é célebre tanto pela sua beleza como pela sua perfeita execução. Não será demais uma palavra sobre as circunstâncias em que foi construída. Se, como se pretende, o progresso só marcha no Brasil com extrema lentidão, deve-se reconhecer que os brasileiros levam à perfeição as coisas que empreendem. É verdade que a construção dessa estrada foi confiada a engenheiros franceses, mas aquele a quem cabe a honra de havê-la projetado e concluído é um mineiro, o Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage. Minas Gerais se assinala, dizem, pela inteligência e energia de seus habitantes; talvez pelo efeito de um clima menos ardente, estando as pequenas cidades dessa província quase todas situadas nos altos chapadões das serras e gozando de um ar mais fresco e estimulante do que se respira no litoral. Antes de empreender esse grande trabalho, o Sr. Lage viajou na Europa e nos Estados Unidos a fim de estudar todos os aperfeiçoamentos modernos introduzidos nas obras dessa natureza. O resultado é uma prova da energia e da paciência com que levou avante a execução de seu projeto. Há doze anos atrás, o único meio de se ir para o interior, partindo de Petrópolis, era uma estreita trilha de burros, esburacada, perigosa, onde uma viagem de uma centena de milhas exigia uma caminhada de dois ou três dias. Agora, vai-se de Petrópolis a Juiz de Fora de carro, do levantar ao pôr do sol, numa boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo. A cada intervalo

de dez ou doze milhas, encontra-se uma muda de animais descansados em elegantes estações em forma quase sempre de chalés suíços. Esses postos são quase todos mantidos por colonos alemães, outrora contratados no seu país para a construção da estrada, e cuja emigração constitui por si mesma uma grande vantagem para a província; em todos os lugares em que os pequeninos núcleos de colonos alemães se agruparam embaixo das colinas, percebem-se viçosos jardins com flores e hortas de legumes e casinhas muito limpas em que tudo indica a economia e o amor do conforto interior, virtudes que caracterizam por toda parte o bom camponês da Alemanha. Por direito, nenhum escravo pode ser empregado pela Companhia; os trabalhadores são alemães ou portugueses. Assim exige um regulamento geral que se aplica a todos os trabalhos públicos de certa importância. Os contratos aprovados pelo Governo proíbem expressamente o emprego de escravos. Infelizmente a regra não é sempre estritamente observada, por isso que, nos trabalhos de certo gênero, não se achou meio de substituir essa pobre gente. Para a conservação de estradas, porém, para as reparações, por exemplo, que exigem grande quantidade de trabalhadores constantemente em ação, explorando as pedreiras, quebrando pedras para o macadame, cobrindo o sulco deixado pelas rodas, retificando os taludes, etc..., só se admitem trabalhadores livres.

Esse cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos revela uma tendência para a emancipação. Inspira-se na idéia de limitar pouco a pouco o trabalho servil às ocupações agrícolas, afastando os escravos das grandes cidades suas vizinhanças. O problema da emancipação não é para o Brasil, como foi para o nosso país, um espantinho político. É discutido livremente e com calma em todas as classes da sociedade; pode-se, sem querer adiantar mais, predizer que não passarão muitos anos sem que a instituição desapareça, tanto o sentimento geral lhe é contrário.

(...)Essa digressão não nos deve fazer perder de vista a estrada da Companhia “União e Indústria”. Está atualmente construída até Juiz de Fora e oferece todas as possibilidades de transporte às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio. Como este distrito possui magníficas plantações de café, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação é de capital importância para o comércio do país, e o Sr. Lage está em via de construir estradas que

conduzam aos pequenos estabelecimentos das redondezas. Não escapou entretanto, aos contratemplos que acompanham todos aqueles cujas idéias estão em avanço sobre a rotina de seus contemporâneos. O descontentamento provém, sem a menor dúvida, do fato de que a estrada não deu tão grande renda como se esperava; os progressos da Estrada de Ferro D. Pedro II, que dela se aproxima cada vez mais, comprometeu-lhe o sucesso. Para não interromper o curso de minha narrativa, quis fornecer, como preâmbulo, essas particularidades sobre a Estrada “União e Indústria”, cuja construção é um fato significativo na história contemporânea do Brasil. Retorno agora ao fio das nossas aventuras.

Embarcamos no Rio às duas horas da tarde numa pequena embarcação a vapor que nos transportou do outro lado da baía, a quinze milhas de distância. Graças à brisa, o calor, embora intenso, não era intolerável. Passamos em frente da Ilha do Governador, da pequena e graciosa Ilha de Paquetá, e outras mais, verdadeiros buquês de palmeiras, bananeiras e acácias que recamam a baía e acrescentam à sua beleza um novo encanto. Ao cabo de uma hora e um quarto de viagem, pusemos pé em terra na povoação de Mauá. Aí tomamos o trem e um novo percurso de uma hora, através de terrenos baixos e pantanosos, nos levou até o sopé da montanha (Raiz da Serra). Tivemos então que deixar a via-férrea e tomar a diligência que parte regularmente dessa estação. A subida foi encantadora, nós num excelente cupê aberto, com quatro animais galopando a toda brida, numa estrada unida como um assoalho (...)

Já era sol-posto quando entramos na linda cidadezinha de Petrópolis. É o paraíso de verão de todos os fluminenses, bastante felizes para poderem fugir ao calor, à poeira e às exalações da cidade; vêm aqui à procura do ar puro e do panorama deslumbrante da Serra. O palácio de verão do Imperador, edifício mais elegante e menos sombrio que o de São Cristóvão, se acha situado em posição central; D. Pedro passa seis meses aí do ano. No meio da cidade corre o gracioso Piabanha, pequeno rio de pouco fundo, que estamos vendo suas águas de encontro aos seixos do seu leito, profundamente encravado entre dois taludes verdejantes.

(...) Mal tivemos tempo de passar os olhos pelas belezas de Petrópolis, que esperamos contemplar bem mais à vontade em outra ocasião. Na manhã seguinte, ao raiar do dia, pusemo-nos a caminho. As nuvens ligeiras suspensas no alto das montanhas começavam a tingir-se

dos primeiros rubores do sol quando saímos da cidade, de carro, a todo galope.

A primeira parte da estrada acompanha o vale encantador do Piabanha, esse rio com que já travamos conhecimento em Petrópolis. Pelo espaço de 40 ou 50 milhas, segue-se a rota do caprichoso curso d'água que ora ferve de impaciência e salta de queda em queda, ora, logo adiante se estende em largo e plácido remanso (...)

Até Posse, terceiro posto, já tínhamos feito trinta milhas, e paramos para almoçar. Na verdade essas três horas de caminhada nos despertaram o apetite. O hábito quase constante dos brasileiros em viagem é tomar, quando se levantam, uma xícara de café que lhes basta até as 10 ou 11 horas; então almoçam um pouco mais solidamente. Serviram-nos para começar feijão preto preparado com carne seca. É o prato fundamental em todas as refeições brasileiras. Não há casa por mais pobre que não tenha sua feijoada, nem por mais rica que exclua de sua mesa esse prato por excelência pelo qual as pessoas de todas as classes manifestam um gosto igualmente pronunciado. Vieram em seguida batatas, arroz feito com água, ensopado de galinha, pratos estes quase todos característicos da cozinha brasileira; em seguida, ovos preparados de várias maneiras, carnes frias, vinho, café e pão. Os legumes são absolutamente raros, se bem que seja fácil obtê-los, neste clima, com grande variedade.

O dia já ia em meio quando dissemos adeus ao lindo rio cujas margens acompanháramos e, na estação Entre-Rios, atravessamos a bela ponte lançada sobre o Paraíba. O Paraíba do Sul é um lindo rio que corre, em grande parte de seu curso, entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Ele se lança no Atlântico em São João da Barra, a uma distância bastante considerável a nordeste do Rio de Janeiro. Fica-se à primeira vista desorientado no Brasil pelo elevado número e a diversidade das serras; empregando-se essa denominação para designar tanto as cadeias de montanhas como os seus esporões, qualquer elevação em forma de montanha é uma serra (...) O caráter especial do Paraíba, cujos numerosos tributários drenam a vertente meridional da Mantiqueira e a vertente oposta a da Serra do Mar, torna-o de considerável interesse para o naturalista. Em razão da proximidade do mar, não é menos desejável que se compare a sua fauna com as dos pequenos rios isolados do litoral, que levam diretamente para o Atlântico as águas da vertente externa da Serra

do Mar. Efetivamente, esse estudo permitirá resolver aqueles problemas da distribuição geográfica dos seres vivos, sobre os quais Agassiz tanto insistiu junto a seus assistentes, durante a nossa travessia, por causa da sua ligação com a questão das origens.

Logo depois de atravessar o Paraíba, a estrada margeia o Paraibuna, afluente da margem setentrional, que deságua no Paraíba quase em frente do Piabanha. Na parte final da viagem, a paisagem fica menos severa; as montanhas descem em declives menos rudes e não comprimem a estrada entre precipícios tão terríveis quanto no vale do Piabanha. Mas, embora menos pitoresco, o cenário que se desfruta ao se aproximar Juiz de Fora, ainda é, ao longo de todo o percurso, bem próprio para satisfazer os mais exigentes e prender constantemente a atenção.

Eram seis horas quando atingimos o nosso objetivo; esperavam-nos as mais confortáveis acomodações, preparadas para nós numa espécie de chalé encantador que a Companhia reserva para receber seus convidados ou seus diretores em viagem. Num hotel situado em frente esperava-nos um excelente jantar; depois que lhe fizemos a devida honra, uma volta em torno dos jardins do Sr. Lage, depois um concerto dado por uma orquestra de músicos alemães, quase todos empregados na estrada, puseram fim a esse dia tão bem passado.

Na manhã seguinte, o Sr. Lage nos fez dar um passeio pelos seus jardins e laranjais, passeio tão agradável quanto instrutivo. Ele não só distribuiu suas propriedades com muito bom gosto, mas fez empenho em nelas reunir todas as árvores e arbustos mais característicos do país; de maneira que uma volta dada por ele no seu parque vale por uma lição das melhores para um botânico, que pode assim aprender a história e o nome de cada árvore ou cada flor que vai encontrando. Um guia como esse é dos mais preciosos, porque, em geral, os brasileiros parecem querer persistir numa doce ignorância de toda nomenclatura sistemática; para todos eles toda flor é “uma flor”, assim como todo animal desde a mosca até o burro ou o elefante, é um “bixo” (sic). Uma das coisas mais admiráveis que podem ser observadas nos jardins do Sr. Lage é uma coleção dos vegetais parasitas das florestas brasileiras.

(...) Uma boa parte do nosso último dia de permanência em Juiz de Fora, passamo-la na hospitaleira casa do Sr. Halfeld, engenheiro

alemão, a quem suas explorações do interior valeram honrosa notoriedade. A sua obra sobre o rio São Francisco era bem conhecida de Agassiz, de modo que se acharam ambos em terreno familiar. O Sr. Halfeld pôde melhor do que ninguém lhe fornecer informações preciosíssimas para os planos de expedição, principalmente sobre aquilo que interessa os jovens auxiliares encarregados de atingir as margens do Amazonas passando pelo São Francisco e o Tocantins.

(Viagem ao Brasil, 1865-1866, pp. 93-113. Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça. São Paulo, Editora Nacional, 1938. Coleção “Brasíliana”, v. 95).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

378. CENTENÁRIO DE UM ESCRITOR PAULISTANO

A Academia Campinense de Letras parece ter sido a primeira entidade cultural a comemorar o centenário de Antônio de Alcântara Machado com uma palestra do acadêmico Mário Pires, na primeira reunião ordinária do corrente ano, ainda em março, antecipando, pois, de dois meses a significativa efeméride que transcorreu a 25 de maio. Na semana seguinte à da reunião campineira, a Academia Paulista de Letras, por proposta da acadêmica Lígia Fagundes Teles, designou comissão constituída de expressivas figuras do sodalício para promover o que for necessário ou possível para a comemoração que homenageará uma das mais significativas figuras da história literária mais paulistana que paulista, pois a cidade de São Paulo foi o centro e o objetivo principal de tudo quanto escreveu.

Filho do jurista e historiador Alcântara Machado (1875 - 1941), que pertenceu à Academia Brasileira de Letras, era, tal como dizia seu pai, “paulista de quatrocentos anos”, pois descendia de velhos troncos que remontavam ao século XVI. Era neto de Brasílio Machado e bisneto do Brigadeiro Machado de Oliveira, grandes figuras paulistas. Infelizmente teve vida curta, pouco passando dos trinta anos, pois faleceu no Rio de Janeiro aos 14 de abril de 1935.

Teve papel saliente no movimento modernista na década de 20 do século passado, não só pelos livros que publicou, como pela colaboração nas revistas surgidas ao ensejo do movimento: “Terra Roxa e outras terras”, “Revista de Antropologia” e “Revista Nova”.

Com seus dois livros mais conhecidos, **Brás, Bexiga e Barra Funda e Laranja da China** e pelos avulsos incluídos no livro póstumo **Cavaquinho e Saxofone**, tornou-se, no dizer de Afrânio Coutinho, o “cronista da cidade de São Paulo, através de uma ficção urbana, simples, que retrata a classe média baixa e sua vida humilde”.

Agripino Grieco não o deixou por menos: “Respirava a alma de São Paulo com a deliciosa garoa que envolve as colinas e as torres, e a utilização do material humano que recolheu pela cidade foi feita sempre com amor”. Escrevesse alguns anos mais tarde, o terrível crítico do Rio de Janeiro só não mencionaria a garoa, pois esta desapareceu...

Excelente fonte para o conhecimento de sua obra, o leitor interessado poderá encontrar no precioso suplemento literário “Autores e Livros”, do jornal “A Manhã”, do Rio de Janeiro, dirigido por Múcio Leão, vol. IV, nº 16, do dia 16 de maio de 1943.

Aspecto significativo de sua obra, e que nem sempre é lembrado, é a sua contribuição à historiografia brasileira, com excelentes estudos sobre Anchieta, um deles merecendo prêmio da Sociedade Capistrano de Abreu, e outros figurando como pós-fácio a uma valiosa publicação anchietana editada pela Academia Brasileira de Letras em 1933 e na qual - informa Afrânio Peixoto, organizador da publicação - mais de setecentas notas são de sua autoria, além da monografia especializada que encerra o volume. Sobre essa sua contribuição à historiografia pretendemos escrever oportunamente. (26-5-2.001)

*

379-EM MEMÓRIA DE UM HISTORIADOR “PAULISTANO”

Ao tomar conhecimento da infausta notícia do falecimento, no início de abril, de Richard Morse, duas coisas passaram pela nossa mente,

como primeira atitude em face do ocorrido: reler algumas páginas de seu precioso livro sobre a formação histórica da metrópole paulistana ou ler a entrevista que o já saudoso brasilianista concedeu ao Professor José Carlos Sebe Bom Meihy no dia 18 de janeiro de 1.989, em sua casa em Washington e incluída no excelente livro **A Colônia Brasilianista**. Optamos por esta última, mesmo por um problema de “brevidade temporal”. Entrevista longa, mais de vinte páginas, em que só ele falou. O entrevistador teve a sabedoria de deixá-lo falar, o que raramente acontece. E o que falou é de uma sensatez excepcional, dele não se podendo desprezar uma linha, um conceito, um ponto-de-vista ou qualquer outra modalidade que possa definir o caráter do entrevistado.

Não tivemos o privilégio de conhecer pessoalmente o professor Morse, embora vivêssemos também em São Paulo na mesma época. Circunstância... Mas conhecemos muito bem quase todas as pessoas que ele menciona e que marcaram o seu relacionamento nos anos que passou em São Paulo. Aliás, Morse viveu na capital paulista numa época numa época muito feliz culturalmente falando, assistindo - e até participando - de atividades de uma geração inteligente, culta, ciosa de seus deveres intelectuais, honesta, sem modismo ou preocupações pessoais, integrante dos melhores ambientes paulistanos.

Pela entrevista percebeu-se o quanto o Professor Morse beneficiou-se da companhia de um Lourival Gomes Machado, um Florestan Fernandes, um Décio de Almeida Prado, um Cruz Costa, um Sérgio Buarque de Holanda, um Antônio Cândido, este, para alegria nossa, o único sobrevivente desse glorioso grupo que Morse considerava “personagens paradigmáticos, até parecendo homens do Renascimento, com aquela cultura humanística e com visão aberta do saber”. E um tanto desolado, pergunta: “Onde encontrar gente como eles hoje em dia?”

Quando chegamos a afirmar que devemos a Morse o melhor livro que já se escreveu sobre a história da cidade de São Paulo, isto não implica, é claro, em menosprezo para tudo quanto já se publicou sobre o assunto, pois o seu livro não exclui os demais (nem teria ele essa intenção), mas apresenta uma visão nova ao interpretar a evolução da metrópole paulistana. Essa “visão nova” foi bem notada pela Professora Maria Sylvia de Carvalho Franco nas orelhas das capas da segunda edição; só que, o que ela escreveu não deveria estar nesse lugar, quase sempre

desprezado pelos leitores, mas no próprio volume, diríamos até à guisa de prefácio.

É o caso de dizer-se que Morse “viu” coisas que outros pesquisadores não viram, ou viram, mas não lhes deram importância. E ele, com a sabedoria de um grande pesquisador, leu praticamente tudo o que pôde encontrar sobre o assunto, como o demonstra a extensa bibliografia que arrolou no fim do volume, e na qual até nosso modesto nome vem incluído... Grande sabedoria demonstrou em não se limitar, nas suas pesquisas, aos arquivos e aos documentos históricos. Soube utilizar devidamente o arquivo “humano”, tirando todo o proveito do relacionamento com homens de letras da mais variada natureza.

Seu livro, originalmente, foi publicado pela comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo, ao que ele próprio diz, por influência de Guilherme de Almeida, na época secretário da Comissão do importante evento e que havia se tornado a muito seu amigo.

Pelo que se percebe da nota inicial da segunda edição, parece que o autor não se agradou muito da edição “do Centenário”, que, dá ele a entender, nem sequer chegou a ser distribuída como devia. Isso, aliás, é freqüente, como bem o sabemos, com publicações oficiais. A segunda edição, de 1970, para a qual foram feitos alguns poucos acréscimos, já não é encontrável, mesmo porque a própria editora nem mais existe. Não seria o caso de alguma outra interessar-se por uma nova edição? Livro como o de Richard Morse não é para ficar “desaparecido...” (2-6-2001).

*

380-EXEMPLOS DE PIONEIRISMO

Minas Gerais apresentou-nos, no século XIX, dois expressivos exemplos de pioneirismo no desenvolvimento da civilização material em nosso país: Mariano Procópio (1821-1872) e Bernardo Mascarenhas (1847-1889). Nascidos, um em Barbacena, outro em Curvelo, foi, entretanto, em Juíz de Fora que ambos se realizaram integralmente, razão pela qual a cidade os evoca com muito carinho, colocando-os entre os maiores vultos de sua história.

A Mariano Procópio deve-se o pioneirismo na imigração alemã e no transporte rodoviário; a Bernardo Mascarenhas, na indústria têxtil e na eletricidade. De fato, deve-se a ele a construção, em 1889, da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, a qual, embora obviamente desativada, constitui um atrativo para visitas na cidade. Por outro lado, o belo edifício de sua “Companhia Têxtil”, bem no centro da cidade (na antiga avenida 15 de novembro, batizada posteriormente de Getúlio Vargas), transformou-se num belíssimo espaço cultural, do qual também se orgulha a cidade.

Quanto a Mariano Procópio, seu solar, situado no bairro que tem o seu nome, transformou-se num dos mais belos e ricos museus de arte do Brasil, realmente visita obrigatória para quem esteja na cidade. O seu pioneirismo rodoviário teve realização na construção da “União e Indústria”, estrada pioneira no rodoviarismo brasileiro, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, levada a efeito entre 1.856 e 1.857. Dela já nos ocupamos em diversos dos nossos trabalhos sobre vias de comunicação.

Trata-se, com efeito, do mais notável empreendimento rodoviário do século XIX, seja pelas condições de traçado da estrada e pelo seu acabamento, como pela sua importância econômica no período que precedeu as ferrovias. Com seu leito macadamizado - processo que era novidade na própria Europa - com suas pontes metálicas, suas estações de muda, com sua linha regular de diligências, talvez a única do Brasil, tão regular que justificou a publicação de um “Guia de Viagem” (espécie de “Quatro Rodas” daquela época), que constitui precioso documento, único mesmo na história dos transportes em nosso país.

Temos depoimentos de diversos viajantes estrangeiros que por ela viajaram. Entre eles, o de Agassiz e o de Liais, que não se cansaram em tecer elogios ao grande empreendimento, que nunca tinham visto igual. Agassiz era suíço, mas residia nos Estados Unidos e, conforme seu depoimento, nem no grande país do norte havia na época algo semelhante. “Essa estrada é celebre - frase dele - tanto pela sua beleza, como pela sua perfeita execução... e não faz inveja a qualquer outra do mundo”.

Todavia não foi dos mais felizes o fim da importante empresa. O alto custo da estrada, a amortização demorada dos capitais levantados em Londres e no Rio de Janeiro e a penetração ferroviária pelo vale do Paraíba arrecadando-lhe as mercadorias num transporte direto para a Corte, foram os motivos de sua encampação pelo governo imperial; e,

finalmente, a Companhia União e Indústria se viu obrigada a transferir para a ferrovia todo o seu transporte de carga. Era a época ferroviária que havia chegado...

Tivemos oportunidade de conhecer ainda algumas das “estações de muda” da velha rodovia, transformadas quase todas em postos de gasolina ou em pequenos pontos de pernoite e restaurantes. E conhecemos também umas das diligências que faziam o serviço regular na rodovia, de nome “Mazeppa”, por muito tempo bem conservada no Museu Imperial de Petrópolis. Hoje, não sabemos onde estará. Esperamos que em algum outro museu (30-6-2001)

*

381 - TÃO SÁBIO QUANTO MODESTO

A expressão que utilizamos para titular esta nota foi a que nos pareceu mais adequada para caracterizar a figura inesquecível de Martin Braunwieser, músico austro-brasileiro que em nosso país viveu de 1928 a 1991, portanto mais de sessenta anos, contribuindo enormemente para o desenvolvimento musical não só da cidade de São Paulo, onde viveu, mas do próprio país, pelos seus trabalhos no campo do folclore musical, uma de suas preferências.

Uma nota de recente número da revista “Concerto”, da capital paulista, recorda-nos que no mês de junho último, transcorreu o seu centenário. Natural de Salzburgo, a mesma terra de Mozart, Braunwieser, após sua formação, viveu cinco anos na Grécia, como professor do conservatório de Atenas, e na capital grega, consorciou-se com dona Tatiana, também musicista, natural da Rússia, mas vivendo também em Atenas.

Em São Paulo Braunwieser começou a vida como flautista da orquestra do antigo Cine Paramount (estávamos ainda no tempo do cinema mudo, quando havia orquestra para acompanhar os filmes). Pouco depois, tornou-se conhecido como regente de coros em sociedades alemãs (qual a sociedade alemã que não tem um conjunto coral?), passando,

depois, a lecionar no Conservatório Dramático, onde conheceu Mário de Andrade, que o levou para o Departamento de Cultura então criado pela municipalidade paulistana, ao tempo da grande administração de Fábio Prado.

A grande obra de Braunwieser como pesquisador de folclore e como diretor do ensino musical nos parques infantis da Prefeitura (então uma novidade em São Paulo) e sua dedicação, juntamente com dona Tatiana, criando e dirigindo a “Sociedade de Bach”, são páginas que não poderão ser omitidas quando se fizer uma história da vida artística e musical de São Paulo.

Quem viveu na capital paulista certamente se recorda dos magníficos concertos que a Sociedade promovia mensalmente no auditório da Faculdade “Sedes Sapientiae”, à rua Marquês do Paranaguá, para a divulgação, em São Paulo, do imenso repertório bachiano. Uma sua filha, Renata, seguindo a tradição musical dos pais, tornou-se excelente instrumentista e também regente.

Tivemos com o casal Braunwieser excelente relacionamento nos tempos saudosos em que também nos dedicávamos a atividades musicais. Tivemos, inclusive, o privilégio de substituir dona Tatiana na presidência da Sociedade Bach.

Pela sua dedicação ao Brasil - lembra a nota da revista “Concerto”- Braunwieser foi seguramente um dos músicos que mais contribuíram para o enriquecimento do meio musical brasileiro no século XX. E de maneira “tão sábia quanto modesta”, como afirmamos ao titular esta nota.

Com o avançar dos anos, o casal Braunwieser transferiu suas atividades para a filha e passou a viver calma e modestamente num sítio no litoral sul de São Paulo. (7-7-2.001)

ÍNDICE DOS NÚMEROS 180-183 ANO XXXIII - 2001

180 - janeiro - março 1 - 94
181 - abril - junho - 95 - 208
182 - julho - setembro 209-294
183 - outubro - dezembro 295-414

ÍNDICE DE AUTORES

AGASSIZ, Elizabeth - Do Rio de Janeiro a Juiz de Fora - 394
ANDRADE, Manuel Correia de - Gilberto: lusotropicalismo e ocidentalização -147
BARATA, Mário - Editora Vozes: transparência e permeabilidade - 249
BATTISTONI FILHO, Duílio - Alguns logradouros públicos de Campinas - 136
BATTISTONI FILHO, Duílio - Curiosidades de Minas Gerais - 305
BATTISTONI FILHO, Duílio - O retrato, a fotografia e os Barões do café - 220
BATTISTONI FILHO, Duílio - Pedro Américo e a verdade sobre / o “Grito do Ipiranga”- 9
BECCARIA - Da obscuridade das leis - 383
BRANDÃO, Adelino - A propósito de uma cultura negra - 43
BENNIGSON, Emmanuel de - Estrangeiros no Brasil - 65
BRUNO, Ernani Silva - Romances que nascem de São Paulo - 276
BRUNO, Ernani Silva - Senhores, colonos e escravos - 77
BRUNO, José Eduardo de Oliveira - Província de Resende - 257
CARVALHO, Roberto Machado - João Tibiriçá - 341
CHAVES, Marcelo de A. Pena - Mato Grosso do Sul - 242
COORNAERT, E. - Bosquejo da produção histórica recente no Brasil - 166
COSTA, Wellington Soares da - O ordenamento jurídico positivista - 46

- CUNHA, Fernando W. da - A construção do Colorado - 267
- D'ABBEVILLE, Claude - Da beleza da Ilha do Maranhão e circunvizinhanças - 284
- DONATO, Hernâni - Alemães nos primeiros dos 500 anos do Brasil - 121
- DONATO, Hernâni - No Brasil, o paraíso: um mito do descobrimento - 362
- FERNANDES, Astrogildo - Em torno da história de uma comunidade gaúcha - 41
- HADFIELD - A Província de Pernambuco - 183
- GUIRELLI, José Carlos - As conseqüências do Pós-liberalismo - 354
- HANDELMANN, H. - Ameaça francesa ao Brasil - 382
- JAMUNDÁ, Theobaldo C. - A presença do imigrado alemão não é exclusiva da região Sul - 350
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - A Maioridade ou a aurora do Segundo Reinado - 188
- KNAUSS, Paulo - Villegagnon e a "França Antártica": uma reavaliação - 133
- LACERDA, Arthur V. e Suplicy de - Mitos da história colonial brasileira - 25
- LOBO, Pelágio - Hipólito Pujol - 376
- LOPES, José Carlos Neves - Constantina Araújo, uma soprano brasileira em palcos europeus - 253
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito de duas reedições de Gustavo Barroso - 206
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito do Seminário de Mariana - 201
- MATOS, Odilon Nogueira de - Afonso Arinos de Melo Franco - 185
- MATOS, Odilon Nogueira de - Aventuras e desventuras nos sertões do Brasil - 92
- MATOS, Odilon Nogueira de - Bela reedição de um precioso roteiro - 291
- MATOS, Odilon Nogueira de - Centenário de um compositor americano - 203
- MATOS, Odilon Nogueira de - Centenário de um escritor paulistano - 400
- MATOS, Odilon Nogueira de - Centenário de um grande educador - 89
- MATOS, Odilon Nogueira de - Claude D'Abbeville - 282
- MATOS, Odilon Nogueira de - Eduardo Prado - 385
- MATOS, Odilon Nogueira de - Em memórias de um historiador paulistano - 401
- MATOS, Odilon Nogueira de - Ernani Silva Bruno - 73
- MATOS, Odilon Nogueira de - Estrangeiros que escreveram sobre a Amazônia - 211
- MATOS, Odilon Nogueira de - Exemplos de pioneirismo - 403
- MATOS, Odilon Nogueira de - Expressiva figura da literatura paulista - 92
- MATOS, Odilon Nogueira de - Expressiva figura do clero campineiro - 87
- MATOS, Odilon Nogueira de - Música no Brasil colonial - 3
- MATOS, Odilon Nogueira de - Presença paulista na História do Brasil - 90

- MATOS, Odilon Nogueira de - Rondon / Rondônia - 289
- MATOS, Odilon Nogueira de - Tão sábio quanto modesto - 405
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um mineiro da Campanha - 288
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um sacerdote franco - gaúcho - 292
- MATOS, Odilon Nogueira de - Uma justa evocação - 204
- MATOS, Odilon Nogueira de - Variações em torno de uma ópera - 297
- NAPOLEÃO = Declaração ao povo francês - 184
- PETTENÁ, Arita Damasceno - Anchieta, o apóstolo do Brasil - 337
- PIRES, Mário - Eça de Queirós, um centenário importante - 33
- PIRES, Mário - Antônio de Alcântara Machado, o rapsodo da Paulicéia - 237
- RIBEIRO, Hércio Pupo - O lado bom e louvável de D. João VI - 154
- RIBEIRO JUNIOR, João - Algumas considerações sobre Th. Momsen e o Império Romano - 111
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - A propósito de uma novel revista - 118
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - E por falar em água... como estava ela em alguns momentos do século XIX em Campinas? - 343
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Estudos imperdíveis - 13
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Na atualidade o propósito do debate sobre a imprensa negra paulista - 231
- ROCHA PITA - Ameaças holandesas - 280
- RODRIGUES, Leda Boechat - “Um estudo crítico da História” - 300
- SAINT - HILAIRE, Auguste de - Entre os botocudos - 71
- SCHADEN, Egon - A obra de Paul Ehrenreich - 262
- SILVA, Leonardo Dantas - Bento Teixeira e outros pioneiros na literatura e artes em Pernambuco nos séculos 17 e 18 - 159
- SILVA, Leonardo Dantas - Brasil holandês: - os caminhos do conhecimento - 312
- SILVA, Leonardo Dantas - Massangana - 226
- SILVA, Leonardo Dantas - Um pioneiro dos estudos ecológicos - 18
- TÁCITO - Normas de um bom governo - 72
- TALLEYRAND - O Congresso de Viena - 279
- YAMASHIRO, José - Portugueses chegam ao Japão na fase final das guerras feudais - 56

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

- BENNIGSEN, Conde E. de - Estrangeiros no Brasil - 65

- BRUNO, Ernani Silva - Romances que nascem de São Paulo - 276
COORNAERT, E. - Bosquejo da produção histórica recente no Brasil - 166
LOBO, Pelágio - Hipólito Pujol -376

TEXTOS E SELETAS

- AGASSISZ - Do Rio de Janeiro a Juiz de Fora - 394
BECCARIA - Da obscuridade das leis - 383
BRUNO, Ernani Silva - Senhores, colonos e escravos - 77
D'ABBVILLE - Da beleza da Ilha do Maranhão - 284
FRANCO, Afonso Arinos de Melo - A Maioridade ou a aurora do Segundo Reinado - 188
HADFIELD - A Província de Pernambuco - 183
HANDELMANN - Ameaça francesa do Brasil - 382
NAPOLEÃO - Declaração ao povo francês - 184
PRADO, Eduardo - A História do Brasil - 387
ROCHA PITTA - Ameaças holandesas - 280
SAINT- HILAIRE - Entre os botocudos - 71
TACITO - Normas de um bom governo - 72
TALLEYRAND - O Congresso de Viena - 279

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Afonso Arinos de Mello Franco - 185
Eduardo Prado - 385
Ernani Silva Bruno - 73

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- A propósito de duas reedições de Gustavo Barroso - 206
A propósito do Seminário de Mariana - 201
Bela reedição de um precioso roteiro - 291
Centenário de um grande educador - 89
Centenário de um compositor americano - 203
Centenário de um escritor paulistano - 400

Em memória de um historiador paulistano -	401
Expressiva figura da literatura paulista -	92
Expressiva figura do clero campineiro -	87
Exemplos de pioneirismo -	403
Presença paulista na História do Brasil -	90
Rondon/Rondônia -	289
Tão sábio quanto modesto -	405
Um mineiro da Campanha -	288
Uma justa evocação -	204

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Agassiz - 391
Alcântara Machado, A . - 237
Alemães - 121
Amazônia - 211
“Amicus”- 118
Anchieta - 337
Araújo, Costantina - 253
Arinos, Afonso - 188
Barroso, Gustavo - 206
Botocudos - 71
Brasil-colônia - 23
Braunwieser, Martin - 405
Campinas - 134, 343
Carlos Gomes - 270
Colorado - 267
Congresso de Viena - 279
Copland, Aaron - 203
Cultura negra - 43
D. João VI - 154
D’Abbeville, Claude - 281
“Diálogos das grandezas” - 18
Direito - 46
Eça de Queirós - 18
Ecologia - 18
Ehrenreich, Paul - 262
Ernani Silva Bruno - 73
Estrangeiros no Brasil - 65
Etnologia - 262
Expedições geográficas - 97
França Antártica - 133
Franceses no Brasil - 133
Fotografias - 220
Freyre, Gilberto - 147
Gay, João Pedro - 292
Grito do Ipiranga - 9
História social - 77
História de São Paulo - 90, 400, 401
Historiografia -166
Hogendorp - 65
Holandeses no Brasil - 280
Império romano - 111
Imprensa negra - 231
Japão - 56
Juiz de Fora - 394, 403
Juzarte - 291
Langsdorff - 97
Literatura em Pernambuco -159
Literatura paulista - 276
Logradouros públicos em Campinas - 136
Machado, Cônego J. C. - 87
Maioridade - 188
Maranhão - 282
Mariana - 201
Massangana- 226
Mato Grosso do Sul - 248
Mariano Procópio - 394, 403
Mascarenhas, Bernardo - 403
Mitos na História do Brasil - 25
Minas Gerais - 304
Morse, Richard - 401
Música - 3
Napoleão - 184
Ópera - 297
Paraíso do Brasil - 362
Paraná - 13
Pedro Américo - 9
Pernambuco - 183
Pintura - 9
Pós-liberalismo - 354
Pujol, Hipólito - 376
Resende (Província de) - 257
Rondon - 289

Rondônia - 289
Roteiros de viagem - 291
Santa Bárbara do Sul - 41
Segundo Reinado - 188
Silveira, Waldemar - 92
Taunay, N. A . - 204
Taunay, A .A . - 97

Teixeira, Anísio - 89
Teixeira, Bento - 159
Tibiriçá, João - 341
Viajantes estrangeiros - 211
Villegagnon - 133
Vital Brasil - 288
Vozes (Editora) - 249

